

RELATÓRIO DE ATIVIDADES E GESTÃO CONSOLIDADO

2015

INSTITUTO POLITÉCNICO DE LEIRIA
SERVIÇOS DE AÇÃO SOCIAL

35^{ANOS}

Título

RELATÓRIO DE ATIVIDADES E GESTÃO CONSOLIDADO 2015

Editor

Instituto Politécnico de Leiria

Edifício Sede

Rua General Norton de Matos | Apartado 4133

2411-901 Leiria | Portugal

Tel.: (+351) 244 830 010 | Fax: (+351) 244 813 013

www.ipleiria.pt | ipleiria@ipleiria.pt

Junho/2016

Índice

01 Mensagem do Presidente	5
02 Nota Introdutória	7
03 Conjuntura Externa	9
04 Perímetro de Consolidação	13
4.1. Instituto Politécnico de Leiria	13
4.2. Serviços de Ação Social	15
05 IPLeiria em Números	17
06 Orientações Estratégicas - Objetivos	21
07 Atividade do Grupo 2015	25
7.1. Instituto Politécnico de Leiria	25
7.2. Serviços de Ação Social	37
08 Análise à Situação Patrimonial e Desempenho Financeiro da Atividade Consolidada	43
8.1. Síntese de Contas Consolidadas 2015	43
8.2. Balanço Consolidado	44
8.2.1. Estrutura do Ativo Líquido	45
8.2.2. Estrutura dos Fundos Próprios e Passivo	47
8.3. Demonstração de Resultados Consolidados	50
8.3.1. Estrutura de Custos e Perdas	51
8.3.1.1. Estrutura de Custos Operacionais	53
8.3.1.2. Estrutura de Custos Financeiros	58
8.3.1.3. Estrutura de Custos Extraordinários	58
8.3.2. Estrutura de Proveitos e Ganhos	58
8.3.2.1. Estrutura de Proveitos Operacionais	60
8.3.2.2. Estrutura de Proveitos Financeiros	63
8.3.2.3. Estrutura de Proveitos Extraordinários	64
8.3.3. Resultados Líquidos	64
8.4. Rácios e Indicadores	65
8.5. Conclusão	65
8.6. Factos Ocorridos após a Data do Balanço	67
09 Demonstrações Financeiras Consolidadas 2015	69
9.1. Balanço Consolidado a 31 de dezembro 2015	70
9.2. Demonstração de Resultados Consolidados a 31 de dezembro 2015	72
9.3. Anexo ao Balanço e à Demonstração de Resultados Consolidados 2015	73
Siglas e Abreviaturas	89

Índice de Quadros

Quadro 1 Plano Estratégico 2010-2014 do IPEleiria – Eixos e objetivos	21
Quadro 2 Síntese do balanço por entidade incluída na consolidação	43
Quadro 3 Síntese da demonstração de resultados por entidade incluída na consolidação	44
Quadro 4 Composição do ativo líquido	46
Quadro 5 Composição dos fundos próprios e passivo.....	48
Quadro 6 Composição dos acréscimos e diferimentos passivos	49
Quadro 7 Estrutura de resultados consolidados	51
Quadro 8 Estrutura de custos e perdas.....	52
Quadro 9 Fornecimento e serviços externos.....	54
Quadro 10 Transferências correntes concedidas	55
Quadro 11 Custos com pessoal	56
Quadro 12 Outros custos	56
Quadro 13 Amortizações e provisões.....	57
Quadro 14 Custos extraordinários	58
Quadro 15 Estrutura de proveitos e ganhos	59
Quadro 16 Venda de bens e prestação de serviços.....	61
Quadro 17 Impostos e taxas	62
Quadro 18 Proveitos suplementares.....	62
Quadro 19 Transferências e subsídios correntes	63
Quadro 20 Proveitos extraordinários	64
Quadro 21 Indicadores de gestão e financeiros	65
Quadro 22 Pessoal a 31 de dezembro 2015.....	75
Quadro 23 Entidades participadas	76
Quadro 24 Ativo bruto	80
Quadro 25 Amortizações	81
Quadro 26 Vendas e prestações de serviços.....	81
Quadro 27 Remunerações dos órgãos de gestão.....	82
Quadro 28 Demonstração consolidada dos resultados financeiros	82
Quadro 29 Demonstração consolidada dos resultados extraordinários	83
Quadro 30 Provisões.....	83
Quadro 31 Acréscimos de proveitos e custos diferidos	86
Quadro 32 Acréscimos de custos e proveitos diferidos	86

Índice de Gráficos

Gráfico 1 Estrutura do balanço consolidado	45
Gráfico 2 Estrutura e evolução dos custos	53
Gráfico 3 Estrutura dos custos operacionais	53
Gráfico 4 Estrutura e evolução dos proveitos	59
Gráfico 5 Estrutura de proveitos operacionais	60

01 | Mensagem do Presidente

O Relatório de Atividades e Gestão Consolidado do Instituto Politécnico de Leiria é uma ferramenta de gestão e prestação de contas onde, de uma forma sintética, são apresentadas as atividades desenvolvidas e as contas consolidadas relativas ao Politécnico de Leiria.

Tal como no ano anterior, o ano de 2015 foi um ano em que ainda imperou no país um cenário socioeconómico e financeiro bastante difícil. Estudantes, famílias e colaboradores conviveram com um contexto económico ainda fortemente marcado por um ambiente de crise financeira e de recuperação económica demasiado ténue para o desenvolvimento de um espírito de confiança que promovesse o desenvolvimento das instituições. Estas dificuldades e fragilidades, com repercussões diretas no Politécnico de Leiria, obrigaram a um esforço institucional – e quando me refiro a este esforço refiro-me naturalmente ao esforço de toda a comunidade académica sem exceções – para manter um nível de qualidade elevado nas atividades que tem de desenvolver para o pleno cumprimento da sua missão enquanto instituição de ensino superior.

Ao longo de todo o ano de 2015, foram dados passos muito positivos, para a consolidação da nossa imagem enquanto instituição de ensino superior de que salientamos: o aumento estabilizado do número de docentes habilitados com o grau de doutor, que neste momento é superior a 56,4% dos docentes ETI; o aumento do número de estudantes estrangeiros a frequentarem ciclos de estudos completos ou em mobilidade; a construção, ampliação ou melhoramento de algumas das nossas infraestruturas, nomeadamente as destinadas à investigação científica pelo potencial que representam em termos de investigação e de transferência do conhecimento e promoção do desenvolvimento regional; a acreditação de todos os nossos ciclos de estudo em funcionamento, na sua esmagadora maioria pelo período máximo e sem condições; a acreditação do Sistema Interno de Garantia de Qualidade e o reconhecimento internacional ou certificação de algumas das nossas formações. São aspetos de que nos devemos orgulhar, sem que isso nos retire o ensejo de procurar ir mais longe.

O rigoroso controlo da execução orçamental e o aprofundamento de medidas de racionalização dos recursos disponíveis permitiram alcançar os objetivos traçados. Foi também possível dar continuidade ao Fundo de Apoio Social ao Estudante, instrumento de importância fundamental como complemento de apoio aos estudantes com maiores dificuldades financeiras permitindo, em muitos casos, que estes prossigam os seus estudos.

Consolidámos a nossa oferta formativa e o reforço da sua relevância, nomeadamente ao nível dos cursos de Mestrado e dos novos Cursos Técnicos Superiores Profissionais. Em relação a estes, o Politécnico de Leiria criou em 2015 trinta novos cursos. Em relação aos cursos de Mestrado importa referir a lecionação de alguns integralmente em língua inglesa, uma opção decisiva para a melhoria do posicionamento internacional do Politécnico de Leiria e dos seus diplomados.

Deste modo, o Politécnico de Leiria afirmou-se mais uma vez como um parceiro incontornável no desenvolvimento científico, económico, social e cultural da região e do país.

No que respeita às contas, 2015, à semelhança do ano anterior, foi marcado por uma situação de incerteza e imprevisibilidade, e por alterações nas regras sobre aplicação de reduções remuneratórias, situação que trouxe dificuldades acrescidas ao nível do controlo orçamental e de tesouraria. As dotações iniciais do orçamento de Estado não contemplavam os montantes necessários à reposição dos vencimentos, valores que apenas foram disponibilizados nos meses de julho e outubro. O ano ficaria ainda marcado pela redução das dotações orçamentais atribuídas ao Politécnico de Leiria, quer para funcionamento, quer para investimento.

No ano de 2015 verificou-se também a conclusão do QREN e, conseqüentemente, um esforço acrescido por parte da instituição para a conclusão da execução física e financeira dos projetos que se encontravam em fase de encerramento, causando igualmente alguma pressão adicional no controlo orçamental e de tesouraria.

Apesar da complexidade financeira que marcou o ano, o Politécnico de Leiria conseguiu concretizar importantes investimentos (Infraestruturas Científicas do CETEMARES e CDRsp; Requalificação e Ampliação do Edifício de Engenharia Automóvel da Escola Superior de Tecnologia e Gestão; e Requalificação da Biblioteca da Escola Superior de Educação e Ciências Sociais).

Em termos económico-financeiros, após a consolidação, o resultado líquido é negativo em 265m€, evidenciado uma ligeira recuperação face ao ano anterior, resultante do aumento dos proveitos em 735m€ e dos custos em 713m€. Verifica-se um aumento das disponibilidades, mas também das dívidas a terceiros, em parte justificados pela utilização do período complementar. As disponibilidades financeiras finais no valor de 809,5 m€ e um saldo de gerência global de 44,3m€, atestam o rigor e complexidade na gestão da tesouraria. De notar que, ao contrário do que aconteceu com outras instituições de ensino superior, o Politécnico de Leiria não teve qualquer reforço orçamental extraordinário no final do ano.

Em termos de estrutura económica, sobressai o aumento de 0,9m€ no que respeita aos bens de imobilizado firme. As dívidas de estudantes e de outros devedores aumentam 432,4 m€ e diminuem em 232,7m€ as dívidas de clientes. Não obstante as dificuldades, verifica-se um EBITDA (earnings before interests, taxes, depreciations and amortizations) de 601,5 m€ e um cash-flow de 2,7 M€, refletindo claramente o rigor das políticas de gestão, em particular da receita e da despesa, em benefício da sustentabilidade da instituição, num ano em que se mantêm as dificuldades conjunturais e o ambiente de incerteza gerado pelas políticas orçamentais, fiscais e sociais.

Por fim, não posso de deixar de agradecer a preferência de todos aqueles que optaram pelo Politécnico de Leiria para (re)construir o seu futuro apostando numa formação de qualidade, assim como a exemplar dedicação de todos os nossos colaboradores. A estes aspetos, a que se junta uma adequada priorização das atividades de formação, investigação científica, inovação, desenvolvimento e transferência do conhecimento e envolvimento com a região, acresce o prestimoso contributo dos órgãos de gestão do instituto, das direções e órgãos das suas Escolas Superiores e demais unidades, indispensáveis para alcançar os objetivos que nos propusemos, respeitando os padrões de qualidade que impomos a nós próprios e que nos caracterizam.

A todos deixo o meu reconhecimento.

Nuno André Oliveira Mangas Pereira

Presidente do I P L e i r i a

02 | Nota Introdutória

O presente **Relatório de Atividades e Gestão Consolidado** refere-se ao exercício económico de 2015 e nele pode ser observada e analisada a conta consolidada do **Grupo IPLeiria**.

Efetivamente, procura consolidar, de forma global e abrangente, a atividade desenvolvida pelas entidades que constituem o perímetro de consolidação, bem como proporcionar uma análise da sua performance económico-financeira, apresentando as respetivas demonstrações financeiras consolidadas, as quais foram objeto de fiscalização e de certificação legal de contas do Fiscal Único, no cumprimento das disposições legais em vigor.

O perímetro de consolidação manteve-se idêntico ao ano anterior, composto pelo Instituto Politécnico de Leiria (IPLeiria) e os Serviços de Ação Social do IPLeiria, sendo estas, portanto, as entidades objeto de consolidação.

A estrutura do documento é composta, no seu essencial, por 2 partes:

- *Atividades de destaque do ano (ponto 3 ao ponto 7)*
Breve enquadramento sobre a conjuntura externa e os acontecimentos de educação e de ensino superior que marcaram o ano a nível nacional; caracterização das entidades consolidadas; apresentação de indicadores de atividade; enumeração das orientações estratégicas e objetivos; resumo das principais atividades desenvolvidas no ano, por linha de ação.
- *Análise dos resultados consolidados (pontos 8 e 9)*
Informação e análise económico-financeira da atividade consolidada, incluindo as respetivas demonstrações financeiras consolidadas, as quais foram objeto de fiscalização e certificação legal.

O Relatório Consolidado de 2015, à semelhança dos anos anteriores, fica disponível no web *site* do IPLeiria para facilidade de acesso e promoção da sua consulta por todas as partes interessadas.

Como complemento, poderão ser consultados os Relatórios de Atividades de cada uma das entidades do Grupo IPLeiria em análise, pois tal como o nome sugere, dão maior ênfase às atividades realizadas, ou seja, ao desempenho não financeiro.

03 | Conjuntura Externa

A análise ao presente relatório e os resultados de 2015 nele apresentados não devem ser descurados do meio envolvente do Grupo IPLeiria que caracteriza este período temporal.

Portugal | Economia

Em 2015 assistiu-se a uma recuperação gradual da economia portuguesa, a par de uma melhoria do mercado de trabalho e do ajustamento das contas externas, o que indicia sinais de algum dinamismo. Para o conjunto do ano de 2015, o Produto Interno Bruto (PIB) registou um crescimento homólogo de 1,5%, que compara com 0,9% em 2014.

Apesar de o Programa de Assistência Económica e Financeira (PAEF) a Portugal ter terminado em maio de 2014, o Fundo Monetário Internacional (FMI) e a Comissão Europeia vão manter missões regulares (duas vezes por ano) a Portugal até que o país reembolse pelo menos 75% do empréstimo recebido. Em junho de 2015 decorreu a segunda monitorização pós-programa; a terceira, apesar de agendada para dezembro, ocorreu já em janeiro de 2016, em virtude das eleições legislativas ocorridas em outubro.

As atuais projeções apontam para a continuação de um crescimento moderado da atividade económica. No final do horizonte de projeção, o ano de 2018, perspectiva-se que o PIB esteja próximo do observado antes da crise financeira internacional. Esta projeção revela alguns dos constrangimentos que se continuam a colocar à economia portuguesa: o elevado endividamento privado e público, a evolução demográfica adversa, as distorções existentes nos mercados de trabalho e do produto, o nível de investimento insuficiente e a diminuição do crescimento tendencial nos principais mercados de destino das exportações portuguesas.

Portugal | Ensino Superior

Derivado da difícil situação económica que o país atravessou e ainda atravessa, resultaram crescentes constrangimentos orçamentais, tendo o ensino superior sofrido significativas reduções na dotação orçamental das instituições.

Acresce ainda as implicações financeiras decorrentes das transições automáticas introduzidas pelo regime transitório previsto no Decreto-Lei n.º 207/2009, de 30 de agosto, posteriormente alterado pela Lei n.º 7/2010, de 13 de maio, fator externo às instituições, as quais não tiveram qualquer contrapartida em termos de Orçamento de Estado.

No ano de 2015 verificou-se também a conclusão do Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN) e, conseqüentemente, um esforço acrescido por parte das instituições para a conclusão da execução física e financeira dos projetos que se encontravam em fase de encerramento, causando igualmente alguma pressão adicional no controlo orçamental e de tesouraria.

De acordo com os critérios estabelecidos na Lei de Financiamento do Ensino Superior, o valor máximo da propina cobrada pelas instituições de ensino superior públicas aos estudantes de licenciatura para 2015/2016 foi fixado em 1.063,47€.

Em termos de nova legislação em 2015 é de assinalar, por um lado, a publicação de um novo regulamento dos regimes de reingresso e de mudança de par instituição/curso no ensino superior, e por outro, um novo regulamento de atribuição de bolsas de estudo a estudantes do ensino superior.

Em 2015, o número de vagas a que os estudantes puderam concorrer através do Concurso Nacional de Acesso ao Ensino Superior (CNAES) público foi de 50.555, o valor mais baixo dos últimos seis anos. Representa uma diminuição de 265 vagas face ao ano anterior e uma redução de quase três mil em relação a 2011, ano em que se registou a maior oferta da última década (53.500 lugares disponíveis). Esta redução é também resultado da diminuição do número de candidatos que se registou até 2014, sendo a situação particularmente preocupante ao nível dos cursos que exigem como provas específicas a Matemática e a Física e Química (Engenharias), e também das novas regras aprovadas pelo Governo, com o objetivo de regular a oferta de vagas por parte das instituições de ensino superior.

Surgidos em 2014, os Cursos Técnicos Superiores Profissionais (TeSP) são um novo tipo de formação de curta duração no âmbito do ensino superior, não conferente de grau académico. O diploma legal que regula estes cursos, publicado em março de 2014, estabelece ainda a extinção progressiva dos atuais Cursos de Especialização Tecnológica (CET) no Ensino Superior, até ao final do ano de 2016. Dado o atraso na publicação de legislação e no conseqüente processo de avaliação pela Direção Geral de Ensino Superior (DGES) dos cursos então criados, muitas das instituições adiaram a sua entrada em funcionamento para o ano letivo 2015/2016.

Nos últimos anos, o número de estudantes estrangeiros em Portugal não tem parado de crescer, sobretudo nos últimos dois anos, com a aprovação do Estatuto do Estudante Internacional (EEI), que estabeleceu novas regras para a entrada de estrangeiros no ensino superior. A lei que criou o EEI permite ainda às universidades e politécnicos cobrarem propinas mais altas do que as que são pagas pelos estudantes que frequentam o ensino superior pelo regime normal. Face ao número de estrangeiros inscritos, os estudantes ao abrigo deste estatuto começam a ter assim algum peso nos orçamentos das referidas instituições.

O processo de avaliação internacional das unidades científicas nacionais e a estratégia de financiamento da Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT) mereceu forte contestação entre a comunidade científica portuguesa. Das 322 unidades em avaliação, uma grande maioria recebeu uma classificação que implica a perda total de financiamento ou o recebimento apenas de uma pequena parcela (o montante é variável consoante a dimensão do centro) considerada muito insuficiente, originando múltiplos processos de recurso das avaliações.

No domínio da avaliação e acreditação de ciclos de estudos no ensino superior (competência da Agência de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior (A3ES)), encontram-se estabilizados os procedimentos de avaliação e acreditação das instituições de ensino superior e dos seus ciclos de estudos. Estão assim estabilizados os processos quanto à acreditação prévia de novos ciclos de estudos, ao primeiro ciclo regular de avaliação/acreditação dos ciclos de estudos em funcionamento que obtiveram num primeiro momento acreditação preliminar e à certificação dos sistemas internos de garantia da qualidade.

Muitos destes acontecimentos de 2015 tiveram naturalmente impactos na atividade do Grupo IPEiria. Para cumprir a sua missão teve de intensificar o já elevado esforço de contenção orçamental, procurar novas receitas próprias e em simultâneo procurar incrementar a qualidade do ensino, da investigação e da transferência de conhecimento.

04 | Perímetro de Consolidação

4.1. Instituto Politécnico de Leiria

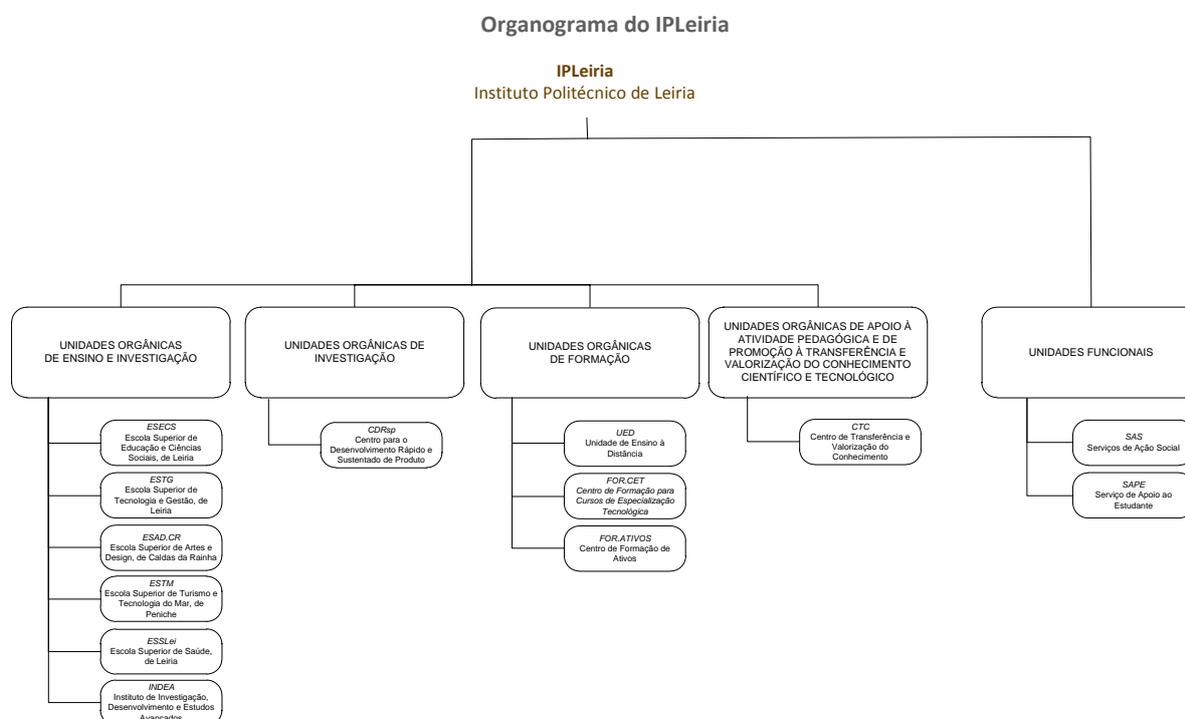
“O Instituto Politécnico de Leiria, adiante designado por IPL, é uma instituição de ensino superior de direito público, ao serviço da sociedade, destinada à produção e difusão do conhecimento, criação, transmissão e difusão da cultura, da ciência, da tecnologia e das artes, da investigação orientada e do desenvolvimento experimental” (art.º 1 dos Estatutos do IPLeiria).

Criado em 1980, pelo Decreto-Lei n.º 303/80, de 16 de agosto, o IPLeiria caracteriza-se por ser uma “pessoa coletiva de direito público, dotada de autonomia estatutária, pedagógica, científica, cultural, administrativa, financeira, patrimonial e disciplinar” (art.º 3 dos Estatutos do IPLeiria).



Com início da sua atividade letiva em abril de 1987, integrou a então Escola Superior de Educação de Leiria, atual Escola Superior de Educação e Ciências Sociais (ESECS). Mais tarde, foram criadas a Escola Superior de Tecnologia e Gestão (ESTG), em Leiria, a Escola Superior de Artes e Design (ESAD.CR), em Caldas da Rainha, a Escola Superior de Turismo e Tecnologia do Mar (ESTM), em Peniche, e, por fim, em 2005, foi integrada a então Escola Superior de Enfermagem, atual Escola Superior de Saúde (ESSLei).

A estrutura orgânica do IPLeiria não foi alvo de alterações durante 2015, mantendo a seguinte configuração:



O IPLeiria é uma instituição que se orgulha de ministrar um ensino de reconhecida qualidade e de dispor de uma oferta formativa multidisciplinar, com cursos em diversas áreas do conhecimento, em regime presencial

(diurno e pós-laboral) e a distância, compreendendo a formação de 1.º ciclo (licenciaturas), 2.º ciclo (mestrados), pós-graduada e de especialização não conferente de grau académico, pós-secundária não superior (CET e TeSP), contínua e o curso preparatório para o acesso ao ensino superior de maiores de 23 anos.

O comprometimento institucional do I P L e i r i a com a qualidade está presente em todas as dimensões da sua atividade. Todos os cursos do I P L e i r i a cumprem com os requisitos legais e estão acreditados pela A3ES.

Nos seus cinco *campi*, três em Leiria (campus 1, 2 e 5), um em Caldas da Rainha (campus 3) e um em Peniche (campus 4), os estudantes têm ao seu dispor um conjunto de instalações e equipamentos pedagógicos, científicos e de apoio modernos e bem equipados, de que se destacam os inúmeros laboratórios, os amplos recursos documentais e bibliográficos (bibliotecas, B-on – biblioteca científica digital), o fácil acesso à internet (física ou via *wireless*) e serviços de suporte de excelente qualidade ao nível do apoio social de base (bolsas de estudo, cantinas, restaurantes, residências, serviços médicos).

O ecossistema I&D+i no qual o I P L e i r i a está inserido, engloba, para além das cinco Escolas Superiores, 18 centros de investigação (em diversas áreas como: ciências sociais; educação; inclusão; turismo; gestão; ciências jurídicas; saúde; engenharia; desporto e qualidade de vida; ciência e tecnologia do mar), um centro de transferência de conhecimento e tecnologia (CTC/OTIC), duas infraestruturas científicas (Edifício CDRsp, sede do CDRsp – Centro para o Desenvolvimento Rápido e Sustentado de Produto, na zona industrial da Marinha Grande; Edifício CETEMARES, sede do MARE – Centro de Ciências do Mar e do Ambiente do I P L e i r i a, no porto de pesca de Peniche). É ainda caracterizado pela participação em: três incubadoras de empresas (IDD – Incubadora D. Dinis; OPEN – Oportunidades Específicas de Negócio; OBITEC – Parque Tecnológico de Óbidos, Óbidos), uma *business school*, uma associação empresarial (NERLEI), um centro tecnológico (CENTIMFE), um parque tecnológico (OBITEC), duas agências regionais de energia (Agência Regional de Energia da Alta Estremadura; Agência Regional de Energia e Ambiente do Oeste), um centro ciência viva (Centro Ciência Viva do Alviela) e quatro *cluster* e polos de competitividade de tecnologia.

Atendendo à forte componente da investigação aplicada, algumas das Unidades de Investigação estão localizadas em zonas industriais e empresariais, ou desenvolvem a sua atividade em estreita ligação com estas, em especial com PME.

O I P L e i r i a tem vindo progressivamente a afirmar a sua ligação ao exterior, contribuindo de forma positiva para o fomento de relações privilegiadas entre o meio académico e o tecido empresarial e institucional da região de Leiria. Nesse sentido, tomemos como exemplos: o CTC/OTIC que se constitui como uma estrutura de interface e elo de ligação entre o Instituto e o referido tecido empresarial e institucional; o desenvolvimento de parcerias estratégicas com núcleos empresariais, nomeadamente com a NERLEI – Associação Empresarial da Região de Leiria e a CEFAMOL – Associação Nacional da Indústria de Moldes (caso do protocolo IPL – Indústria); colaboração próxima com municípios, polos de turismo, associações/comissões de desenvolvimento regional.

Por outro lado, a internacionalização tem sido uma das outras grandes apostas, em particular no espaço da língua portuguesa. São exemplos desta realidade: a licenciatura em *Tradução e Interpretação Português-Chinês/Chinês-Português* e o mestrado em *Administração Pública* realizados em cooperação com o Instituto Politécnico de Macau; as parcerias com universidades brasileiras que têm incidido sobre a mobilidade de estudantes e professores; ou os cursos de formação de professores realizados em outros países lusófonos,

como Cabo Verde, S. Tomé e Príncipe e Angola. No âmbito da captação de estudantes internacionais ao nível da graduação e da pós-graduação oferece um conjunto de mestrados lecionados em língua inglesa.

Desenvolve ainda atividades de apoio ao desenvolvimento da cooperação e do intercâmbio cultural, científico e técnico da comunidade onde se encontra inserido.

Deste modo, o IPEiria desempenha um papel decisivo na qualificação dos recursos humanos, em diversas áreas do saber, na sua esfera de competências, bem como no desenvolvimento económico, social, científico e cultural da região de Leiria e Oeste.

4.2. Serviços de Ação Social

“Os Serviços de Ação Social são uma unidade orgânica do Instituto Politécnico de Leiria, dotados de personalidade jurídica e autonomia administrativa e financeira” (art.º 1 do Regulamento Orgânico dos Serviços de Ação Social do IPEiria).



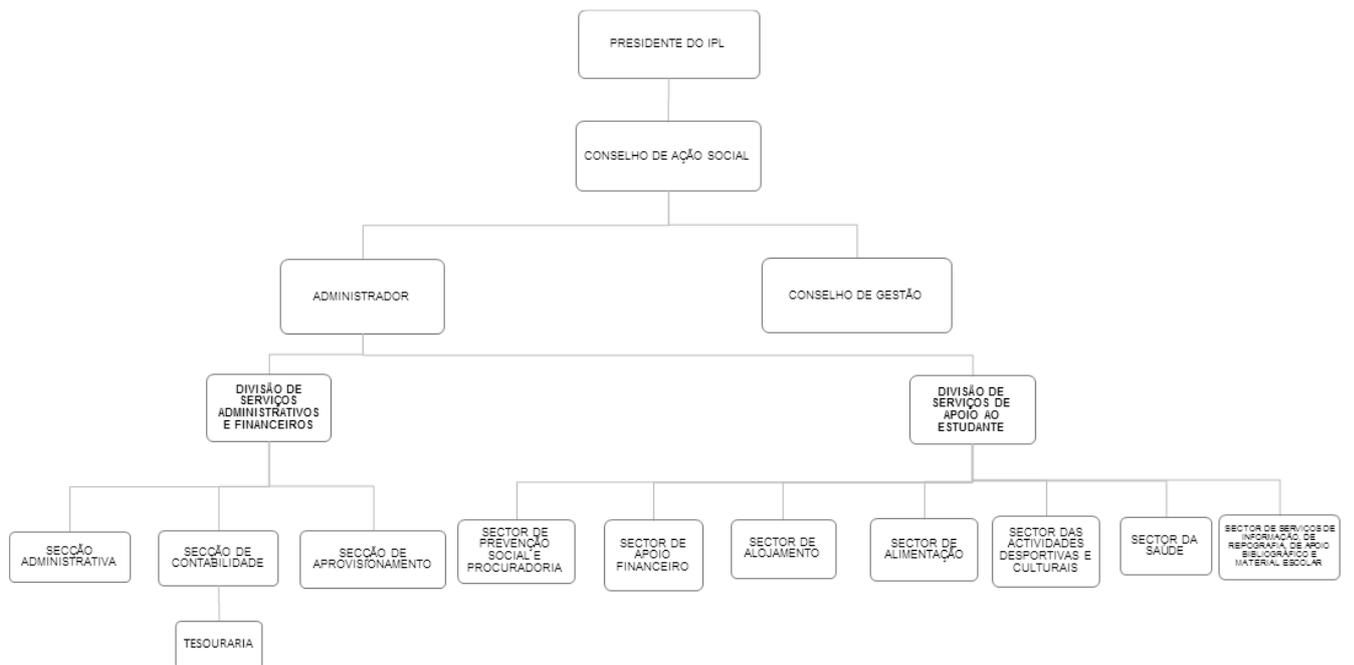
“Têm por finalidade a execução da política de ação social superiormente definida, de modo a proporcionar aos estudantes melhores condições de estudo, através de apoios e serviços” (art.º 2 do Regulamento Orgânico dos Serviços de Ação Social do IPEiria).

Os Serviços de Ação Social têm como missão planear, coordenar e executar a política de ação social, superiormente definida, através da concessão de apoios sociais diretos (mediante a atribuição de bolsas de estudo e de auxílios de emergência) e indiretos (através do acesso à alimentação, ao alojamento, a serviços de saúde, a atividades desportivas e culturais, entre outros).

A par destes apoios, os Serviços de Ação Social acompanham os estudantes de modo a identificar situações supervenientes, por exemplo, de carência económica ou desadaptação ao ambiente escolar e que possam influenciar o sucesso escolar e a inserção social dos estudantes. Facultam, de igual modo, apoios a estudantes com necessidades educativas especiais.

Ao nível organizacional, os Serviços de Ação Social do IPEiria dependem diretamente do Presidente e são administrados pelo Administrador para a Ação Social e estruturam-se em duas divisões, conforme informação constante do organograma que se segue.

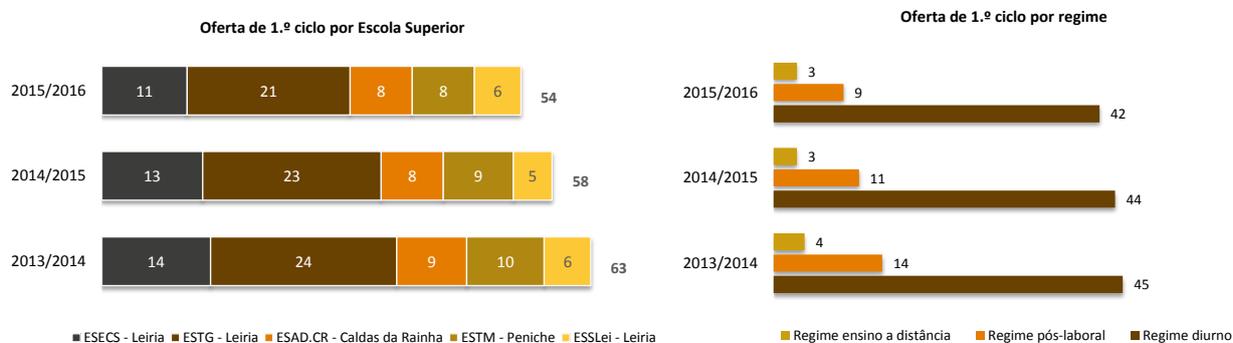
Organograma dos Serviços de Ação Social do I P L e i r i a



Fonte: Secretariado da Administração.

Realça-se que a Divisão de Serviços de Apoio ao Estudante compreende todos os serviços que prestam apoio direto e indireto ao estudante. A Divisão de Serviços Administrativos e Financeiros exerce as suas atribuições nos domínios da gestão administrativa e financeira, do aprovisionamento, transportes, manutenção, instalações e equipamentos e apoio geral a todos os serviços dos Serviços de Ação Social.

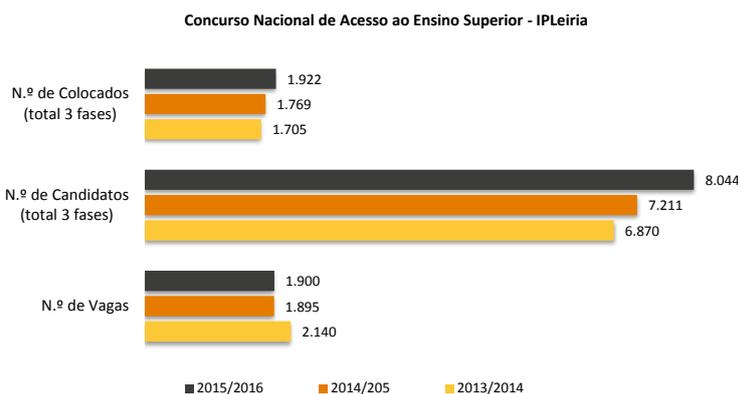
05 | IPEleiria em Números

Ensino

Nos últimos três anos letivos - 2013/2014 a 2015/2016 - o IPEleiria tem procurado ajustar a sua oferta formativa de 1.º ciclo (licenciaturas) à procura, pelo que o número de cursos com vagas no Concurso Nacional de Acesso ao Ensino Superior (CNAES) diminuiu, com a abertura de 63 cursos com vagas em 2013/2014 e de 54 em 2015/2016 (cf. gráfico da esquerda).

O IPEleiria disponibiliza a oferta de 1.º ciclo em regime presencial (diurno e pós-laboral) e ensino a distância. O ajustamento anteriormente mencionado tem-se verificado sobretudo ao nível dos cursos em regime pós-laboral, com a redução de 5 cursos no período em análise (cf. gráfico da direita).

Quanto aos resultados obtidos no CNAES, ilustrados no gráfico seguinte, nos últimos três anos pode observar-se que o número de candidatos e colocados tem vindo a aumentar, acompanhando a tendência generalizada a nível nacional; o número de vagas abertas pelo IPEleiria regista um decréscimo, por opção da instituição e na sequência do ajuste do número de cursos oferecidos.



No final de todas as formas de acesso e ingresso estavam matriculados 2.161 novos alunos (1.º ano pela 1.º vez) de 1.º ciclo: 1.552 pelo regime geral de acesso, 469 por concursos especiais (titulares de diploma de especialização tecnológica, titulares de provas M23, titulares de cursos médios e superiores, estudantes internacionais), 128 por mudança de curso e transferência e 12 por regimes especiais.

Nos últimos anos e considerando os diferentes tipos de oferta formativa, o número global de estudantes do IPEiria tem-se mantido constante, contrariando o movimento de decréscimo verificado ao nível do país. Atualmente, são cerca de:

Estudantes inscritos	2013 2014	2014 2015	2015 2016 (p)
1.º ciclo (Licenciatura)	7.696	7.339	7.336
ESECS - Leiria	1.358	1.251	1.231
Regime diurno	945	908	919
Regime pós-laboral	323	265	235
Regime ensino a distância	90	78	77
ESTG - Leiria	3.242	3.049	3.009
Regime diurno	2.199	2.146	2.169
Regime pós-laboral	979	845	795
Regime ensino a distância	64	58	45
ESAD.CR - Caldas da Rainha	1.116	1.120	1.117
Regime diurno	978	1.023	1.040
Regime pós-laboral	138	97	77
Regime ensino a distância	---	---	---
ESTM - Peniche	940	919	918
Regime diurno	824	853	891
Regime pós-laboral	96	59	22
Regime ensino a distância	20	7	5
ESSLei - Leiria	1.040	1.000	1.061
Regime diurno	1.040	1.000	1.061
Regime pós-laboral	---	---	---
Regime ensino a distância	---	---	---
2.º ciclo (Mestrado)	1.422	1.501	1.487
1.º ano	682	622	643
2.º ano	740	879	844
CET (Cursos de Especialização Tecnológica) / TeSP (Cursos Técnicos Superiores Profissionais)	1.539	1.567	1.508
Formação pós-graduada não conferente de grau (*)	127	116	191
Ano Preparatório - Acesso	---	---	---
Curso preparatório Provas M23	125	104	120
Outros (Programa IPL 60+, formação contínua)	951	784	523
TOTAL	11.860	11.411	11.165

(*) Inclui pós-graduação e pós-licenciatura.

P - preliminares

Nota: Dados referentes a 31 de dezembro, na sua maioria utilizando como fonte de informação o inquérito ao Registo de Alunos Inscritos e Diplomados do Ensino Superior (RAIDES). A formação pós-graduada não conferente de grau e formação contínua refere-se a dados de estudantes inscritos no decorrer do ano civil.

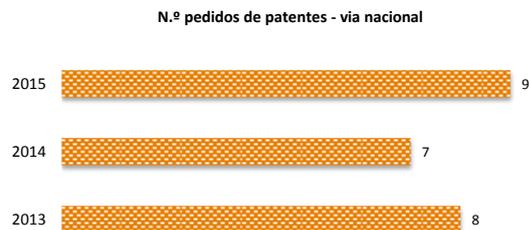
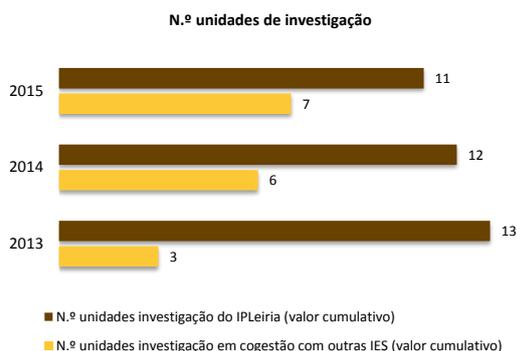
Relativamente ao número de diplomados, regista-se a seguinte evolução no IPEiria:

Estudantes diplomados	2012 2013	2013 2014	2014 2015 (p)
1.º ciclo (Licenciatura)	1.704	1.589	1.525
2.º ciclo (Mestrado)	331	233	305
CET (Cursos de Especialização Tecnológica)	537	513	575
TOTAL	2.572	2.335	2.405

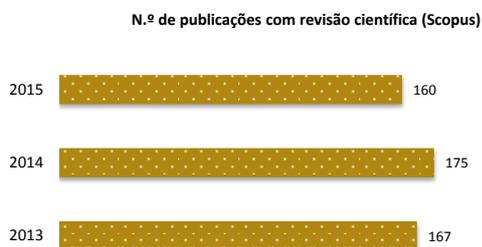
P - preliminares

Nota: Dados referentes a 31 de dezembro, na sua maioria utilizando como fonte de informação o inquérito ao Registo de Alunos Inscritos e Diplomados do Ensino Superior (RAIDES).

Investigação, desenvolvimento e inovação

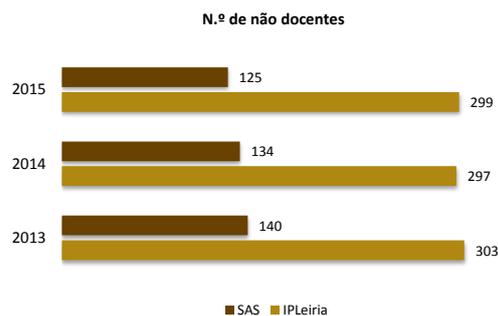
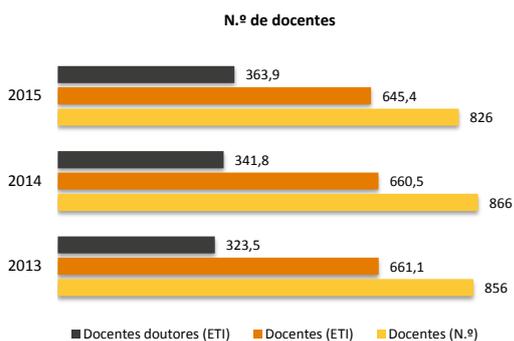


No ano de 2015, o IPELeiria dispõe de 18 Unidades de Investigação (número idêntico a 2014), 11 com gestão exclusiva e 7 em cogestão com outras instituições de ensino superior, em diferentes áreas do saber.



Os seus docentes publicaram um total de 160 trabalhos científicos (175 em 2014, de acordo com dados da *Scopus*). Registou-se um total de 9 pedidos de patentes via nacional (7 em 2014), sendo que dos pedidos efetuados até 31 de dezembro de 2015, o IPELeiria tem um total de 17 patentes concedidas, a nível nacional.

Recursos humanos



De 2013 a 2015 (dados a 31 de dezembro), a evolução do número de docentes e colaboradores técnicos e administrativos no Grupo IPELeiria é a que se encontra representada nos dois gráficos subsequentes.

Em 31 de dezembro de 2015, o Grupo IPELeiria conta com 826 docentes, 3 investigadores e 424 colaboradores técnicos e administrativos (299 IPELeiria e 125 SAS), o que perfaz um total de 1.253 pessoas. Com 363,9 docentes doutorados (valores ETI), verifica-se uma variação positiva comparativamente com o ano anterior (341,8), o que significa que 56,4% do total dos docentes tem o grau de doutor (em ETI), facto de primordial importância para a consolidação do IPELeiria.

06 | Orientações Estratégicas - Objetivos

Missão

Missão

O IPEleiria é uma instituição pública de ensino superior comprometida com a formação integral dos cidadãos, a aprendizagem ao longo da vida, a investigação, a difusão e transferência do conhecimento e cultura, a qualidade e a inovação.

Promove ativamente o desenvolvimento regional e nacional e a internacionalização.

Valoriza a inclusão, a cooperação, a responsabilidade, a criatividade e o espírito crítico e empreendedor.

in Plano Estratégico 2010-2014 do IPL

Orientações estratégicas 2010-2014

No Plano Estratégico 2010-2014 (o próximo Plano Estratégico encontra-se em últimação), o IPEleiria definiu 7 eixos estratégicos, os quais se subdividem em objetivos estratégicos e estes, por sua vez, em objetivos operativos.

Quadro 1 | Plano Estratégico 2010-2014 do IPEleiria – Eixos e objetivos

Eixo / Objetivo estratégico	Objetivo operativo
EIXO 1. Formação	
1.1. Dinamizar e consolidar a oferta formativa	1.1.1. Melhorar a articulação da formação pós-secundária, graduada, pós-graduada e ao longo da vida
	1.1.2. Interligar a formação com as necessidades do tecido institucional e empresarial da região
	1.1.3. Aumentar a oferta de formação ao longo da vida
1.2. Dispor de um sistema de reconhecimento e validação de competências	1.2.1. Implementar um sistema de reconhecimento e validação de competências
EIXO 2. Investigação, Desenvolvimento e Inovação	
2.1. Investigação e Desenvolvimento – Aumentar o volume, pertinência e a qualidade das atividades de Investigação e Desenvolvimento nos diversos domínios do Instituto	2.1.1. Valorizar e avaliar a investigação no IPEleiria
	2.1.2. Promover a investigação com entidades externas nacionais e internacionais
2.2. Transferência de conhecimento e tecnologia – Colocar o Instituto como parceiro preferencial, no âmbito regional	2.2.1. Incrementar o papel de observatório de estratégias de desenvolvimento regional
	2.2.2. Promover a prestação de serviços externos, a criação de empresas e transferência do conhecimento
EIXO 3. Internacionalização	
3.1. Mobilidade Internacional – Aumentar e diversificar a mobilidade internacional	3.1.1. Incrementar as atividades do IPEleiria através da mobilidade
	3.1.2. Incrementar o número de parcerias e a participação do IPEleiria em redes internacionais
3.2. Cooperação – Reforçar e ampliar as atividades de cooperação	3.2.1. Alargar o âmbito geográfico e temático da cooperação
	3.2.2. Diversificar as fontes de financiamento

Eixo / Objetivo estratégico	Objetivo operativo
EIXO 4. Pessoal Docente e Não Docente	
4.1. Qualificação e formação do pessoal – Dispor de pessoal qualificado e profissionalmente competente	4.1.1. Melhorar a capacidade científica e pedagógica dos docentes 4.1.2. Melhorar a formação e as competências profissionais do pessoal não docente
4.2. Meios, condições, motivação e reconhecimento no trabalho – Melhorar os meios e condições de trabalho e promover o reconhecimento das pessoas	4.2.1. Otimizar os meios e condições de trabalho 4.2.2. Melhorar o clima social e os mecanismos de avaliação do pessoal
4.3. Envolvimento institucional – Conseguir um maior envolvimento e participação do pessoal	4.3.1. Apoiar atividades sociais e culturais desenvolvidas pelos colaboradores 4.3.2. Melhorar a comunicação interna, a polivalência funcional e a troca de experiências
EIXO 5. Estudantes	
5.1. Desenvolvimento integral – Promover e acompanhar a sua formação integral como cidadãos e a sua inserção na vida ativa	5.1.1. Desenvolver competências pessoais, interpessoais e de cidadania 5.1.2. Estimular a participação cívica, cultural, artística, desportiva, científica e social 5.1.3. Preparar e acompanhar o estudante ao longo do percurso académico e na transição para a vida ativa
5.2. Promoção da igualdade de oportunidades – Melhorar condições de acompanhamento e serviços prestados	5.2.1. Melhorar as condições de acesso, de inclusão e de permanência
EIXO 6. Valorização e Desenvolvimento Regional	
6.1. Valorização da identidade regional – Reforçar o papel do IPEiria como fator de coesão de identidade e do desenvolvimento regionais	6.1.1. Intensificar o relacionamento com entidades e instituições vocacionadas para a promoção do desenvolvimento regional, por forma a favorecer a afirmação da região no contexto nacional 6.1.2. Promover a coesão das identidades regionais na zona de implantação do IPL
6.2. Dinamização científica, técnica, artística, cultural e social – Envolver o IPEiria com a comunidade na dinamização dos vários domínios da ciência, da cultura e das artes	6.2.1. Divulgar à comunidade as diferentes áreas da ciência, da cultura e das artes 6.2.2. Promover e apoiar a elaboração e dinamização de programas integrados, eventos e projetos que contribuam para o reforço da capacidade de iniciativa local e da competitividade da região
EIXO 7. Organização e Gestão	
7.1. Recursos – Incrementar os recursos disponíveis utilizando-os em cada momento de forma eficaz, sustentada e eficiente	7.1.1. Diminuir os custos de operação do IPEiria 7.1.2. Diversificar as fontes de financiamento e incrementar os recursos disponibilizados à comunidade académica
7.2. Informação, imagem e comunicação – Melhorar os conteúdos e a eficácia dos fluxos de informação e comunicação interna e externa	7.2.1. Melhorar a eficácia dos fluxos de informação 7.2.2. Aumentar os conteúdos disponíveis e melhorar a sua qualidade
7.3. Qualidade e participação – Incorporar um modelo de gestão, certificável, baseado na qualidade, que facilite o envolvimento das pessoas	7.3.1. Dispor de um sistema interno de qualidade orientado para a melhoria contínua, obtendo a certificação e acreditação em âmbitos selecionados 7.3.2. Aumentar os níveis de responsabilidade e capacidade de intervenção direta das chefias intermédias nos serviços e unidades orgânicas

Fonte: Plano Estratégico 2010-2014 do IPEiria.

Objetivos 2015

Em conformidade com o Plano Estratégico 2010-2014 do IPEiria, o Plano de Atividades 2015 foi estruturado com base em 7 eixos estratégicos, os quais nortearam a formulação de objetivos operacionais e a definição de atividades a desenvolver pelo Instituto e pelas suas unidades orgânicas, no respeito pela prossecução das suas atribuições e competências.

Assim, os objetivos para 2015 são os constantes no *Quadro 1*. As ações traçadas para alcançar os objetivos delineados constam do respetivo Plano de Atividades.

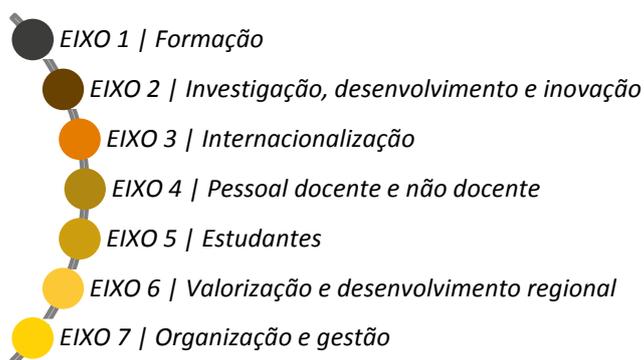
07 | Atividade do Grupo 2015

(Súmula da informação constante do Relatório de Atividades 2015 de cada uma das entidades consolidadas)

7.1. Instituto Politécnico de Leiria

Atividades | 2015

Organizado por áreas de atuação (os eixos estratégicos do Plano Estratégico 2010-2014), em consonância com o Plano e Relatório de Atividades, o presente capítulo visa agregar a informação mais relevante que caracteriza o desempenho do IPLeia em cada um desses domínios, no ano económico de 2015.



EIXO 1 | Formação

As iniciativas a promover pelo IPLeia no domínio da formação visam a dinamização e a consolidação da oferta formativa, nomeadamente com o aumento da oferta de formação pós-graduada e ao longo da vida (*cf. Quadro 1, p. 21*).

A oferta formativa do IPLeia, lecionada em regime presencial (diurno e pós-laboral) e a distância, repartida pelas cinco Escolas Superiores, caracteriza-se pela multidisciplinariedade, com cursos em diversas áreas do conhecimento. Compreende ciclos de estudo de licenciatura (1º ciclo) e de mestrado (2º ciclo) e a não conferente de grau em formação pós-graduada e de especialização, pós-secundária superior e não superior (CET e TeSP), contínua e o curso preparatório para o acesso ao ensino superior de maiores de 23 anos.

Nos últimos anos, apesar da tendência generalizada nas instituições de ensino superior de diminuição do número de estudantes, o IPLeia tem feito um esforço para contrariar esse movimento, registando um número de inscritos idêntico ao ano anterior. Por sua vez, ao nível dos diplomados, em 2014/2015 foram atribuídos pelo IPLeia 1.830 graus académicos e 575 diplomas de especialização tecnológica, números que não sofreram oscilações significativas nos anos letivos mais recentes.

No Concurso Nacional de Acesso ao Ensino Superior 2015, o IPLeia disponibilizou 1.900 vagas correspondentes a cursos de licenciatura, com a oferta de 2 novos cursos: *Bioteχνologia* (ESTM) e *Ciências da Informação em Saúde* (ESSLei). Após as três fases de colocação foram colocados no IPLeia 1.922 estudantes,

dos quais resultarem 1.596 matriculados, o que corresponde a uma taxa efetiva de preenchimento de vagas de 84%.

Em termos globais, em 2015/2016 verifica-se o ingresso no 1.º ano pela 1.ª vez em cursos de 1.º ciclo de 2.161 novos estudantes, através dos diversos regimes de ingresso.

No 2.º ciclo, depois de uma fase de expansão, a oferta formativa encontra-se consolidada, assim como o número de estudantes, a atingir aproximadamente os 1.500 no ano letivo 2015/2016. Do leque de cursos oferecidos constam 6 em regime *b-Learning* e a oferta em língua inglesa de 8 mestrados (5 ESTG, 1 ESAD.CR, 2 ESTM) com vista à captação de alunos internacionais. Em 2015/2016, o número de inscritos pela 1.ª vez no 1.º ano de cursos de 2.º ciclo rondava os 600 estudantes.

Dando seguimento à estratégia de incremento dos níveis de atratividade internacional e conseqüente captação de um maior número de estudantes estrangeiros, o I P L e i r i a deu continuidade às seguintes iniciativas: divulgação da oferta formativa em portais de educação estrangeiros; participação em feiras de educação internacionais (Ex. Brasil e EUA); estabelecimento de contactos com agentes de recrutamento; promoção de campanhas de marketing; criação de páginas segmentadas no *site* do I P L e i r i a direcionadas para os estudantes internacionais (Brasil e Equador); implementação de mecanismos de incentivo à inscrição de estudantes internacionais (Bolsas de Estudos).

Como é do conhecimento geral em Portugal o subsistema de ensino politécnico não tem a possibilidade legal de outorga do grau académico de doutor. Contudo, o I P L e i r i a é instituição de acolhimento de 84 doutorandos, seja por via das bolsas de doutoramento da Fundação para a Ciência e Tecnologia (22 bolseiros), seja através da participação oficial num programa doutoral internacional (DO*MAR, no âmbito do projeto *Campus do Mar*) ou ainda por meio das suas unidades de investigação.

Em matéria de avaliação/acreditação de cursos pela A3ES, foram acreditados todos os 6 pedidos (1 licenciatura e 5 mestrados) de acreditação prévia de novos ciclos de estudos submetidos em 2014. Em 2015, foram submetidas 3 novas propostas (1 licenciatura e 2 mestrados), estando ainda a aguardar parecer. O processo de avaliação de ciclos de estudos em funcionamento continuou em curso. De realçar ainda que o I P L e i r i a submeteu-se ao processo de auditoria ao Sistema Interno de Garantia da Qualidade, tendo a visita da Comissão de Avaliação Externa decorrido em dezembro. O resultado foi conhecido em março de 2016, tendo o sistema sido certificado por 2 anos.

Na oferta de CET/TeSP recorda-se que, com a publicação do diploma legal que cria os TeSP, em março de 2014, os CET deixaram de poder ser lecionados por instituições de ensino superior a partir do ano letivo 2015/2016. Assim, em 2015/2016, deu-se início à oferta de TeSP no I P L e i r i a, registando mais de 800 alunos inscritos no 1.º ano pela 1.ª vez, sendo o I P L e i r i a a instituição com maior número de estudantes inscritos no País. O I P L e i r i a obteve o registo de 33 TeSP junto da Direção Geral de Ensino Superior (DGES) em 2014 e 2015.

Relativamente a outra oferta formativa não conferente de grau, importa reter os seguintes factos de 2015: a oferta de pós-graduações foi alargada em 10 cursos; teve início a 9.ª edição (ano letivo 2015/2016) do curso preparatório para as Provas M23 com 120 alunos inscritos; o número de inscritos no Programa IPL 60+

manteve-se estável, com aproximadamente 100 inscritos por semestre; foi alargado o número de cursos *online* de acesso livre, através da plataforma UP2U, inspirados pelo movimento MOOC (*Massive Open Online Course*).

Paralelamente foram dinamizadas ações de formação contínua pelas diversas unidades orgânicas do IPEiria, fomentando assim a aprendizagem contínua, permanente e ao longo da vida.

Merece ainda relevo a atribuição das primeiras Bolsas de Mérito IPL + Indústria, no âmbito da parceria com a NERLEI e a CEFAMOL, a que se juntou, por mais um ano consecutivo, a atribuição dos Prémios IPEiria – Mérito Ensino Secundário 2015/2016 aos estudantes e respetivas escolas secundárias de origem dos estudantes distinguidos. Esta última decorreu na Sessão Solene de Abertura do ano letivo 2015/2016 do IPEiria, que foi, simultaneamente, uma sessão de comemoração do 35.º aniversário do Instituto.

Por último, mas não menos importante, de referir que o IPEiria, tendo como propósito o sucesso educativo dos seus estudantes e, conseqüentemente, a melhoria dos resultados, monitoriza periodicamente os níveis de (in)sucesso escolar dos seus cursos, através da análise de diferentes indicadores, por forma a adotar as medidas preventivas e corretivas que se mostrarem mais adequadas para cada caso.

EIXO 2 | Investigação, desenvolvimento e inovação

A prossecução de objetivos no campo da investigação, desenvolvimento e inovação nos diversos domínios do IPEiria assenta no aumento do volume, pertinência e qualidade das atividades de I&D+i e na interação do Instituto como parceiro preferencial, no âmbito regional, ao nível da transferência de conhecimento e tecnologia (*cf. Quadro 1, p. 21*).

O IPEiria desenvolve as suas atividades de I&D+i essencialmente através das suas 18 Unidades de Investigação (UI), 11 das quais com gestão exclusiva e 7 em cogestão com outras instituições de ensino superior, em diferentes áreas científicas: educação, ciências sociais, ciências jurídicas, ciência e tecnologia do mar, engenharia, telecomunicações, economia, gestão, turismo, motricidade humana, saúde e inclusão. Este total de UI já inclui a recente UI criada em 2015, a LIDA (Laboratório de Investigação em Design e Artes).

Atendendo à forte componente da investigação aplicada, algumas das UI estão localizadas em zonas industriais e empresariais, ou desenvolvem a sua atividade em estreita ligação com estas, em especial com PME. Integram docentes do IPEiria, mas também um número significativo de investigadores ligados a outras entidades e investigadores contratados ao abrigo de programas de investigação.

A inauguração da Infraestrutura Científica “Edifício CETEMARES, Centro de I&D, Formação e Divulgação do Conhecimento Marítimo”, em julho, com a presença do então Presidente da República, Professor Doutor Aníbal Cavaco Silva, é um acontecimento que marca o ano de 2015. A nova infraestrutura científica é a sede do MARE – Centro de Ciências do Mar e do Ambiente do IPEiria, permitindo uma maior interação com o mar e a indústria devido a uma localização privilegiada no porto de Peniche.

Também importante foi a criação da Comissão de Ética do IPEiria, com dedicação, quase em absoluto, às questões do foro ético relacionadas com a investigação científica. Foi criada tendo em conta a

multidisciplinaridade existente no IPLeiria, tendo já decorrido a fase de discussão pública da proposta de regulamento interno.

O ano de 2015 trouxe a abertura de alguns concursos, nomeadamente no âmbito dos novos Programas Quadro, nacionais (Portugal 2020; Centro 2020; Fundação para a Ciência e Tecnologia) e internacionais (H2020; Erasmus+). Neste contexto uma das prioridades foi estimular a participação alargada de docentes na investigação orientada para o tecido económico com relevância na Região Centro, principalmente nas áreas estratégicas de Investigação e Inovação para uma Especialização Inteligente (*RIS3: Research and Innovation Strategies for Smart Specialization*), em articulação com o CENTRO 2020, o Portugal 2020 e H2020.

No âmbito Regional de Leiria e Oeste, onde algumas das estratégias de desenvolvimento de base comunitária (DLBC) foram aprovadas, nomeadamente todas as costeiras (ADAE Mar; GAL Pesca Oeste e ECOMAR), salienta-se a estratégia “Terras de Sicó 2020” aprovada com uma dotação orçamental próxima de 4,5 M€, no âmbito do quadro comunitário 2014-2020, que foi integralmente suportada pelo Centro de Investigação para a Sustentabilidade (CIGS) do IPLeiria.

No total, em 2015, regista-se a aprovação de 27 candidaturas de projetos a financiamento externo. O financiamento total (atribuído ao IPLeiria) dos projetos aprovados (27) no ano de referência foi cerca de 2,4M€.

Foram inúmeras as iniciativas promovidas pelo IPLeiria visando incrementar em variedade, complexidade e relevância as atividades de I&D: disseminação ativa de informação sobre abertura de concursos de financiamento de projetos I&DT; o fomento de parcerias entre as UI; a participação em projetos conjuntos; a participação em eventos científicos nacionais e internacionais; as prestações de serviços a empresas; a contratação de bolseiros de investigação; o estabelecimento de redes de conhecimento; a mobilidade internacional de docentes e investigadores.

No domínio de I&D é ainda de realçar a criação e atribuição dos Prémios I&D+i IPLeiria (1.ª edição) em duas categorias – “+ Publicação Científica Internacional” (atribuído a professores/investigadores) e “+ Ciência” (atribuído às unidades de investigação) – um mecanismo de estímulo à publicação em revistas internacionais indexadas. A entrega ocorreu na Sessão Solene de Abertura do Ano Letivo 2015/2016, realizada em novembro, no Teatro José Lúcio da Silva, e referia-se à atividade de investigação e inovação produzida no ano 2014.

O dinamismo da investigação e inovação é também visível na Propriedade Industrial (PI) oriunda da comunidade académica. Em 2015 realizaram-se 35 pedidos de registo junto do Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI) (9 Patentes Nacionais, 15 Design/Modelo, 11 Marcas) e 2 registos de autor junto da Inspeção Geral das Atividades Culturais (IGAC).

EIXO 3 | Internacionalização

A internacionalização é outra das áreas consideradas estratégicas, apostando-se no reforço e diversificação da mobilidade internacional, na promoção de graus conjuntos ou em associação, e na ampliação das atividades de cooperação (cf. *Quadro 1, p. 21*).

A internacionalização tem-se destacado como elemento fundamental na estratégia de desenvolvimento do IPEiria, de tal forma que o ano letivo de 2013/2014 e 2014/2015 foram designados ano temático “IPL + Global”.

Inicialmente centrada na mobilidade de estudantes, docentes e colaboradores técnicos e administrativos, a internacionalização evoluiu para o desenvolvimento de projetos conjuntos, de formação, de investigação ou de intervenção na comunidade, para a participação em redes internacionais e, mais recentemente, para a promoção da oferta formativa de 1.º e 2.º ciclos junto de estudantes internacionais através da lecionação de cursos em língua inglesa, bem como, formação em língua inglesa para a comunidade académica e língua portuguesa para os estudantes e docentes internacionais.

Efetivamente, nos últimos anos a internacionalização das instituições de ensino superior tem assumido uma importância crescente e o IPEiria tem vindo a acompanhar esta tendência, fruto não só da globalização, como igualmente pelos inúmeros desafios com os quais as IES se têm deparado (nomeadamente as portuguesas) como seja o decréscimo de estudantes, as restrições financeiras, as novas necessidades do mercado e o surgimento de uma concorrência cada vez maior e mais global.

Algumas das iniciativas promovidas pelo IPEiria foram a divulgação da oferta formativa em portais de educação estrangeiros (dos quais se salientam os 8 mestrados em inglês e os mestrados e licenciaturas em português, direcionadas não só para os estudantes nacionais como igualmente para os estudantes internacionais que pretendam frequentar um período completo de estudos), a participação em feiras de educação internacionais (Ex. Brasil e EUA), o estabelecimento de contatos com agentes de recrutamento, e a promoção de campanhas de marketing.

Por outro lado, fomentou a promoção de programas de mobilidade de estudantes, docentes e colaboradores técnicos e administrativos. Neste domínio é de referir que no ano letivo de 2014/2015, o IPEiria expandiu-se para fora da União Europeia, tomemos como exemplo a participação no Programa Erasmus Mundus, em que foram recebidos e enviados os primeiros 20 estudantes e *staff* do projeto *INFINITY* (leste europeu) e foram recebidas as primeiras inscrições do projeto *Cruz del Sur* (América Latina), cujas mobilidades ocorrerão em 2015/2016 e 2016/2017.

É de destacar ainda que o IPEiria participa pela primeira vez em *Joint Master Degrees*, tendo formalizado os seus dois primeiros *double degrees* com parceiros de países do leste europeu, no âmbito do projeto *RETHINK* (programa comunitário TEMPUS).

Como resultado, no ano letivo 2014/2015 registaram-se 375 estudantes e 146 docentes e colaboradores em mobilidade (*outgoing* e *incoming*) no âmbito do Programa Erasmus+, e 32 estudantes (*outgoing* e *incoming*) ao abrigo de Protocolos Bilaterais (Brasil).

No âmbito de programas de cooperação internacional o número de estudantes (*incoming*) também é consideravelmente expressivo, essencialmente através da oferta formativa da ESECS/IPEiria para estudantes provenientes da China, resultado da cooperação estabelecida com o Instituto Politécnico de Macau e a BLCU – Beijing Language and Culture University (Licenciatura em *Tradução e Interpretação Português/Chinês – Chinês/Português*; Licenciatura em *Língua e Cultura Portuguesas* na BLCU), com o CIIE – Chinese Institute of

International Education/CISISU – Chengdu Institute Sichuan International Studies University (Curso *Chinese-Portuguese-English Studies*). Assim, no ano letivo 2015/2016, a ESECS/IPLeiria acolheu um total de 79 estudantes chineses.

É também significativo em 2015/2016 o número de estudantes internacionais inscritos no IPLeiria ao abrigo do Estatuto de Estudante Internacional, sendo mais representativo nas formações de 2.º ciclo, com aproximadamente 110 admissões, das quais se destacam 46 estudantes provenientes da República do Equador e 29 estudantes da Índia.

Dando continuidade à iniciativa Semana Internacional do IPLeiria realizou-se, em maio de 2015, a 4.ª edição. O programa englobou iniciativas que visavam conhecer diversas nacionalidades, a sua gastronomia, língua, hábitos e cultura, através de aulas abertas, seminários, *workshops*, conferências e exposições, entre outros.

Manteve-se a realização de Cursos de Língua Portuguesa Semestrais (*Erasmus Language Courses*), dirigidos a estudantes internacionais, constituindo-se como um domínio especializado da ESECS/IPLeiria.

Em 2015, o IPLeiria participou em 4 eventos internacionais (Brasil, Espanha, EUA, Portugal) e estabeleceu acordos/protocolos com instituições de ensino superior de 23 países estrangeiros (América do Sul, Europa, Ásia), procurado intensificar as relações de cooperação nos domínios da investigação e da formação. Promoveu também a visita de delegações a instituições de ensino superior estrangeiras e recebeu visitantes dessas instituições.

A internacionalização do IPLeiria é visível também na investigação, com a participação dos docentes, das unidades de investigação e das unidades orgânicas em projetos financiados por programas internacionais. Em 2015, por exemplo, o Instituto esteve envolvido em projetos aprovados no âmbito de programas como o Erasmus+ (Agência Nacional Erasmus +) e do Rights, Equality and Citizenship Programme (Comissão Europeia).

EIXO 4 | Pessoal docente e não docente

Ao nível do eixo pessoal docente e não docente, o IPLeiria assume um conjunto de iniciativas tendentes a melhorar a qualificação, formação e envolvimento dos recursos humanos, o que inclui a qualificação do corpo docente, a formação do pessoal não docente e a promoção do reconhecimento das pessoas e do seu envolvimento institucional (cf. *Quadro 1, p. 21*).

A área de recursos humanos continuou a sofrer uma grande instabilidade, heterogeneidade e desequilíbrio nas medidas políticas e legislativas aprovadas. Por essa razão, a gestão de recursos humanos manteve-se uma tarefa complexa de difícil previsão e impossibilidade de consolidação de medidas de carácter motivacional.

Em 31 de dezembro de 2015 (cf. Ponto 05 | IPLeiria em Números, p. 17), o IPLeiria contava com 826 docentes (645,4 em ETI), 3 investigadores e 299 colaboradores técnicos e administrativos, o que perfaz um total de 1.128 pessoas. Em igual período de 2014, contava com 1.167 (866 docentes, 4 investigadores e 297 não docentes).

No final de 2015, o IPEleiria conta com 363,9 docentes doutorados (valores ETI), verificando-se uma variação positiva face ao ano anterior, o que corresponde a 56,4% do seu corpo docente com o grau de doutor, facto de primordial importância para a consolidação do IPEleiria.

Um dos fatores capazes de influenciar a qualidade das atividades académicas e não académicas de uma instituição é precisamente a “qualidade” e o grau de desempenho e profissionalismo dos seus recursos humanos. O IPEleiria não tem descurado esta matéria e tem desenvolvido ações para, por um lado, melhorar a capacidade científica e pedagógica dos docentes e, por outro lado, melhorar a formação dos colaboradores técnicos e administrativos e a promoção do reconhecimento das pessoas e do seu envolvimento institucional.

No Plano Formativo de 2015, apresentado anualmente pelo IPEleiria, orientado para a estratégia, inovação e gestão, desenvolvimento de competências técnicas, científicas e comportamentais necessárias ao bom desempenho dos seus colaboradores é de realçar a continuidade dada ao Programa de Formação Contínua de Aprendizagem da Língua Inglesa, com a realização da 2.ª edição, que trabalhou os diversos níveis de conhecimento, distribuída pelos diversos locais geográficos do Instituto, enquadrada na estratégia de internacionalização do IPEleiria.

Paralelamente foram promovidas diversas ações de formação pelas diferentes unidades orgânicas do IPEleiria (Escolas, SAPE, UED, CTC/OTIC), sendo que o SAPE privilegiou as questões de natureza pedagógica, a UED deu particular enfoque às questões da educação a distância, o CTC/OTIC a ações que aproximem os docentes da realidade do mercado de trabalho, com a realização de projetos, prestações de serviços e visitas regulares a empresas e outras instituições, ou ainda por meio da participação em eventos científicos, nacionais e internacionais.

Importa também referir, por um lado, a aposta na formação especializada dos colaboradores, com a concessão de condições especiais caso prossigam os estudos no IPEleiria, registando-se interesse e adesão, numa iniciativa que serve simultaneamente a motivação e reconhecimento dos colaboradores do IPEleiria, e por outro lado, o incentivo ao corpo docente para a realização de programas de doutoramento ou obtenção do título de especialista.

Complementarmente o IPEleiria continuou a promover e incentivar a mobilidade internacional dos seus recursos humanos, conforme já referido num ponto anterior do presente relatório.

O Instituto tem também vindo a desenvolver atividades de índole diversa com vista à promoção do bem-estar e motivação dos seus colaboradores, desde ciclos de formação temáticos a atividades de lazer e convívio, nomeadamente as dinamizadas pela Direção de Serviços de Recursos Humanos e pelos próprios colaboradores. Destacam-se também as atividades de índole cultural, nomeadamente as dinamizadas na Biblioteca José Saramago (campus 2), assim como a divulgação de iniciativas externas e/ou em parceria com o IPEleiria, muitas vezes com condições apelativas, quando aplicável, para os colaboradores do Instituto.

EIXO 5 | Estudantes

A educação e a formação integral de jovens e adultos são centrais na missão do IPEleiria. O Instituto privilegiou o incremento de forma contínua da qualidade da formação, o acompanhamento dos estudantes ao longo do

seu percurso académico e a sua inserção na vida ativa, a promoção da igualdade de oportunidades e o desenvolvimento de ações para a sua formação integral como cidadãos (*cf. Quadro 1, p. 21*).

No IPLeiria existem diversas formas de apoio ao estudante, desde a promoção do apoio social, o acompanhamento psicológico, o reconhecimento do sucesso académico e o apoio na transição para a vida ativa.

Tal como as restantes instituições de ensino superior em Portugal, face à redução progressiva do financiamento público que tem sido observada nos últimos anos, o IPLeiria tem enfrentado dificuldades no plano orçamental, aumentando o grau de dependência da sua capacidade de angariação de receitas próprias. Apesar desta realidade, em 2015/2016, o valor das propinas manteve-se inalterado e igual ao ano anterior.

Por outro lado, foi dada continuidade ao programa FASE® - Fundo de Apoio Social ao Estudante (com a afetação de 2% do valor das propinas), procurou reforçar-se a já crescente celeridade da análise das candidaturas às bolsas de estudo, o apoio aos estudantes que manifestaram dificuldades em efetuar o pagamento da sua propina, através do estabelecimento de planos alternativos de pagamento, assim como o apoio médico e psicopedagógico. De referir ainda que foram mantidas as condições especiais para os agregados familiares com dois ou mais estudantes na instituição.

Por meio dos Serviços de Ação Social é proporcionado aos estudantes acesso a bolsas de estudo, a alojamento nas residências de estudantes, à prática de um conjunto de modalidades desportivas, bem como a um conjunto de Serviços Médicos a custos reduzidos.

Quanto aos recursos de aprendizagem considerados essenciais ou obrigatórios, o IPLeiria procura que os mesmos se encontrem disponíveis para utilização dos estudantes. Esta disponibilização pode consistir na utilização de espaços físicos dotados de equipamento e recursos específicos, como salas de informática e laboratórios, na disponibilização de conteúdos em formato digital através da plataforma de ensino à distância e da B-on ou ainda no fundo das Bibliotecas dos Serviços de Documentação. Neste domínio, em 2015 foram concretizados dois importantes investimentos – a conclusão do novo Laboratório de Engenharia Automóvel (projeto que consistiu na ampliação do edifício de Engenharia Automóvel, com capacidades laboratoriais únicas a nível nacional, apetrechado com novos equipamentos pedagógicos e de investigação) e a requalificação da Biblioteca do Campus 1. O custo total destes dois investimentos perfaz cerca de 1.070.000€, dos quais 78% foram suportados por fundos comunitários e os restantes 22% por receitas próprias.

No âmbito das áreas de intervenção do SAPE (apoio psicopedagógico; orientação e acompanhamento pessoal e social; apoio psicológico e orientação vocacional) desenvolveram-se programas de formação de competências transversais para os estudantes (cerca de 290 participantes em 2014/2015). Foi dinamizada pelo menos uma sessão de acolhimento aos novos estudantes por campus, promoveram-se atividades de formação extracurricular para estudantes, foram operacionalizados Planos de Recuperação e Intervenção para Estudantes em Risco de Abandono Escolar e Trabalhadores-Estudantes, bem como para Estudantes com Necessidades Educativas Especiais, e realizaram-se 1.632 atendimentos em consulta psicológica em todas as Escolas.

Formação e mercado de trabalho devem estar fortemente interligadas. Preparar e acompanhar o estudante ao longo do percurso académico e na transição para a vida ativa é um objetivo que continua a merecer uma atenção acrescida por parte do IPEiria. No sentido de apoiar os estudantes finalistas e diplomados na procura de emprego o IPEiria dispõe de uma bolsa de emprego *online* que fomenta a inserção de estudantes no mercado de trabalho. No ano de 2015, registaram-se na Bolsa 3.876 novos estudantes, 279 novas empresas, e foram divulgadas 572 ofertas de emprego/estágio profissional. Por sua vez, o CTC/OTIC dinamizou um conjunto de workshops/seminários/cursos junto dos estudantes, para estímulo de atitudes empreendedoras, fez o acompanhamento de projetos/ideias/planos de negócio, e promoveu contactos com empresas visando a divulgação do portfólio e a identificação de oportunidades.

Em complemento, no âmbito dos cursos de licenciatura, são dinamizadas anualmente aulas abertas e workshops temáticos realizados por especialistas, visitas de estudo, saídas de campo e projetos curriculares com empresas, visando disponibilizar conhecimentos aos estudantes sobre o funcionamento das entidades e do próprio mercado de trabalho. Acresce ainda as dezenas de protocolos estabelecidos no âmbito de estágios curriculares.

Em 2015 o IPEiria promoveu a 1.ª edição da Feira de Emprego do IPEiria. A iniciativa, organizada pela Bolsa de Emprego do IPEiria, em colaboração com as cinco Escolas e restantes serviços do Instituto, decorreu na Biblioteca José Saramago (campus 2), em Leiria. Cerca de 30 empresas marcaram presença na área de exposição, disponibilizando mais de 500 ofertas de emprego e estágio.

Neste âmbito, é ainda de referir a participação em 3 feiras nacionais de referência (Qualifica, Porto; Futurália, Lisboa; Fórum Emprego e Formação, Leiria), bem como o contacto próximo do Instituto com 3 incubadoras de empresas da região (Incubadora D. Dinis, Leiria; OPEN - Oportunidades Específicas de Negócio, Marinha Grande; OBITEC - Associação Óbidos Ciência e Tecnologia, Óbidos).

Procurando aprofundar o conhecimento das necessidades e expectativas de diplomados e empregadores o IPEiria integra o Consórcio Maior Empregabilidade, constituído por instituições de ensino superior, públicas e privadas, que aceitaram o convite da Fórum Estudante para realizar um conjunto de Estudos e Iniciativas que visam promover a maior empregabilidade dos jovens recém-diplomados do Ensino Superior. Em 2015, o IPEiria participou nos 3 estudos realizados no âmbito do Consórcio, mas ainda não finalizados: *“Mapeamento da Oferta de Formação e Educação em TICE”*; *“Alumni e Empregabilidade”*; *“Empregabilidade e Ensino Superior: O Papel dos Gabinetes de Saídas Profissionais”*.

Com base nos relatórios sobre *“A Procura de Emprego dos Diplomados com Habilitação Superior”*, da Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência (DGEEC), é efetuada uma análise da taxa de empregabilidade do IPEiria, desagregando-a pelas cinco Escolas Superiores que o compõem e, por sua vez, pelos cursos de 1.º ciclo ministrados em cada uma dessas Escolas, a qual é depois divulgada no *site* do Instituto.

Igualmente muito importantes são os antigos estudantes ou *alumni*, com os quais o IPEiria procura manter e reforçar os contactos, sendo múltiplas as iniciativas promovidas pela Rede IPEiria@alumni. Esta rede, iniciada em 2012, continua a crescer, assinalando-se o registo de quase 3.000 antigos estudantes no final de 2015, procurando dar cumprimento ao lema: *“Não desligue! Mantenha-se em Rede!”*.

EIXO 6 | Valorização e desenvolvimento regional

O eixo dedicado à valorização e desenvolvimento regional justifica-se pela intensificação do papel do IPEiria como fator de coesão de identidade e do desenvolvimento regionais e pelo maior envolvimento do IPEiria com a comunidade, na dinamização dos vários domínios da ciência, da cultura e das artes (*cf. Quadro 1, p. 21*).

O constante envolvimento do IPEiria em dezenas de iniciativas em matéria de formação, inovação e investigação, prestação de serviços à comunidade, evidencia o seu compromisso com o desenvolvimento da Região de Leiria e Oeste.

Desde a sua fundação que o IPEiria se tem vindo a preocupar com a afirmação da sua ligação ao exterior, quer através da sua participação em iniciativas e projetos com incidência no desenvolvimento económico-social e cultural da Região de Leiria e Oeste, quer pelas diferentes prestações que o seu corpo docente, de investigadores e pessoal não docente tem vindo a realizar ao nível de um conjunto diversificado de atividades e projetos.

O Instituto está hoje dotado de capacidade instalada para poder intervir em quase todas as áreas aplicadas do saber de que a região e o país necessitam. A qualidade dos seus docentes, por um lado, e a qualidade dos trabalhos dos estudantes de mestrado e doutoramento que orientam (apesar da impossibilidade formal de outorgar o grau de doutor, há doutorandos que desenvolvem os seus trabalhos de investigação no IPEiria), tem sido fundamental para o desenvolvimento da instituição e da região onde está inserida.

Esta colaboração ativa com o exterior envolve diversas entidades, entre as quais se destacam: escolas do ensino básico, secundário e profissional; instituições de ensino superior; centros de investigação; centros tecnológicos; empresas e demais entidades empregadoras; associações empresariais; ordens profissionais; e outras de natureza regional ou nacional.

Ao nível das parcerias estratégicas com empresas e núcleos empresariais é de realçar a vigência do protocolo IPL-Indústria, com a NERLEI e a CEFAMOL, que se centra, numa primeira fase, na parceria entre as empresas e a ESTG/IPEiria, sendo objetivo a curto prazo, estendê-lo às restantes Escolas do IPEiria, adequando à especialização de cada uma. Associado ao protocolo decorreu em 2015, o III Encontro IPL – Indústria e a entrega das primeiras Bolsas IPL + Indústria a estudantes.

Ainda em 2015, e promovida pelo IPEiria e pela Fórum Estudante, em parceria com a Câmara Municipal de Leiria, Câmara Municipal da Marinha Grande, NERLEI, CEFAMOL, Associação de Desenvolvimento da Alta Estremadura (ADAE) e 23 empresas da região, ocorreu a 2.ª edição do Leiria In – Semana da Indústria, na região de Leiria, iniciativa que oferece a 50 jovens estudantes do ensino secundário um conjunto diversificado de atividades em torno da Indústria e das suas potencialidades.

Por mais um ano consecutivo, e resultado de uma parceria entre Fórum Estudante, Câmara Municipal de Peniche e ESTM/IPEiria, realizou a 6.ª edição da Semana Tanto Mar, onde é dada a possibilidade a 50 jovens do secundário de todo o país vivenciarem um conjunto de atividades muito variadas em torno do mar e das suas potencialidades.

No total do ano contabilizam-se a celebração e operacionalização de cerca de 250 acordos/protocolos com entidades nacionais, para a realização, principalmente, de ações formativas, investigação, estágios, atribuição de título de especialista, aos quais acrescem 40 protocolos visando a obtenção de condições preferenciais para a comunidade académica do IPlEiria.

O IPlEiria promoveu também a receção de delegações/individualidades nacionais às suas infraestruturas e organizou visitas a diversas entidades nacionais.

Este envolvimento com a região onde se insere é reforçado por uma representatividade regional nos seus órgãos de gestão e, reciprocamente, pela integração do IPlEiria nos órgãos de diversas entidades regionais.

O IPlEiria tem vindo a desenvolver não só uma cultura de proximidade com o meio regional e empresarial em que se encontra mas também com os estudantes de diferentes níveis de ensino, enquanto potenciais frequentadores do Instituto e com os antigos e atuais estudantes. Para isso esteve representado em múltiplos eventos na região e organizou também eventos de natureza técnica e cultural. Participou em mostras educativas (de âmbito local, regional, nacional e internacional), promoveu o diálogo com as escolas secundárias e profissionais da região, organizou visitas de estudo e dias abertos aos seus *campi*, academias de verão para jovens, atividades no âmbito do Programa Ciência Viva.

Concluindo, a dinâmica da Região, por um lado, e o reconhecimento do trabalho desenvolvido pelo IPlEiria em matéria de formação, inovação e investigação e prestação de serviços à sociedade e aos seus agentes económicos, sociais e culturais, por outro, têm permitido ao Instituto assumir uma posição relevante no quadro da Região.

EIXO 7 | Organização e gestão

No domínio da organização e gestão o objetivo principal consiste na melhoria do modelo de gestão adotado baseado na eficácia dos fluxos de informação e comunicação interna e externa, que permita a utilização eficaz, sustentada e eficiente dos recursos disponíveis e que facilite o envolvimento das pessoas (*cf. Quadro 1, p. 21*).

Não obstante a redução do financiamento do Estado às instituições de ensino superior, seja por via direta ou indireta, que tem vindo a ser feita nos últimos anos, o IPlEiria canalizou esforços para prosseguir o seu caminho na oferta de formação de qualidade e na produção de conhecimento científico, mantendo uma gestão orçamental rigorosa ao longo do ano e reforçando a procura constante de novas fontes de financiamento capazes de gerar receitas próprias.

No contexto da boa governação, em 2015, o IPlEiria voltou a optar pelo encerramento de Escolas/Serviços no período de férias de verão (agosto), continuou a desenvolver o (futuro) sistema de apoio à decisão baseado em indicadores, monitorizou o Plano de Gestão de Riscos 2014/2015, deu início ao processo de preparação do Plano Estratégico para 2020, executou o projeto “Atende@IPlEiria - Atendimento Qualificado no Instituto Politécnico de Leiria” (aprovado pelo SAMA – Sistema de Apoio à Modernização Administrativa), e realizou auditorias internas aos serviços como forma de promover uma melhoria no desempenho dos procedimentos em uso e avaliação do sistema de controlo interno.

No plano da informação, imagem e comunicação do Instituto, em 2015 deu-se continuidade à organização de um conjunto de ações já consolidadas: campanhas de divulgação da oferta formativa; gestão da participação na imprensa generalista e especializada; manutenção do contacto regular com os *media*; comunicação ativa com o “universo IPLeiria” nas redes sociais; participação em feiras e exposições escolares e de orientação profissional; organização dos “Dias Abertos” nas diferentes unidades orgânicas; organização de visitas de estudo de escolas secundárias e profissionais ao IPLeiria, entre outras. Uma das novidades foi a disponibilização do novo portal do IPLeiria, no início do ano, alterando completamente a imagem institucional e conteúdos e procedendo a uma melhoria significativa na sua usabilidade, acessibilidade e navegabilidade.

A qualidade tem sido uma preocupação do IPLeiria, na medida em que se considera que avaliar a qualidade do que se faz é uma forma de melhorar o serviço prestado. Os principais mecanismos de garantia da qualidade do IPLeiria estão definidos nos Estatutos do Instituto: desde a existência de um órgão com atribuições específicas a este nível (o Conselho para a Avaliação e Qualidade), à definição de procedimentos como o relatório anual de avaliação de curso (da responsabilidade do coordenador de curso) ou a aplicação de inquéritos regulares (da responsabilidade dos Conselhos Pedagógicos da Escolas, com vista à aferição do desempenho pedagógico). Nos últimos anos têm-se desenvolvido esforços para que estas práticas, já instituídas nos princípios fundacionais da Instituição, sejam operacionalizadas de forma não-burocrática e produtiva do ponto de vista da efetiva melhoria do funcionamento do IPLeiria e conseqüente melhoria ao nível dos resultados e satisfação da comunidade académica em geral.

Desde 2013 que possui um Manual de Apoio ao Sistema Interno de Garantia da Qualidade, no sentido de proceder a uma melhor clarificação de alguns procedimentos e à atualização de práticas entretanto implementadas ou reformuladas, e, mais recentemente, em 2015, submeteu-se ao processo de certificação do Sistema Interno de Garantia da Qualidade pela A3ES, tendo o sistema sido certificado por 2 anos.

Informações Complementares

Em síntese, o IPLeiria deu cumprimento à grande maioria das metas traçadas no Plano de Atividades 2015, nos vários domínios em análise no presente documento.

Contudo, e em consequência dos crescentes constrangimentos orçamentais que as instituições de ensino superior portuguesas têm vindo a enfrentar, tal implicou uma gestão criteriosa e o acompanhamento permanente dos custos e proveitos e esforços na procura de novos mercados e fontes de financiamento complementares ao Orçamento de Estado, associado à elevada dedicação e espírito de entrega efetuado por todos, com vista à concretização dos objetivos.

7.2. Serviços de Ação Social

Atividades | 2015

Os Serviços de Ação Social definiram, para o ano de 2015, os seguintes objetivos estratégicos:

- Reforçar a qualidade dos serviços prestados;
- Garantir as condições para uma academia unida e participativa;
- Incrementar o nível de qualificação e competências individuais dos colaboradores dos Serviços de Ação Social;
- Contribuir para a afirmação da imagem institucional do Instituto Politécnico de Leiria.

No ano em apreço estes Serviços desenvolveram um amplo conjunto de atividades em benefício dos estudantes.

Os Serviços de Ação Social procuraram estimular a adoção de hábitos saudáveis, através da promoção de uma alimentação equilibrada, da prática desportiva, do respeito ambiental e do desenvolvimento integral dos estudantes. Efetuaram diligências com o objetivo de envolver os estudantes em atividades de melhoria contínua dos serviços (Comissões de Utilizadores, Comissões de Residentes), bem como em iniciativas culturais, desportivas e de solidariedade social.

Contribuíram, igualmente, para o sucesso registado nas iniciativas culturais e desportivas desenvolvidas pela comunidade académica do IPEiria (através de estudantes, Tunas, núcleos de estudantes e Associações de Estudantes). Foram assim concedidos apoios aos mais diversos níveis (alojamento, alimentação, transporte e logística), em regra, através da entidade que representa os estudantes de cada Escola Superior do IPEiria, ou seja, a sua Associação de Estudantes.

Estes Serviços atribuíram, também, à semelhança dos anos transatos, um subsídio anual às Associações de Estudantes das Escolas Superiores do IPEiria, para apoiar as atividades de índole cultural e desportiva por estas promovidas.

Mereceu também especial atenção o reforço de competências dos Recursos Humanos, bem como a motivação dos trabalhadores. Nesta medida, foi ministrada formação em diversas áreas, nomeadamente comportamental, segurança e manuseamento de alimentos. Os Serviços de Ação Social criaram, ainda, condições para que todos os colaboradores destes Serviços de Ação Social pudessem, querendo, frequentar aulas de formação em Inglês, promovidas pelo IPEiria.

De notar também que os Serviços de Ação Social investiram 67.643€ na manutenção e conservação de bens e edifícios e 12.306€ na aquisição de novos equipamentos, o que contribuiu também para a melhoria da qualidade do serviço prestado.

Setor de Apoio Financeiro/Apoio ao Estudante

A atribuição de bolsa de estudo é um instrumento essencial para os estudantes economicamente carenciados frequentarem com sucesso o seu curso, e um mecanismo privilegiado de combate ao abandono escolar no

ensino superior. Nos últimos anos letivos o número de candidaturas a bolsa de estudo tem-se mantido acima dos 3 mil, conforme informação constante do quadro que se segue.

Ano letivo	N.º de candidaturas a bolsa de estudo (2)	N.º de bolsas de estudo atribuídas (1)	% bolsas atribuídas (1)/(2)
2012/2013	3.651	2.381	65,22%
2013/2014	3.500	2.505	71,57%
2014/2015	3.384	2.445	72,25%

Observação: em 2015/2016, dados ainda preliminares apontam para 3.592 candidaturas e bolsas de estudo e 2.727 bolsas atribuídas.

Fonte: Setor de Apoio ao Estudante.

Apesar de no ano letivo de 2014/2015 se ter registado um ligeiro decréscimo do número de estudantes bolseiros (menos 60 bolsas de estudo), quando comparado com os valores do ano letivo anterior, a percentagem de bolsas atribuídas face ao número de candidaturas tem vindo a aumentar.

De salientar que o aumento do número de estudantes bolseiros, no ano letivo de 2013/2014, se deveu, essencialmente, à alteração do Regulamento para a Atribuição de Bolsas de Estudo a Estudantes do Ensino Superior, por aplicação do Despacho n.º 627/2014, de 14 de janeiro, permitindo conceder bolsa de estudo a estudantes cujos pais ou outros elementos do agregado familiar não tenham a situação tributária ou contributiva regularizada.

Através do Despacho n.º 2 906-C/2015, de 20 de março, foi criada a Comissão de Revisão do Regulamento de Atribuição de Bolsas de Estudo, com a missão de proceder à análise do Regulamento e de, ponderada a experiência da sua aplicação, apresentar alterações com o objetivo de tornar o sistema mais justo, rápido e eficiente¹.

Uma das alterações que refletiu maior impacto e que veio contrariar a tendência de descida do número de estudantes bolseiros foi a redefinição do valor do rendimento *per capita* abaixo do qual os estudantes são elegíveis para a atribuição de bolsa de estudos. Assim, o limiar de elegibilidade foi alterado de 14 vezes o valor do indexante dos apoios sociais acrescido do valor da propina máxima dos cursos de licenciatura do ensino superior público, para 16 vezes o valor do indexante dos apoios sociais, acrescido do valor da referida propina, ou seja, passou de 6.936,93€ para 7.770,99€.

A 31 de dezembro de 2015, registavam-se 3.537 requerimentos para a atribuição de bolsa de estudo, referentes ao ano letivo de 2015/2016.

Acresce ainda referir que, no ano de 2015, o encargo anual com o pagamento das bolsas de estudo cifrou-se em 5.506.176€.

¹ O Regulamento de Atribuição de Bolsas de Estudo a Estudantes do Ensino Superior foi alterado, com base nos contributos da Comissão de Revisão do Regulamento de Atribuição de Bolsas de Estudo. Esta Comissão foi criada com a missão de proceder à análise do Regulamento e de, ponderada a experiência da sua aplicação, apresentar alterações para tornar o sistema mais justo, mais rápido e mais eficiente. Dessa Comissão, coordenada por um representante do Gabinete do Secretário de Estado do Ensino Superior, fizeram parte representantes, da Direção -Geral do Ensino Superior, do Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas, do Conselho Coordenador dos Institutos Superiores Politécnicos, da Associação Portuguesa do Ensino Superior Privado e das associações de estudantes do ensino superior (Despacho n.º 7031-B/2015, de 24 de junho).

O pagamento destas bolsas de estudo é da responsabilidade do Estado, através da Direção-Geral do Ensino Superior (DGES), após a análise e tratamento de dados por parte destes Serviços de Ação Social. No ano letivo de 2014/2015, o valor médio da bolsa de estudo, sem complementos, foi de 2.053€ e com os complementos cifrou-se em 2.221€.

Foram ainda concedidos auxílios de emergência, de natureza excecional, face a situações económicas especialmente graves, bem como apoios aos estudantes com necessidades educativas especiais.

No sentido de minimizar o número de casos de estudantes em situação de risco de abandono escolar, os Serviços de Ação Social promoveram ações que permitiram identificar e acompanhar, ao longo do ano, estudantes que se encontrassem numa situação mais vulnerável. Através do FASE® - Fundo de Apoio Social aos Estudantes do Instituto Politécnico de Leiria, foi possível apoiar 216 estudantes, que colaboraram, de forma voluntária, em diversas Unidades e Serviços do Politécnico de Leiria, mediante uma retribuição pecuniária ou em espécie. Este apoio, concedido em numerário ou em espécie, totalizou 153.973€. De acordo com o testemunho dos estudantes que tiveram oportunidade de colaborar com a Instituição, ao abrigo do programa FASE®, este mecanismo revelou-se essencial para a maioria destes estudantes, conforme revela o inquérito de avaliação de satisfação realizado no final do ano letivo de 2014/2015.

Setor de Alojamento

Os Serviços de Ação Social são responsáveis pela gestão de oito Residências de Estudantes: quatro em Leiria, duas em Caldas da Rainha; e duas em Peniche. Em Leiria, dispõem ainda da Pousadinha José Saramago, destinada a alojamento casual de estudantes, professores e convidados do IPLeiria. No total, existe capacidade para alojar 740 estudantes em quartos duplos e individuais, conforme informação constante do quadro que se segue, sendo que alguns destes quartos reúnem condições para acolher estudantes com deficiência ou com mobilidade reduzida.

Residência	Localidade	Capacidade	% Ocupação
Afonso Lopes Vieira	Leiria	99	100%
Eça Queiroz	Leiria	109	100%
Francisco Rodrigues Lobo	Leiria	117	99%
José Saramago	Leiria	60	100%
Mestre António Duarte	Caldas da Rainha	107	83%
Rafael Bordalo Pinheiro	Caldas da Rainha	115	100%
Residência de Estudantes	Peniche	45	100%
Hotel - Escola do IPLeiria	Peniche	48	100%
Total Geral		700	98%

Fonte: Setor de Alojamento.

Ao longo do ano foram implementadas medidas para garantir uma taxa de ocupação, nas residências de estudantes, próxima dos 100%.

Setor de Alimentação

Os Serviços de Ação Social, através do seu Setor de Alimentação, gerem, em regime de exploração direta, a partir dos Serviços Centrais do I P L e i r i a, 5 unidades alimentares, distribuídas por 4 *Campi* do I P L e i r i a. Disponibilizam refeições em 5 cantinas, 1 *snack-bar* e 2 restaurantes e serviço de cafetaria em 8 bares. No conjunto, os Serviços de Ação Social colocam à disposição da comunidade académica do I P L e i r i a, 1.542 lugares sentados, dos quais 900 em refeitórios e restaurantes e 642 em bares.

As unidades alimentares funcionam 11 meses por ano, de segunda a sexta-feira, à exceção da unidade sita no *Campus 1* do I P L e i r i a, onde o serviço de almoço e jantar é assegurado, também, ao sábado.

O Setor de Alimentação distribuiu, em 2015, 330.836 refeições das quais 327.872 foram servidas em cantinas.

Dando continuidade a uma política de melhoria contínua, este Setor realizou reuniões com as Comissões de Utilizadores das Unidades Alimentares e deu continuidade à iniciativa “Cozinha Aberta”, convidando a comunidade académica a visitar os “bastidores” das Unidades Alimentares. Monitorizou, ainda, o grau de satisfação dos seus utilizadores, mediante a aplicação de inquéritos por questionário.

Paralelamente à sua atividade principal, fornecimento de refeições e serviço de bar a preços sociais a todos os elementos da comunidade académica, o Setor de Alimentação assegurou, ao longo de 2015, serviços “especiais” tais como *coffee-breaks*, beberetes, almoços e jantares com a finalidade de apoiar a realização de eventos organizados por estudantes, Escolas Superiores e Unidades Orgânicas da Instituição.

Setor de Saúde

Com o objetivo de proporcionar aos seus estudantes as melhores condições de acesso aos cuidados de saúde, estes Serviços de Ação Social, através dos seus Serviços Médicos, prestaram apoio, a custos reduzidos, em áreas específicas como as de diagnóstico e prevenção, bem como acompanhamento psicopedagógico, através das especialidades de Clínica Geral, Ginecologia/Planeamento Familiar, Medicina Dentária, Medicina Desportiva, Medicina do Trabalho e Oftalmologia.

Estas consultas foram prestadas, consoante os casos, semanal ou bissemanalmente, entre janeiro e junho e entre outubro e dezembro de 2015, em Leiria, Caldas da Rainha e Peniche.

Das 1.876 consultas realizadas entre janeiro e dezembro de 2015, aproximadamente 66% foram prestadas à comunidade estudantil do I P L e i r i a e as restantes (34%) aos colaboradores docentes e não docentes da Instituição. Foram, ainda, realizadas 143 consultas de Medicina Desportiva aos estudantes-atletas destes Instituto, em virtude da obrigatoriedade de realização de exames de avaliação médico-desportiva, com vista a atestar a inexistência de contraindicações para a prática de atividade física.

Setor das Atividades Desportivas e Culturais

Os Serviços de Ação Social procuraram, ao longo de 2015, incentivar os estudantes à prática desportiva de modalidades diversificadas, em contexto de lazer e de competição, contribuindo para o seu desenvolvimento integral.

Foram garantidos treinos regulares nas seguintes modalidades desportivas: andebol, atletismo, futebol 11, futsal, hóquei em patins e Rugby 7. Foi igualmente concedido apoio, em contexto competitivo, às modalidades de *badminton*, *bodyboard*, BTT, canoagem, escalada, judo, karaté, *karting*, *kickboxing*, natação, orientação, *surf*, *snowboard*, *taekwondo*, ténis, ténis de mesa e triatlo. Participaram nas modalidades desportivas 403 estudantes-atletas, dos quais 242 representaram o IPlEiria em competição.

No ano em análise, a equipa de Andebol de Praia masculino sagrou-se Campeã Nacional Universitária. Foram, igualmente, conquistados 13 títulos de Vice-Campeão Nacional Universitário e 10 títulos de 3.º lugar. Pela conquista do título de Vice-Campeã Nacional Universitária, a equipa de andebol masculino representou Portugal e o Politécnico de Leiria, no Campeonato Europeu Universitário de Andebol, que teve lugar na cidade de Braga, em Portugal.

Deu-se continuidade ao Programa de Atividade Física para Estudantes do IPlEiria – PAFE®, criado em 2014, numa parceria destes Serviços de Ação Social com o Curso de Desporto e Bem-Estar, da ESECS. Estes Serviços disponibilizaram o apoio logístico necessário, bem como equipamento e alguns Recursos Humanos, nomeadamente ao abrigo do programa FASE®.

Os 261 estudantes inscritos neste Programa puderam praticar as modalidades de dança, treino funcional, treino intervalado intensivo e treino localizado, em sessões disponibilizadas diariamente, em regime diurno ou pós-laboral, mediante o pagamento de uma mensalidade simbólica.

Os Serviços de Ação Social procuraram ainda, ao longo do ano de 2015, estimular a convivência entre a comunidade académica do IPlEiria, promovendo a participação de estudantes de todas as Escolas do Instituto em atividades culturais, desportivas e de apoio a causas sociais. Destas atividades, destaca-se a organização do III Torneio Interescolas, que contou com 84 estudantes de todas as Escolas do Instituto, o VI Troféu de Karting IPlEiria, que contou com a participação de 22 estudantes da ESTG e da ESECS, e a IV Caminhada Solidária SAS-IPlEiria, que permitiu apoiar, de forma solidária, uma Instituição Pública de Solidariedade Social.

Informações Complementares

Face ao exposto, considera-se que os objetivos definidos pelos Serviços de Ação Social para o ano de 2015 foram, na globalidade, cumpridos. Ao longo do ano, houve necessidade de reajustar, na medida do possível, as políticas de ação social, adotando medidas inovadoras, com o intuito de apoiar, de forma eficiente e eficaz, a comunidade estudantil do Politécnico de Leiria. Estes Serviços procuraram, ao longo do ano, atender também os pedidos formulados pelas diversas Unidades Orgânicas e Serviços do IPlEiria. Foram ainda efetuadas diligências para celebrar parcerias com empresas / entidades da região, de diferentes áreas, nomeadamente, alojamento, assessoria e consultadoria, beleza, cultura, desporto e bem-estar, educação, saúde, tecnologias de informação e comunicação, com o intuito de assegurar condições preferenciais à comunidade académica do IPlEiria.

08 | Análise à Situação Patrimonial e Desempenho Financeiro da Atividade Consolidada

8.1. Síntese de Contas Consolidadas | 2015

Dando cumprimento à legislação em vigor, elaborou-se o presente Relatório de Gestão Consolidado referente ao exercício de 2015, no qual se apresenta o Grupo Público IPLeiria, se descrevem as principais atividades desenvolvidas no ano pelas entidades que integram o perímetro de consolidação e se analisa o seu desempenho em termos económicos e financeiros.

As demonstrações financeiras individuais foram objeto de auditoria por entidade externa e de certificação legal por Revisor Oficial de Contas.

A informação deste Relatório é pormenorizada, e corresponde aos conteúdos disponibilizados nos Relatórios de Gestão do exercício de 2015 do IPLeiria e dos Serviços de Ação Social, após os ajustamentos de consolidação, ocorridos no balanço e demonstração de resultados, evidenciados nos quadros seguintes:

Quadro 2 | Síntese do balanço por entidade incluída na consolidação

	Unidade: euros				
Balanço	IPLeiria	SAS	Ajustamentos	Anulações	Total consolidado
Ativo líquido					
Imobilizações incorpóreas	2.967.881	-	-	-	2.967.881
Imobilizações corpóreas	69.405.891	18.695.936	-	-	88.101.827
Investimentos financeiros	228.996	-	-	-	228.996
Existências		34.867	-	-	34.867
Dívidas de terceiros-curto prazo	2.637.347	78.170	-738	-9.980	2.704.799
Dep. instituições financeiras e caixa	672.449	137.083	-	-	809.532
Acréscimos e diferimentos	4.598.645	102.165	-	-	4.700.810
Total do ativo	80.511.209	19.048.221	-738	-9.980	99.548.712
Fundos próprios e passivo					
Património	2.717.298	436.187	-	-	3.153.485
Reservas	15.611.114	4.259.383			19.870.497
Resultados transitados	3.739.180	-52.702	-476	886.321	4.572.323
Resultado líquido do exercício	-223.903	-28.825	-383	-12.609	-265.720
Provisões para riscos e encargos	353.835	-	-	-	353.835
Dívidas a terceiros — curto prazo	1.572.468	193.189	121	-9.980	1.755.797
Acréscimos e diferimentos	56.741.217	14.240.990	-	-873.712	70.108.494
Total dos fundos próprios e passivo	80.511.209	19.048.221	-738	-9.980	99.548.712

Fonte: Balanço individual das entidades incluídas na consolidação.

Quadro 3 | Síntese da demonstração de resultados por entidade incluída na consolidação

					Unidade: euros
Demonstração de Resultados	IPLeia	SAS	Ajustamentos	Anulações	Total consolidado
Custos e perdas					
CMVMC	-	860.964	-	-	860.964
FSE	5.461.149	615.507	-	-32.904	6.043.752
Custos com o pessoal	32.820.963	1.488.475	-	-	34.309.437
Transferências correntes	1.326.419	219.714	-	-45.570	1.500.563
Amortizações e Provisões	2.715.750	277.607	-	-	2.993.357
Outros custos operacionais	56.775	-	-	-	56.775
Custos e perdas financeiros	58.923	1.242	-	-	60.165
Custos e perdas extraordinários	185.584	-	-	-	185.584
Total dos custos e perdas	42.625.563	3.463.508	-	-78.474	46.010.597
Proveitos e Ganhos					
Vendas e prestações de serviços	930.787	2.232.106	-831	-36.675	3.125.387
Impostos e taxas	11.109.566	-	-	-	11.109.566
Proveitos suplementares	87.556	-	-	-143	87.414
Transferências correntes	28.131.764	960.550	-	-41.656	29.050.657
Outros proveitos operacionais	-	-	-	-	0
Proveitos e ganhos financeiros	-	1.472	-	-	1.472
Proveitos e ganhos extraordinários	2.141.987	240.555	447	-12.609	2.370.381
Total dos proveitos e ganhos	42.401.660	3.434.683	-383	-91.083	45.744.877
Resultados Operacionais	-2.121.383	-269.610	-831	-	-2.391.824
Resultados Financeiros	-58.923	229	-	-	-58.693
Resultados Extraordinários	1.956.403	240.555	447	-12.609	2.184.797
Resultados Líquidos do exercício	-223.903	-28.825	-383	-12.609	-265.720

Fonte: Demonstração de resultados individual das entidades incluídas na consolidação.

8.2. Balanço Consolidado

O perímetro de consolidação integra as contas do IPLeia e dos Serviços de Ação Social.

No ano de 2013 acentuou-se a aplicação do princípio da especialização nos termos da alínea d) do ponto 3 do POC-Educação, através da alteração de políticas no procedimento do reconhecimento de proveitos relativos às transferências do OE, que irão suportar o pagamento das férias e subsídio de férias contabilizados como acréscimo de custo.

Em 2014 e 2015, dando sequência a este processo de melhoria da especialização dos exercícios, foram reconhecidos proveitos decorrentes dos pedidos de pagamento referentes a projetos cofinanciados apresentados ou preparados até à data de conclusão das demonstrações financeiras. Ainda assim, pela complexidade envolvida, não se conseguiu aplicar este princípio a todos os projetos.

Pela interpretação do Decreto-Lei n.º 36/2015, de 09 de março de 2015², foi aplicado o período complementar para os pagamentos efetuados após o dia 31 de dezembro de 2015. Assim, o balanço reflete a situação de terceiros e disponibilidades antes de efetivação dos pagamentos relativos ao período complementar.

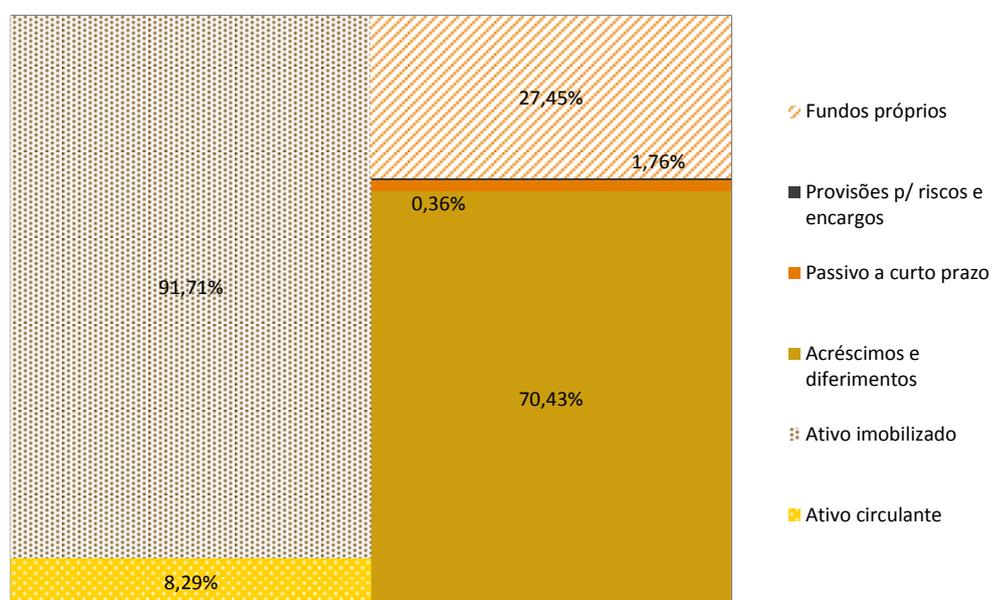
² Estabelece as normas de execução do Orçamento do Estado para 2015.

Resumidamente, a análise ao balanço do grupo IPEiria, à data de 31 de dezembro de 2015, permite concluir que o ativo líquido ascendeu a 99.548.712€ (cfr. Balanço), estando suportado por fundos próprios em 27,45% (27.330.585€), valor que traduz uma adequada autonomia financeira.

O passivo representado por provisões para riscos e encargos, dívidas a terceiros de curto prazo e acréscimos de custos, representa 7,25% do total do balanço e ascendeu a 7.215.533€; os proveitos diferidos de 65.002.594€ representam 65,30% do balanço e correspondem a financiamentos obtidos para investimento, os quais, em respeito às normas contabilísticas vigentes, são reconhecidos como proveitos em anos futuros, incorporando os resultados líquidos e os fundos próprios na proporção das amortizações dos bens adquiridos, somam-se ainda os proveitos de propinas e prestações de serviços diferidos para o exercício de 2016.

Em 2015, não se verificaram, em termos globais, alterações significativas, quer no ativo, quer no passivo, e por essa razão a estrutura manteve-se idêntica e encontra-se esquematizada no Gráfico 1.

Gráfico 1 | Estrutura do balanço consolidado



Fonte: Balanço Consolidado.

8.2.1. Estrutura do Ativo Líquido

O quadro seguinte evidencia os valores das várias componentes do ativo líquido, para o ano de 2015, o seu peso relativo e a sua variação face ao ano de 2014:

Quadro 4 | Composição do ativo líquido

Ativo Líquido			unidade: euros	
	2015	Estrutura	2014	Δ 2015/2014
Imobilizações incorpóreas	2.967.881	2,98%	2.961.407	6.474
Imobilizações corpóreas	88.101.827	88,50%	87.158.068	943.758
Investimentos financeiros	228.996	0,23%	228.996	0
Existências	34.867	0,04%	27.874	6.993
Dívidas de terceiros — Curto prazo	2.704.799	2,72%	2.535.905	168.894
Depósitos em instituições financeiras e caixa	809.532	0,81%	497.923	311.609
Acréscimos e diferimentos	4.700.810	4,72%	5.023.921	-323.111
Total	99.548.712	100,00%	98.434.095	1.114.617

Fonte: Balanço consolidado

No exercício de 2015, o ativo líquido do grupo I PLeiria ascendeu 99.548.712€, o que representa um acréscimo de 1,13% (1.114.617€) em relação a 2014. A variação ocorre por via das imobilizações corpóreas, mais concretamente nos edifícios e outras construções, equipamento e material básico e equipamento administrativo, parte do qual transferido de imobilizações em curso. Verifica-se, ainda, um aumento das dívidas de terceiros, designadamente estudantes e entidades financiadoras no âmbito de projetos cofinanciados. As disponibilidades aumentam por não incluírem os pagamentos efetuados no período complementar. Em sentido inverso às anteriores observa-se uma quebra nos acréscimos e diferimentos, mais concretamente nos acréscimos de proveitos.

Numa breve análise, verifica-se que as imobilizações corpóreas aumentam, em 2015, 943.758€ pois verifica-se que as aquisições do ano são superiores aos valores amortizados, dando origem a uma variação patrimonial positiva. Os acréscimos e diferimentos do ativo líquido, mais concretamente os acréscimos de proveitos, na componente de subsídios ao investimento e à exploração, diminuem, na sequência do processo de apuramento da especialização do exercício, dando continuidade ao trabalho iniciado no ano anterior em relação à política contabilística nesta matéria, que melhor conduz à obtenção de uma imagem verdadeira e apropriada da situação financeira e dos resultados.

Ativo Fixo

O ativo fixo, que integra as imobilizações incorpóreas, corpóreas e investimentos financeiros, ascendeu a 91.298.704€ e representa 91,71% do ativo (Quadro 4), evidencia uma variação positiva de 1,05%. Pela desagregação das contas (cfr. Balanço) verificamos que:

- O ativo incorpóreo (2.967.881€) integra os valores registados em despesas de investigação e desenvolvimento, e em propriedade industrial e outros direitos, que incorporam as patentes e os direitos de superfície, que não estão a ser sujeitos a amortização. As patentes não estão sujeitas a amortização nos termos do CIBE, e a não amortização dos direitos de superfície resulta do facto de os contratos incluírem cláusulas de renovação automática ou não ser expectável a sua rescisão. Estes ativos aumentam 6.474€ pelo incremento das aquisições do ano.

- O ativo fixo corpóreo de 88.101.827€ integra os imobilizados tangíveis móveis ou imóveis que a entidade utiliza na sua atividade operacional, representa cerca de 89% do ativo líquido, evidenciando o peso do património do grupo IPEiria. As rubricas com maior significado no imobilizado corpóreo são os edifícios e outras construções, os terrenos e o equipamento e material básico (cfr. Balanço). As imobilizações corpóreas registam um acréscimo de 1,08% (943.758€).
- Os investimentos financeiros totalizam 228.996€, não registando variação face ao ano anterior e representam a totalidade das participações detidas pelo IPEiria (vide ponto III.13 do anexo à demonstração financeiras consolidadas).

Ativo Circulante

O ativo circulante (que integra existências, dívidas de terceiros, disponibilidades e acréscimos e diferimentos) totaliza 8.250.008€, regista um acréscimo de 164.384€ o que traduz uma variação positiva de 2,03%. Nesta componente do ativo verifica-se:

- Que os Serviços de Ação Social apuraram as existências a 31 de dezembro, as quais totalizam 34.867€, e foram valorizadas ao custo de aquisição;
- Que as dívidas de terceiros, no montante de 2.704.799€, evidenciam um aumento face ao período homólogo de 6,66% (168.894€), variação explicada pelo acréscimo das dívidas de estudantes e de outros devedores³ em 432.428€, em sentido inverso, pela diminuição em 232.715€ das dívidas de clientes e em 30.818€ dos direitos sobre o Estado.
- Que as disponibilidades, não influenciadas pelos pagamentos efetuados no período complementar, totalizam 809.532€, encontram-se disponíveis em caixa, depósitos à ordem no tesouro (Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública – IGCP) e em Instituições Financeira, valores que representam 0,81% do ativo líquido.
- Ainda, que os acréscimos e diferimentos ativos, totalizam 4.700.810€, e referem-se a transferência a receber do OE (3.549.675€)⁴, a acréscimos de proveitos de serviços prestados e não faturados no ano a que respeitam (110.909€), aos quais se agregou, desde 2014, o reconhecimento de valores devidos pelas entidades financiadoras no âmbito de projetos cofinanciados com pedidos de pagamento submetidos/a submeter em 2016 (855.136€). Neste exercício acresce ainda, o montante de 11.700€ relativo a planos de pagamento de propinas de 2015 contabilizada como proveito no ano de 2016. Por fim a conta integra os custos diferidos relativos à especialização económica dos gastos com fornecimentos e serviços externos (173.391€).

8.2.2. Estrutura dos Fundos Próprios e Passivo

O quadro seguinte evidencia os valores das várias componentes dos fundos próprios e passivo, para o ano de 2015, o seu peso relativo e a sua variação face ao ano de 2014:

³ Rubrica que incorpora essencialmente as dívidas relativas aos contratos de financiamento de projetos cofinanciados (de investimento, investigação, mobilidade, entre outros).

⁴ Montante para fazer face aos acréscimos de remunerações a liquidar, relativas aos meses de férias e subsídio de férias a pagar em 2016.

Quadro 5 | Composição dos fundos próprios e passivo

	unidade: euros			
Fundos Próprios e Passivo	2015	Estrutura	2014	Δ 2015/2014
Património	3.153.485	3,17%	3.153.485	0
Reservas	19.870.497	19,96%	19.816.426	54.071
Resultados transitados	4.572.323	4,59%	4.859.916	-287.593
Resultado líquido do exercício	-265.720	-0,27%	-287.678	21.958
Total Fundos Próprios	27.330.585	27,45%	27.542.149	-211.564
Provisões para riscos e encargos	353.835	0,36%	246.605	107.231
Dívidas a terceiros — Curto prazo	1.755.797	1,76%	1.633.878	121.920
Acréscimos e diferimentos	70.108.494	70,43%	69.011.464	1.097.030
Total Passivo	72.218.127	72,55%	70.891.946	1.326.181
Total	99.548.712	100,00%	98.434.095	1.114.617

Fonte: Balanço consolidado

Fundos Próprios

Em 2015, os fundos próprios atingiram o montante de 27.330.585€, representando 27,45% do ativo líquido. Registam um decréscimo de 211.564€ em consequência da incorporação de resultados transitados negativos. Os resultados líquidos do ano evoluem positivamente, bem como as reservas, em particular as doações.

A conta património mantém o valor de anos anteriores (3.153.485€) e corresponde ao resultado da quantificação e valorização do património líquido do IPLeiria e Serviços de Ação Social em 1 de janeiro de 2002, data da implementação do POC-Educação.

As reservas totalizam 19.870.497€ (Quadro 5) e representam o conjunto dos bens em que o IPLeiria e Serviços de Ação Social figuram como entidade beneficiária de cedências de entidades externas ao grupo. A variação ocorrida no exercício, no montante de 54.071€, resulta da contabilização do conjunto de bens cedidos ao IPLeiria por entidades externas.

Os resultados transitados totalizam 4.572.323€ e apresentam uma variação para menos de 287.593€, que integra o registo de transferência dos resultados líquidos do exercício de 2014 do IPLeiria e Serviços de Ação Social.

O resultado líquido consolidado de 2015 é negativo em 265.720€, valor que será analisado no ponto destinado à análise da demonstração de resultados consolidada e que reflete o somatório dos resultados das entidades consolidadas com a anulação das operações efetuadas entre as entidades incluídas neste processo.

Passivo

O passivo ascendeu a 72.218.127€ em 2015 (Quadro 5) e registou um aumento de 1.326.181€ relativamente a 2014. Este acréscimo é essencialmente explicado pela variação positiva ocorrida na conta de acréscimos e

diferimentos, nomeadamente na rubrica de proveitos diferidos, mas também pela variação positiva nas dívidas a terceiros e nas estimativas de provisões para riscos e encargos. Verifica-se, por outro lado, a redução nas dívidas ao Estado e outros credores.

A componente de provisões para riscos e encargos, em 2015, verifica uma atualização de valores face ao ano anterior. As alterações ocorridas em 2015 correspondem a reforços e anulações nos montantes de risco associados a processos judiciais em curso e a estimativas de outros riscos de natureza específica e provável apurada no exercício. Os movimentos desta natureza foram atualizados em 107.231€.

As dívidas a terceiros totalizam 1.755.797€ (Quadro 5), e a variação ocorre por via das dívidas a fornecedores, ao Estado e outros credores, verificando-se, pela desagregação das rubricas que:

- Existem dívidas a fornecedores de conta corrente e de imobilizado no montante de 863.227€, valor que não está deduzido dos pagamentos efetuados no período complementar, verificando-se que o grupo IPEiria continua a cumprir atempadamente os seus pagamentos e compromissos, não havendo registo de pagamentos em atraso;
- Os encargos ao Estado e outros entes públicos ascendem a 738.833€, e registam o valor do IVA a pagar de apuramentos e diferenças registadas em meses anteriores que ficaram por regularizar (32.011€); contabilizam, ainda, o valor dos descontos sobre remunerações e aquisições de serviços referentes maioritariamente ao mês de dezembro, e pequenas diferenças ocorridas em meses anteriores, num total de 706.822€ (5.501€ de IRS e 701.321€ de outras contribuições, onde se incluem SS e CGA).
- As dívidas a outros credores totalizam 153.530€, em que 38.331€ correspondem a cauções de fornecedores, 38.383€ a cauções de comandos e garantias bancárias, sendo os restantes 76.828€ referentes reembolsos e restituições, pagamentos a alunos e consultores e outros.

Os acréscimos e diferimentos passivos totalizam 70.108.494€, na análise comparada entre 2015 e 2014, regista-se um aumento de 1.097.030€; pela sua representatividade nas contas passivas, apresenta-se a decomposição desta rubrica (Quadro 6):

Quadro 6 | Composição dos acréscimos e diferimentos passivos

Passivo Acréscimos e Diferimentos	unidade: euros			
	2015	Estrutura	2014	Δ 2015/2014
Remunerações a liquidar	4.959.848	7,07%	4.993.834	-33.986
Outros acréscimos de custos	146.052	0,21%	93.552	52.501
Total Acréscimos de custo	5.105.900	7,28%	5.087.385	18.515
Subsídios ao investimento	62.673.956	89,40%	61.588.381	1.085.575
Propinas	2.064.806	2,95%	1.985.841	78.965
Outros proveitos diferidos	263.832	0,38%	349.857	-86.025
Total Proveitos diferidos	65.002.594	92,72%	63.924.078	1.078.516
Total	70.108.494	100,00%	69.011.464	1.097.030

Fonte: Balanço consolidado.

Os acréscimos de custos totalizam 5.105.900€ e apresentam uma variação positiva de 18.515€. Registam a estimativa dos encargos com férias e subsídio de férias a liquidar em 2016, referente aos direitos adquiridos por parte do pessoal afeto ao normal funcionamento do grupo Ipleiria, à data de 31 de dezembro de 2015. No Ipleiria, os montantes foram apurados considerando as alterações previstas na Lei n.º 159-A/2015, de 30 de dezembro, que estabelece os mecanismos de extinção da redução remuneratória na Administração Pública⁵. A aplicação deste normativo implicou um acréscimo na estimativa de custos face aos valores de 2015 superior a 108.000€, com impacto direto nos resultados do exercício. Incluem ainda outros acréscimos de custos referentes a fornecimentos e serviços externos.

Os proveitos diferidos registam o montante global de 65.002.594€ e refletem uma variação de 1.078.516€. Nesta estrutura realça-se o elevado peso da componente de subsídios ao investimento, que ascendem a 62.673.956€, representando 86,78% do total do passivo. Esta componente refere-se aos montantes recebidos de projetos cofinanciados, destinados a financiar a aquisição de bens de capital e representam o total do ativo líquido financiado. De acordo com o princípio da especialização do exercício, estes financiamentos são diferidos e encontram-se a ser transferidos ao longo dos exercícios para resultados, através do seu reconhecimento como proveito, na proporção, das amortizações.

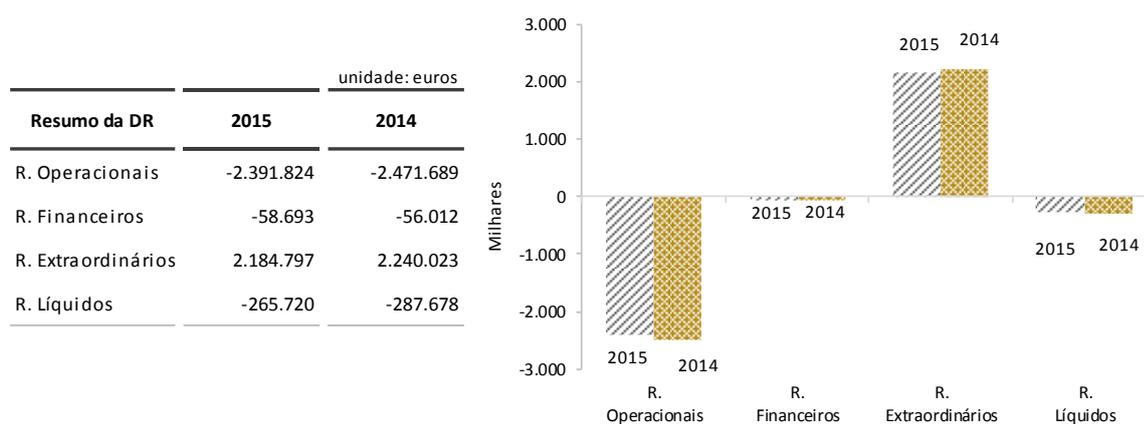
A rubrica de proveitos diferidos reflete ainda, o montante de 2.064.806€ de propinas de formação do 1.º e 2.º ciclo, que representam a quota-parte das propinas cobradas em 2015 mas a reconhecer no exercício seguinte, uma vez que o ano letivo não é coincidente com o período da gerência. Com menor expressão (263.832€) verifica-se a existência de outros proveitos diferidos referentes a montantes faturados em 2015, mas cujo serviço será concluído apenas em 2016 e a adiantamentos de projetos cofinanciados, não justificados com custos do ano e ajustados por via da especialização do exercício.

8.3. Demonstração de Resultados Consolidados

O grupo Ipleiria apresenta, em 2015, um resultado líquido do exercício negativo em 265.720€ (cfr. demonstração de resultados consolidada). Consta-se que a variação ocorrida nos custos e nos proveitos foi idêntica, pelo que resultado líquido não apresenta variações relevantes, face ao ano anterior, isto apesar do défice de transferências correntes para suporte da atividade operacional.

⁵ Designadamente o disposto no seu artigo 2.º, no qual se refere que “A redução remuneratória prevista na Lei n.º 75/2014, de 12 de setembro, é progressivamente eliminada ao longo do ano de 2016, com reversões trimestrais, nos seguintes termos: a) Reversão de 40 % nas remunerações pagas a partir de 1 de janeiro de 2016; b) Reversão de 60 % nas remunerações pagas a partir de 1 de abril de 2016; c) Reversão de 80 % nas remunerações pagas a partir de 1 de julho de 2016; d) Eliminação completa da redução remuneratória a partir de 1 de outubro de 2016”.

Quadro 7 | Estrutura de resultados consolidados



Fonte: Demonstração de resultados consolidada.

Resultados Operacionais

Os resultados operacionais negativos de 2.391.824€ exprimem a situação em que os custos da atividade do grupo IPEiria não são integralmente suportados por proveitos da atividade; de salientar, no entanto, o facto de os custos operacionais incluírem amortizações do imobilizado no montante de 2.645.846€, e de os proveitos operacionais não incluírem os respetivos subsídios ao investimento, no valor de 1.939.627€, os quais, na estrita aplicação do POC-Educação, integram os resultados extraordinários.

Resultados Financeiros

Os resultados financeiros apresentam um valor idêntico aos anos anteriores, evidenciando uma variação para menos de 2.681€, em consequência do aumento de custos desta natureza.

Resultados Extraordinários

Os resultados extraordinários verificam uma variação positiva de 55.226€, originada por um acréscimo dos custos e dos proveitos desta natureza. Os custos aumentam nas restituições, nas correções e nas multas e penalidades, os proveitos aumentam nos outros proveitos extraordinários e nas transferências de capital obtidas.

8.3.1. Estrutura de Custos e Perdas

A evolução da estrutura de custos e perdas consolidados entre 2015 e 2014 está representada no Quadro 8 e no Gráfico 2.

Quadro 8 | Estrutura de custos e perdas

Custos e Perdas	unidade: euros					
	2015		2014		Δ 2015/2014	
	Valor	Estrutura	Valor	Estrutura	Valor	%
Custo das mercadorias vendidas matérias consumidas	860.964	1,87%	914.935	2,02%	-53.971	-5,90%
Fornecimentos e serviços externos	6.043.752	13,14%	5.448.107	12,03%	595.645	10,93%
Transferências correntes concedidas e prestações sociais	1.500.563	3,26%	1.287.573	2,84%	212.990	16,54%
Custos com pessoal	34.309.437	74,57%	34.590.785	76,36%	-281.348	-0,81%
Outros custos e perdas operacionais	56.775	0,12%	10.400	0,02%	46.375	445,92%
Amortizações e provisões do exercício	2.993.357	6,51%	2.916.962	6,44%	76.395	2,62%
Total Custos operacionais	45.764.848	99,47%	45.168.762	99,72%	596.086	1,32%
Custos e perdas financeiros	60.165	0,13%	56.139	0,12%	4.026	7,17%
Total Custos financeiros	60.165	0,13%	56.139	0,12%	4.026	7,17%
Custos e perdas extraordinários	185.584	0,40%	72.661	0,16%	112.923	155,41%
Total Custos e perdas extraordinários	185.584	0,40%	72.661	0,16%	112.923	155,41%
Total	46.010.597	100,00%	45.297.563	100,00%	713.035	1,57%

Fonte: Demonstração de resultados consolidada

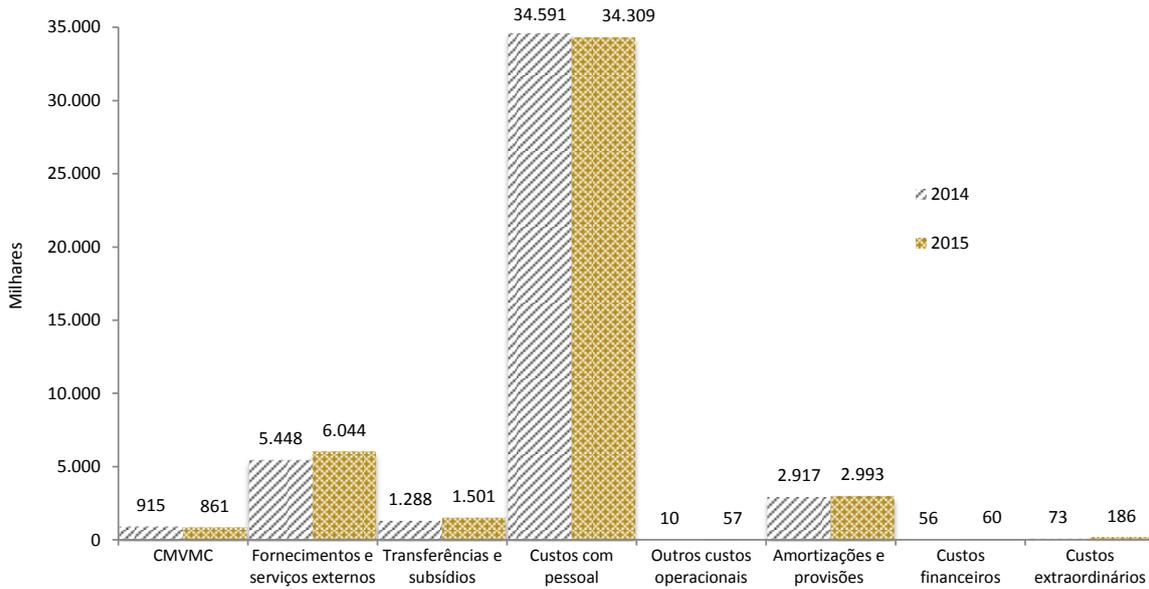
No exercício findo, os custos totais do grupo IPLeiria ascenderam a 46.010.597€ (Quadro 8), o que representa um aumento em termos relativos de 1,57%; destacam-se nesta estrutura, os custos com pessoal (74,57%), onde se incluem as remunerações e os encargos sociais; os fornecimentos e serviços externos (13,14%) e as amortizações e provisões do exercício (6,51%), valores que globalmente atingem 94,21% da totalidade dos custos.

Os custos e perdas financeiras apresentam um ligeiro acréscimo face ao ano anterior, e os custos e perdas extraordinárias que, apesar de pouco significativos, aumentam em 112.923€ e refletem ajustamentos de valores reportados a exercícios anteriores, conhecidos apenas em 2015.

Globalmente, os custos aumentam em 713.035€. Os acréscimos mais significativos ocorreram nos fornecimentos e serviços externos, nas transferências correntes concedidas onde se incluem os pagamentos de bolsas, e ainda nas amortizações e provisões do exercício e nos custos e perdas extraordinárias; em sentido inverso, verifica-se uma redução nos custos com pessoal em particular nas componentes de subsídio de férias e natal e encargos sociais, reduzem também os custos das mercadorias vendidas e matérias consumidas.

Nos dois últimos anos os custos e perdas apresentaram a composição constante do seguinte gráfico:

Gráfico 2 | Estrutura e evolução dos custos



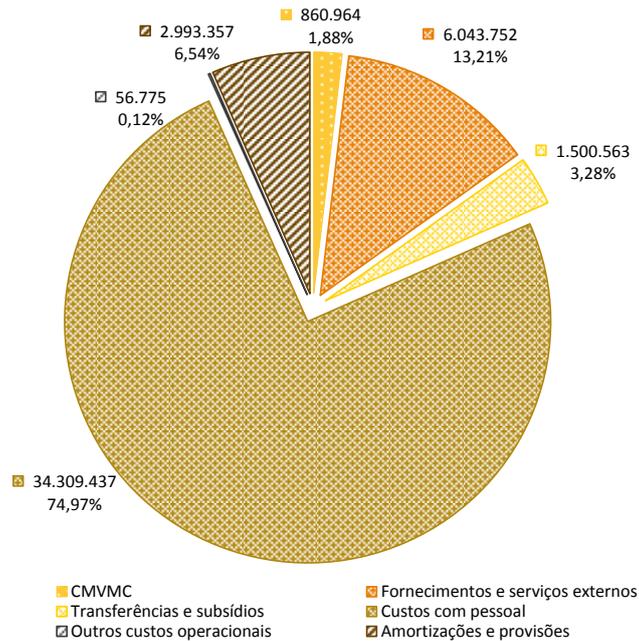
CMVMC – Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas.

Fonte: Balancete de contas do plano.

8.3.1.1. Estrutura de Custos Operacionais

Os custos operacionais representam mais de 99% (Quadro 8) dos custos totais e são maioritariamente constituídos por custos com pessoal (74,97%) e por fornecimentos e serviços externos (13,21%), aumentam comparativamente ao ano anterior praticamente em todas as suas componentes, com exceção dos custos com pessoal e das mercadorias vendidas e matérias consumidas.

Gráfico 3 | Estrutura dos custos operacionais



CMVMC – Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas.

Fonte: Balancete de contas do plano.

Pela sua representatividade nas contas consolidadas, segue-se um breve detalhe das despesas que compõem os custos operacionais, fornecimentos e serviços externos (Quadro 9); transferências correntes concedidas (Quadro 10); custos com pessoal (Quadro 11); outros custos e perdas operacionais (Quadro 12) e amortizações e provisões (Quadro 13) comparando os valores e o peso estrutural de 2015 e 2014.

Fornecimentos e Serviços Externos

Quadro 9 | Fornecimento e serviços externos

Fornecimentos e serviços externos	unidade: euros					
	2015		2014		Δ 2015/2014	
	Valor	Estrutura	Valor	Estrutura	Valor	%
Eletricidade	812.059	13,44%	817.365	15,00%	-5.306	-0,65%
Combustíveis/outros fluidos	277.186	4,59%	273.033	5,01%	4.153	1,52%
Água	175.013	2,90%	131.285	2,41%	43.728	33,31%
Rendas e alugueres	442.499	7,32%	26.720	0,49%	415.779	1556,07%
Comunicações	109.661	1,81%	105.599	1,94%	4.062	3,85%
Seguros	45.544	0,75%	44.154	0,81%	1.390	3,15%
Limpeza e higiene	529.009	8,75%	559.628	10,27%	-30.619	-5,47%
Vigilância e segurança	478.491	7,92%	548.887	10,07%	-70.396	-12,83%
Ferramentas e utensílios	68.098	1,13%	44.107	0,81%	23.992	54,39%
Material de escritório	71.200	1,18%	81.619	1,50%	-10.419	-12,77%
Transportes de pessoal	16.409	0,27%	27.806	0,51%	-11.397	-40,99%
Deslocações e estadas	267.666	4,43%	300.430	5,51%	-32.764	-10,91%
Honorários	196.469	3,25%	189.044	3,47%	7.424	3,93%
Conservação e reparação	285.930	4,73%	401.978	7,38%	-116.048	-28,87%
Publicidade	263.058	4,35%	256.790	4,71%	6.268	2,44%
Trabalhos especializados	1.344.406	22,24%	812.852	14,92%	531.554	65,39%
Licenciamento de software	117.225	1,94%	116.972	2,15%	253	0,22%
Consumos laboratoriais	230.858	3,82%	305.220	5,60%	-74.362	-24,36%
Seminários, exposições e similares	75.033	1,24%	121.992	2,24%	-46.959	-38,49%
Outros serviços	237.940	3,94%	282.627	5,19%	-44.687	-15,81%
Total	6.043.752	100,00%	5.448.107	100,00%	595.645	10,93%

Fonte: Balancetes de contas do plano.

Os fornecimentos e serviços externos, apesar dos esforços de contenção e racionalização de custos de funcionamento, atingem o montante de 6.043.752€, e refletem um aumento de 595.645€ face ao ano de 2014, justificado por despesas que ocorrem no âmbito de projetos cofinanciados⁶. Refira-se a redução de custos ocorrida na higiene e limpeza e na vigilância e segurança, em resultado do contínuo esforço de contenção e racionalização alcançado ao nível dos custos correntes da atividade da instituição.

O maior peso nos fornecimentos e serviços externos é representado pelos custos com trabalhos especializados de natureza diversa (22,24%), que incluem serviços de natureza especializada, onde se destacam os serviços de manutenção (instalações, equipamentos, AVAC, eletricidade e telecomunicações), os ensinamentos clínicos, e outros serviços especializados necessários ao desenvolvimento das prestações de serviços e dos projetos

⁶ A conta de rendas e alugueres regista uma despesa desta natureza no montante de 327.945€, relativa ao aluguer de embarcações ocorridas no âmbito de dois projetos cofinanciados.

cofinanciados realizados pelas entidades do grupo, apresentam um aumento de 531.554€, por via destes últimos⁷.

Em termos gerais as rubricas evidenciam um esforço de contenção, todavia as rubricas que refletem aumento são explicadas por necessidades pontuais associadas a prestações de serviços e a projetos cofinanciados.

Transferências Correntes

Quadro 10 | Transferências correntes concedidas

Transferências correntes concedidas e prestações sociais	unidade: euros					
	2015		2014		Δ 2015/2014	
	Valor	Estrutura	Valor	Estrutura	Valor	%
Sociedades e quase sociedades não financeiras	11.892	0,79%	750	0,06%	11.142	1485,60%
Administração central	2.066	0,14%	38.493	2,99%	-36.427	-94,63%
Administração local	19.667	1,31%	17.329	1,35%	2.338	13,49%
Instituições sem fins lucrativos	39.103	2,61%	41.656	3,24%	-2.553	-6,13%
Famílias	1.413.245	94,18%	1.174.469	91,22%	238.776	20,33%
Resto do mundo	14.590	0,97%	14.876	1,16%	-286	-1,92%
Total	1.500.563	100,00%	1.287.573	100,00%	212.990	16,54%

Fonte: Balancete de contas do plano.

As transferências correntes registam os valores atribuídos pelo IPLeiria e Serviços de Ação Social a outras entidades (privadas, famílias e a outras instituições), totalizaram 1.500.563€ e apresentam um aumento de 212.990€ face ao ano de 2014, resultante de duas variações em sentido oposto:

- Por um lado, as transferências para Administração central⁸ que incluem as relações, desta natureza, as transferências para instituições em fins lucrativos e resto no mundo, registam, em conjunto, uma diminuição de 39.266€.
- Por outro lado, os valores registados em transferências para Administração local e para Famílias que estão diretamente relacionadas com o pagamento de bolsas de investigação no âmbito de projetos de investigação cofinanciados, projetos internos e prestações de serviço; de bolsas de mérito e outros custos relativos a apoios atribuídos aos estudantes quer no âmbito dos programas de mobilidade, quer no âmbito de acordos específicos; inclui ainda, apoios à mobilidade de pessoal docente, não docente e estudantes, e ainda contratos de emprego e inserção (CEI) registam um aumento de 241.114€, mais significativo nas bolsas de mobilidade⁹. Verifica-se ainda um aumento das transferências para entidades privadas no montante de 11.142€.

⁷ O total destes custos em projetos cofinanciados é de 984.077€. Em 2015 este valor foi particularmente elevado pelos custos ocorridos no âmbito da operação Atende@IPLeiria, candidatada ao SAMA – Sistema de Apoios à Modernização Administrativa, que tem como objetivo central melhorar e monitorizar os processos de atendimento no IPLeiria, custos que nesta rubrica totalizaram (563.262€).

⁸ O valor registado em 2014 integrava o montante de 36.851€, referente à Remissão de Pensão por Acidente de Serviços de um funcionário do IPLeiria.

⁹ Refira-se que a maior destes custos tem uma contrapartida de proveitos, dado estarem incluídas em programas de financiamento.

Custos com o Pessoal

Quadro 11 | Custos com pessoal

Custos com pessoal	unidade: euros					
	2015		2014		Δ 2015/2014	
	Valor	Estrutura	Valor	Estrutura	Valor	%
Remunerações base do pessoal	22.546.343	65,71%	22.413.381	64,80%	132.962	0,59%
Subsídios de férias e natal	3.814.893	11,12%	4.071.576	11,77%	-256.684	-6,30%
Suplementos de remuneração (1)	1.146.388	3,34%	1.137.582	3,29%	8.805	0,77%
Prestações sociais directas	18.834	0,05%	30.131	0,09%	-11.297	-37,49%
Outras remunerações	168.764	0,49%	195.095	0,56%	-26.331	-13,50%
Encargos sobre remunerações (2)	6.614.216	19,28%	6.743.019	19,49%	-128.804	-1,91%
Total	34.309.437	100,00%	34.590.785	100,00%	-281.348	-0,81%

Fonte: Balancete de contas do plano.

(1) Suplementos remuneratórios: incluem, entre outros, subsídios de alimentação; ajudas de custo; despesas de representação, horas extraordinárias.

(2) Encargos sobre remunerações: incluem as contribuições para a CGA, SS e os encargos decorrentes da parentalidade.

Os custos com pessoal ascenderam a 34.309.437€ e evidenciam uma diminuição de 281.348€, que resulta, essencialmente, da diminuição na rubrica de subsídio de férias e Natal e nos encargos sobre as remunerações¹⁰ e prestações sociais diretas e também da diminuição das outras remunerações, que em 2014 contabilizava os custos associados ao Programa de Rescisões por Mútuo Acordo¹¹.

Em 2015 verificou-se, ainda, um impacto financeiro adicional na ordem dos 86 mil euros relativo ao regime transitório previsto no Decreto-Lei n.º 207/2009, de 30 de agosto, posteriormente alterado pela Lei n.º 7/2010, de 13 de maio¹², que foi atenuado com medidas de contenção de custos com pessoal, implementadas desde 2012. As transições automáticas apresentam um impacto acumulado anual superior a 850 mil euros.

Em cada ano, os custos com pessoal incluem os valores que não são pagos no exercício e que correspondem ao acréscimo de custos, relativos ao mês de férias e subsídio de férias que são pagos no ano seguinte, no valor de 4.870.250€¹³.

Outros Custos

Quadro 12 | Outros custos

Outros custos e perdas operacionais	unidade: euros					
	2015		2014		Δ 2015/2014	
	Valor	Estrutura	Valor	Estrutura	Valor	%
Impostos e taxas	56.775	100,00%	10.400	100,00%	46.375	445,92%
Outros custos e perdas operacionais	0	0,00%	0	0,00%	0	-
Total	56.775	100,00%	10.400	100,00%	46.375	445,92%

Fonte: Balancete de contas do plano.

¹⁰ Em 2015 verificou-se a supressão dos encargos para a ADSE na parte correspondente à entidade patronal.

¹¹ Definido com a Portaria n.º 221-A/2013 de 8 de julho, publicada no Diário da República, 1ª série N.º 129 de 8 de julho de 2013.

¹² Em 2012, esteve legalmente suspensa a possibilidade de proceder à alteração remuneratória em virtude da obtenção do grau de doutor, nos termos da Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, que aprovou o Orçamento do Estado para 2012 (LOE-2012), situação alterada em 2013 pela Lei n.º 66-B/2012, de 30 de dezembro, que aprovou o Orçamento do Estado para 2013 (LOE-2013).

¹³ Os montantes foram apurados considerando as alterações previstas na Lei n.º 159-A/2015, de 30 de dezembro, que estabelece os mecanismos de extinção da redução remuneratória na Administração Pública.

O valor referente a impostos e taxas, em 2015, apresenta um acréscimo, resultante da alteração na contabilização dos custos relativo à acreditação de ciclos de estudo por parte da A3ES; incorpora também o pagamento de taxas de justiça, taxas de autarquias locais e outras que ocorrem no âmbito da atividade do grupo IPLeiria.

Amortizações e Provisões

Quadro 13 | Amortizações e provisões

Amortizações e provisões do exercício	unidade: euros					
	2015		2014		Δ 2015/2014	
	Valor	Estrutura	Valor	Estrutura	Valor	%
Imobilizações corpóreas	2.645.846	88,39%	2.554.772	87,58%	91.073	3,56%
Provisões para cobrança duvidosa	178.019	5,95%	287.298	9,85%	-109.279	-38,04%
Provisões para riscos e encargos	169.492	5,66%	74.892	2,57%	94.600	126,32%
Total	2.993.357	100,00%	2.916.962	100,00%	76.395	2,62%

Fonte: Balancetes contas do plano.

As amortizações e provisões do exercício totalizaram 2.993.357€ e registam um aumento de 91.073€, nas amortizações de imobilizações corpóreas em resultado da expansão do investimento em ativos fixos e da passagem de ativos em curso. As provisões do exercício para cobrança duvidosa de clientes e estudantes diminuem em 109.279€ e as provisões para riscos e encargos aumentam em 94.600€, por via da atualização do risco associado a esta componente; globalmente verifica-se uma variação de 76.395€.

As amortizações do exercício sobre as imobilizações corpóreas somam 2.645.846€ e foram calculadas com base no método das quotas constantes, de acordo com as taxas legalmente previstas no CIBE – Cadastro e Inventário dos Bens do Estado¹⁴. Cerca de 73% deste custo é compensado anualmente pelo reconhecimento de proveitos contabilísticos considerados de natureza extraordinária, uma vez que parte significativa dos bens amortizados foi adquirida com apoio de subsídios ao investimento de natureza diversa.

Face aos riscos associados, as provisões para cobrança duvidosa de clientes e estudantes foram atualizadas em 178.019€; no final do exercício o valor acumulado é de 1.761.921€¹⁵, e reflete a totalidade dos créditos em mora há mais de 12 meses, para efeito de determinação da provisão nos termos no POC-Educação.

De igual forma, no exercício procedeu-se à atualização de valor nas provisões para riscos e encargos, no montante de 169.492€, valor analisado com maior detalhe nos Anexos às Demonstrações Financeiras Consolidadas. Com esta atualização, ficam refletidas no balanço, as responsabilidades de ocorrência provável ou certa, mas incerta quanto ao seu valor ou data de ocorrência, cuja natureza era conhecida a 31 de dezembro de 2015.

¹⁴ Aprovado pela Portaria n.º 671/2000 – 2ª Série, publicada no Diário da República n.º 91 de 17 de abril de 2000.

¹⁵ Consultar ponto 41 do Anexo ao balanço e à Demonstração de resultados consolidados.

8.3.1.2. Estrutura de Custos Financeiros

Os custos financeiros registados em 2015 totalizaram 60.165€ (cfr. demonstração de resultados no ponto 9.2) e referem-se quase exclusivamente a serviços bancários intrínsecos ao processo de cobrança de propinas e taxas. Registam um aumento de 4.026€ em resultado do acréscimo de operações efetuadas.

8.3.1.3. Estrutura de Custos Extraordinários

Quadro 14 | Custos extraordinários

Custos e perdas extraordinários	unidade: euros					
	2015		2014		Δ 2015/2014	
	Valor	Estrutura	Valor	Estrutura	Valor	%
Perdas em imobilizações	725	0,39%	4.304	5,92%	-3.579	-83,16%
Multas e penalidades	16.191	8,72%	75	0,10%	16.116	21488,55%
Aumento de provisões	3.192	1,72%	6.646	9,15%	-3.455	-51,98%
Restituições	39.016	21,02%	14.720	20,26%	24.296	165,06%
Outras correções	126.461	68,14%	46.916	64,57%	79.545	169,55%
Total	185.584	100,00%	72.661	100,00%	112.923	155,41%

Fonte: Balancetes contas do Plano.

Os custos e perdas extraordinárias registaram um aumento de 155,41% e totalizam 185.584€. O aumento verifica-se por via das restituições e de outras correções, representando estas, situações de correção sobre processos de receita de projetos e propinas, considerados como proveito em anos anteriores e cujo montante não foi integralmente concretizado. As multas e penalidades também aumentam, com o registo de emolumentos para os cursos técnicos superiores profissionais, em conformidade com o Despacho n.º 5920/2014.

As perdas de imobilizações e a atualização de provisões de clientes e estudantes, constituídas em anos anteriores, variam em sentido oposto às anteriores, e diminuem em 7.034€.

8.3.2. Estrutura de Proveitos e Ganhos

Tal como nos custos, em 2015 não se verificaram alterações significativas na estrutura dos proveitos face a 2014.

A evolução da estrutura de proveitos e ganhos consolidados entre 2015 e 2014 está representada no Quadro 15 e no Gráfico 4.

Quadro 15 | Estrutura de proveitos e ganhos

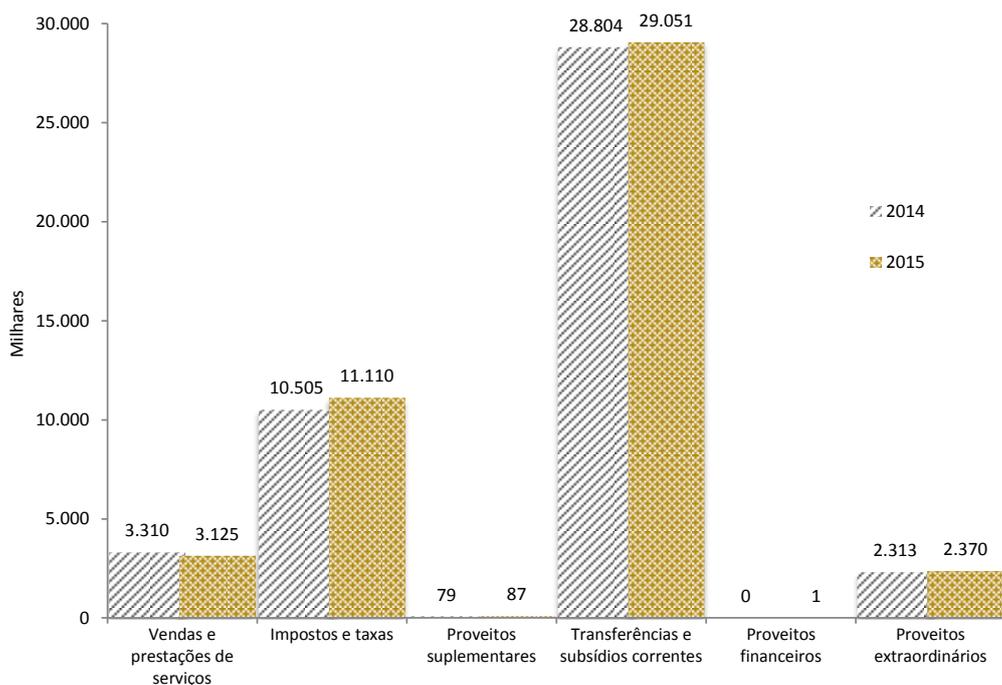
Proveitos e Ganhos	unidade: euros					
	2015		2014		Δ 2015/2014	
	Valor	Estrutura	Valor	Estrutura	Valor	%
Vendas e prestações de serviços	3.125.387	6,83%	3.309.531	7,35%	-184.143	-5,56%
Impostos e taxas	11.109.566	24,29%	10.505.191	23,34%	604.375	5,75%
Proveitos suplementares	87.414	0,19%	78.504	0,17%	8.910	11,35%
Transferências e subsíd. correntes obtidos	29.050.657	63,51%	28.803.847	63,99%	246.810	0,86%
Total Proveitos operacionais	43.373.024	94,82%	42.697.072	94,86%	675.952	1,58%
Proveitos e ganhos financeiros	1.472	0,00%	127	0,00%	1.344	1055,03%
Total Proveitos financeiros	1.472	0,00%	127	0,00%	1.344	1055,03%
Proveitos e ganhos extraordinários	2.370.381	5,18%	2.312.684	5,14%	57.697	2,49%
Total Proveitos e ganhos extraordinárias	2.370.381	5,18%	2.312.684	5,14%	57.697	2,49%
Total	45.744.877	100,00%	45.009.884	100,00%	734.993	1,63%

Fonte: Demonstração de resultados consolidada.

Os proveitos e ganhos atingiram o montante global de 45.744.877€, o que representa um aumento de 734.993€ e de 1,63% em termos relativos, motivada, essencialmente, pelo aumento dos impostos e taxas, das transferências correntes e dos proveitos suplementares. Os proveitos e ganhos extraordinários também aumentam, já as vendas e prestações de serviços apresentam uma quebra. Nesta estrutura de proveitos, destacam-se, pela sua representatividade as transferências e subsídios correntes obtidos, onde estão incluídas a transferências do OE.

Nos dois últimos anos os proveitos e ganhos apresentaram a composição constante do gráfico:

Gráfico 4 | Estrutura e evolução dos proveitos

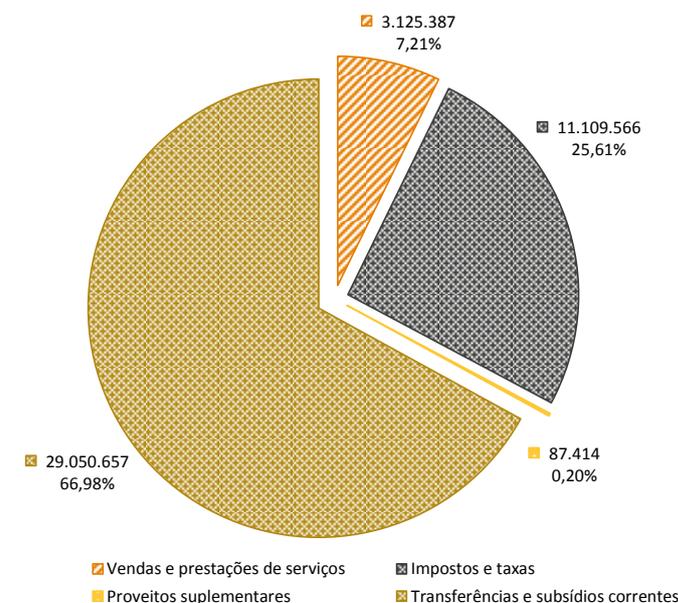


Fonte: Balancete de contas do plano.

8.3.2.1. Estrutura de Proveitos Operacionais

Os proveitos operacionais ascenderam a 43.373.024€ (Quadro 15) e representam cerca de 95% dos proveitos totais. Para a atividade operacional contribuíram maioritariamente as transferências e subsídios correntes obtidos, que ascenderam a 29.050.657€, representando cerca de 64% dos proveitos totais, e 66,98% dos proveitos operacionais, tendo-se registado um moderado aumento face ao ano anterior 246.810€ (0,86%).

Gráfico 5 | Estrutura de proveitos operacionais



Fonte: Balançetes contas do plano

As propinas e taxas incluídas na rubrica de impostos e taxas representam 24,29% dos proveitos totais, registando um aumento de 5,75% (604.375€), decorrente do crescimento dos rendimentos de taxas de ensino e dos rendimentos de propinas.

As vendas de bens e prestações de serviços constituem uma importante fonte de proveitos, representando 6,83% dos proveitos totais, registam uma diminuição de 5,56% (184.143€). Esta redução resulta da quebra na atividade de estudos, pareceres e projetos, ações de formação, conferências seminários e congressos, e serviços de alimentação/refeições e alojamento decorrentes, estes últimos, da atividade dos Serviços de Ação Social, que no conjunto absorveram os principais acréscimos registados nos patrocínios e apoios e na colaboração docente.

Se ao valor dos proveitos operacionais se retirar a parte referente às transferências e subsídios correntes, obtemos o montante de 14.322.367€, que representa a capacidade de autofinanciamento corrente do grupo IPLeiria, montante que aumenta em 429.142€ face aos valores atingidos em 2014, pelas variações acima registadas.

Segue-se um breve detalhe dos proveitos operacionais, vendas e prestações de serviços (Quadro 16); impostos e taxas (Quadro 17); proveitos suplementares (Quadro 18); e transferências e subsídios correntes obtidos (Quadro 19), comparando os valores e o peso estrutural em 2015 e 2014.

Venda de Bens e Prestação de Serviços

Quadro 16 | Venda de bens e prestação de serviços

Vendas e prestações de serviços	unidade: euros					
	2015		2014		Δ 2015/2014	
	Valor	Estrutura	Valor	Estrutura	Valor	%
Fotocópias, impressos e publicações	308	0,01%	377	0,01%	-69	-18,20%
Livros e documentação técnica	16.082	0,51%	2.109	0,06%	13.973	662,40%
Produtos alimentares e bebidas	739.836	23,67%	772.528	23,34%	-32.692	-4,23%
Refeições	11.340	0,36%	9.907	0,30%	1.433	14,47%
Merchandising e outros bens	900	0,03%	343	0,01%	557	162,27%
Total Venda de bens	768.466	24,59%	785.264	23,73%	-16.798	-2,14%
Serviços de alimentação	800.427	25,61%	836.239	25,27%	-35.812	-4,28%
Serviços de alojamento	563.321	18,02%	603.676	18,24%	-40.355	-6,68%
Estudos, pareceres, projetos e consultadoria	524.401	16,78%	579.687	17,52%	-55.286	-9,54%
Serviços de laboratórios	3.614	0,12%	3.949	0,12%	-335	-8,48%
Colaboração docente	58.111	1,86%	35.213	1,06%	22.899	65,03%
Patrocínios e apoios	190.883	6,11%	84.587	2,56%	106.296	125,67%
Serviços de impressão, fotocópias e reprografia	29.687	0,95%	27.980	0,85%	1.706	6,10%
Ações de formação	26.289	0,84%	71.736	2,17%	-45.447	-63,35%
Conferências, seminários e congressos	67.387	2,16%	196.841	5,95%	-129.454	-65,77%
Atividades de saúde	12.934	0,41%	13.478	0,41%	-545	-4,04%
Serviços sociais, recreativos, culturais e desporto	1.757	0,06%	2.198	0,07%	-441	-20,07%
Outros	78.112	2,50%	68.683	2,08%	9.429	13,73%
Total Prestações de serviços	2.356.922	75,41%	2.524.267	76,27%	-167.345	-6,63%
Total	3.125.387	100,00%	3.309.531	100,00%	-184.143	-5,56%

Fonte: Balancete de contas do plano.

As vendas de bens e prestações de serviços evidenciam um peso relativo consolidado na ordem dos 7%; destaca-se, nesta estrutura, o valor dos serviços resultantes da atividade desenvolvida pelos Serviços de Ação Social, como os serviços de alimentação, alojamento e produtos alimentares e bebidas.

Para a atividade do IPLeiria o destaque encontra-se nos serviços realizados ao exterior, que correspondem maioritariamente a serviços de estudos, pareceres, projetos e consultoria, ocorridos pela crescente cooperação entre as Unidades Orgânicas e de Investigação do IPLeiria e outras entidades – de direito público e privado, traduzida na adjudicação e prestação de um vasto conjunto de prestações de serviços; e nos patrocínios e conferências, seminários e congressos.

Este amplo leque de atividades e serviços desenvolvidos gerou um rendimento que ascendeu aos 3.125.387€, registando uma redução de 184.143€.

Impostos e Taxas

Quadro 17 | Impostos e taxas

Impostos e taxas	unidade: euros					
	2015		2014		Δ 2015/2014	
	Valor	Estrutura	Valor	Estrutura	Valor	%
Propinas de licenciatura	7.416.948	66,76%	7.504.497	71,44%	-87.549	-1,17%
Propinas de formação pós-graduada	196.614	1,77%	144.262	1,37%	52.353	36,29%
Propinas de mestrados	1.579.142	14,21%	1.195.824	11,38%	383.317	32,05%
Propinas de CETs e TesP	900.355	8,10%	727.842	6,93%	172.513	23,70%
Propinas de cursos preparatórios	80.676	0,73%	74.102	0,71%	6.574	8,87%
Propinas de formação contínua	80.704	0,73%	68.156	0,65%	12.548	18,41%
Total Propinas	10.254.439	92,30%	9.714.683	92,48%	539.756	5,56%
Diplomas e certidões e fotocópias	72.268	0,65%	66.831	0,64%	5.437	8,14%
Taxas matrícula, exames e melhorias de nota	276.288	2,49%	272.194	2,59%	4.095	1,50%
Multas	71.154	0,64%	70.144	0,67%	1.010	1,44%
Outras taxas	435.417	3,92%	381.340	3,63%	54.077	14,18%
Total Taxas	855.127	7,70%	790.508	7,52%	64.619	8,17%
Total	11.109.566	100,00%	10.505.191	100,00%	604.375	5,75%

Fonte: Balancetes de contas do plano.

Os proveitos provenientes de impostos e taxas (propinas, multas e outras penalidades), representam mais de 24% dos proveitos do grupo I PLeiria e registam, após mais de dois anos de quebra, um aumento de 5,75% resultante do crescimento, quer nas propinas, quer nas taxas de ensino, destacando-se o desempenho positivo das propinas de cursos de 2.º ciclo e dos cursos Técnicos Superiores Profissionais (TeSP).

Refira-se que no ano letivo 2014/2015, o valor da propina foi atualizado, o que já não acontecia desde 2011/2012.

Proveitos Suplementares

Os proveitos suplementares, no montante de 87.414€, apresentam um aumento de 8.910€ face aos valores de 2014, originado pela rentabilização das cedências de instalações.

Quadro 18 | Proveitos suplementares

Proveitos suplementares	unidade: euros					
	2015		2014		Δ 2015/2014	
	Valor	Estrutura	Valor	Estrutura	Valor	%
Cedência de instalações e equipamentos	79.570	91,03%	70.566	89,89%	9.004	12,76%
Compensações de despesas	7.843	8,97%	7.938	10,11%	-94	-1,19%
Total	87.414	100,00%	78.504	100,00%	8.910	11,35%

Fonte: Balancete de contas do plano.

Transferências e Subsídios Correntes

Quadro 19 | Transferências e subsídios correntes

Transferências e subsíd. correntes obtidos	unidade: euros					
	2015		2014		Δ 2015/2014	
	Valor	Estrutura	Valor	Estrutura	Valor	%
Estado + Estado Projetos cofinanciados	25.720.881	88,54%	26.341.427	91,45%	-620.546	-2,36%
Financiamento Comunitário	3.284.102	11,30%	2.374.763	8,24%	909.340	38,29%
Instituições s/ fins lucrativos e privadas	45.674	0,16%	87.658	0,30%	-41.984	-47,89%
Total	29.050.657	100,00%	28.803.847	100,00%	246.810	0,86%

Fonte: Balancetes de contas do plano.

As transferências e subsídios correntes obtidos compõem-se essencialmente pelas verbas atribuídas anualmente pelo Estado, às quais se adicionam as transferências efetuadas no âmbito de projetos cofinanciados, cuja componente de despesa seja corrente. As principais variações justificam-se pela diminuição das transferências do Estado, compensadas, em montante superior, pelas transferências comunitárias, justificando o acréscimo destes proveitos em 246.810€.

O valor global identificado em transferências do Estado reflete o total do financiamento atribuído ao grupo IPEiria pelo Estado, em conformidade com as regras definidas pela Tutela, e o financiamento de projetos cofinanciados pelo Estado, por SFA, e outras entidades, destinados ao apoio das atividades operacionais do grupo, os quais, globalmente, apresentam uma redução de 2,36%. Integra ainda a estimativa do valor a ser transferido em 2016 para pagamento dos subsídios e mês de férias, na parte financiada pelo OE, pelo montante global de 3.549.675€.

As transferências relativas a projetos cofinanciados com fundos comunitários e as transferências de instituições sem fins lucrativos atingem o montante de 3.329.776€, e aumentam em 35,22% (867.356€), dando continuidade aos resultados do empenho do IPEiria na obtenção de novas origens de financiamento, dado que os Serviços de Ação Social não registam proveitos desta natureza.

8.3.2.2. Estrutura de Proveitos Financeiros

Os proveitos e ganhos financeiros apresentam uma expressão muito reduzida nas contas de 2015, em resultado das condições do mercado financeiro e da redução das disponibilidades do grupo.

8.3.2.3. Estrutura de Proveitos Extraordinários

Quadro 20 | Proveitos extraordinários

Proveitos e ganhos extraordinários	unidade: euros					
	2015		2014		Δ 2015/2014	
	Valor	Estrutura	Valor	Estrutura	Valor	%
Ganhos em imobilizações	0	0,00%	2.471	0,11%	-2.471	-100,00%
Reduções de amortizações e provisões	247.172	10,43%	290.627	12,57%	-43.456	-14,95%
Reposições não abatidas	5.298	0,22%	3.821	0,17%	1.476	38,63%
Outras correções relativas a ex. anteriores	10.137	0,43%	202.290	8,75%	-192.153	-94,99%
Transferências de capital obtidas	1.939.927	81,84%	1.760.184	76,11%	179.742	10,21%
Outros proveitos e ganhos extraordinários	167.848	7,08%	53.291	2,30%	114.557	214,97%
Total	2.370.381	100,00%	2.312.684	100,00%	57.697	2,49%

Fonte: Balancete de contas do plano

Os proveitos extraordinários ascenderam a 2.370.381€, e apresentam uma variação positiva de 57.697€, resultante do aumento da execução das atividades de investimento, registando-se contudo uma redução significativa nas correções relativas ao exercício anterior.

O montante de 247.172€ registado na rubrica de reduções de amortizações e provisões reflete a redução registada nas provisões de clientes e estudantes, pelos montantes recebidos durante o exercício que totalizaram 184.911€; e a redução nas provisões para riscos e encargos (62.261€), pelos registos relativos à prescrição de créditos laborais e pela atualização de valor de processos judiciais em curso, provisionados no ano anterior.

O valor registado na conta de outras correções relativas a exercícios anteriores reduz em 192.153€. A conta de 2014 integrava movimentos extraordinários de ajustamento resultantes da aplicação do IVA pro rata. Já os outros proveitos extraordinários aumentam, e o valor registado no exercício de 2015 reporta-se ao montante dos pagamentos ocorridos no ano relativos ao acordo prestacional da dívida à Segurança Social, cujo custo tinha sido assumido em exercícios anteriores, sendo aqui regularizado.

O valor registado na rubrica de transferências de capital obtidas, o mais expressivo desta natureza de proveitos, aumenta em relação ao ano anterior em 179.742€, e reflete o reconhecimento de proveitos extraordinários em relação direta com as amortizações operacionais cujos bens foram objeto de financiamentos por subsídios ao investimento.

8.3.3. Resultados Líquidos

A análise dos proveitos e dos custos consolidados – a qual não reflete necessariamente a execução orçamental – concretiza o resultado líquido consolidado de -265.720€, valor que reflete o global da atividade corrente e extraordinária desenvolvida pelo grupo I P L e i r i a. A estrutura dos resultados consolidados está descrita no Quadro 7 deste documento.

8.4. Rácios e Indicadores

A análise dos dados económicos e financeiros acima expressos pode ser complementada recorrendo-se para isso a um conjunto de rácios e indicadores financeiros, de liquidez e de estrutura, económicos e de rentabilidade.

Quadro 21 | Indicadores de gestão e financeiros

Rácios e Indicadores	2015	2014
ANÁLISE DA LIQUIDEZ		
Rácio Solvência (Liquidez geral)	1,14	1,16
Rácio Tesouraria (Liquidez imediata)	0,11	0,07
Indicador Fundo de maneo líquido	1.793.401	1.427.825
ANÁLISE DA ESTRUTURA		
Rácio Cobertura do imobilizado	0,30	0,30
Rácio Autonomia financeira	0,27	0,28
Rácio Solvabilidade	0,38	0,39
ANÁLISE ECONÓMICA E RENDIBILIDADE		
Rácio Rendibilidade do fundo próprio	-0,97%	-1,04%
Rácio Rendibilidade do ativo líquido	-0,27%	-0,29%
Rácio Rendibilidade operacional	-5,51%	-5,79%
Indicador EBITDA	601.533	445.273
Indicador Cash-flow (em euros)	2.727.637	2.629.284

EBITDA – earnings before interests, taxes, depreciations and amortizations.

Fonte: Balanço consolidado e demonstração resultados consolidada.

Os rácios de liquidez refletem um nível equilibrado das disponibilidades e dos créditos sobre terceiros perante as dívidas a terceiros, em resultado da política do grupo IPEiria na liquidação de todas as dívidas a terceiros, o que se confirma no valor do indicador do fundo de maneo.

Em termos de estrutura, a cobertura do imobilizado por fundos próprios mostra-se adequada, a autonomia financeira e a solvabilidade apresentam valores coerentes com uma estrutura financeira equilibrada, existindo uma boa relação entre os fundos próprios, a exigibilidade dos passivos exigíveis e a liquidez dos ativos.

Os rácios de rentabilidade apesar de negativos apresentam-se estáveis face ao ano de 2014. Importa referir que o objetivo do IPEiria, como instituição de ensino superior, não é garantir uma atividade económica lucrativa, mas sim cumprir com a missão fundamental instituída nos seus estatutos.

Verifica-se, não obstante as dificuldades, um EBITDA (*earnings before interests, taxes, depreciations and amortizations*) positivo em 601.533€ e um Cash-flow também ele positivo em 2.727.637€; o que traduz a sustentabilidade dos meios libertos ou, simplesmente, do autofinanciamento.

8.5. Conclusão

Analisada a situação económico-financeira do grupo IPEiria em 2015, para além do supracitado torna-se importante reiterar que as restrições orçamentais que nos últimos anos tendem a acentuar-se, têm resultado

num esforço permanente de racionalização e contenção da despesa, assegurando-se os financiamentos necessários às áreas consideradas prioritárias, garantindo a sustentabilidade financeira do grupo. No âmbito da sua autonomia, o I P L e i r i a e os Serviços de Ação Social têm cumprido rigorosamente os seus orçamentos sem gerarem compromissos financeiros adicionais. Ao mesmo tempo têm desenvolvido esforços que permitam aumentar os recursos próprios, através de receitas obtidas no quadro das suas atividades, bem como reestruturando os seus serviços, e procurando captar novos recursos, quer no contexto nacional, quer internacional.

No ano de 2015 verificou-se a conclusão do QREN e, conseqüentemente, um esforço acrescido por parte do grupo para a conclusão da execução física e financeira dos projetos que se encontravam em fase de encerramento, causando alguma pressão adicional no controlo orçamental e de tesouraria.

Apesar da complexidade financeira que marcou o ano, o I P L e i r i a conseguiu concretizar importantes investimentos (Infraestruturas Científicas do CETEMARES e CDRsp; Requalificação e Ampliação do Edifício de Engenharia Automóvel da ESTG; e Requalificação da Biblioteca da ESECS).

Da análise da situação económico-financeira à data de 31 de dezembro de 2015, destacam-se as seguintes evidências conjunturais:

- O cumprimento da regra do equilíbrio orçamental e do princípio da unidade de tesouraria;
- A continuidade do ambiente de forte contenção e máximo rigor na execução da despesa;
- A aplicação da Lei n.º 7/2010 (ECPDESP), de 13 de maio, determinando transições automáticas de carreira dos docentes e conseqüente esforço orçamental, com um impacto acumulado anual superior a 850 mil euros;
- A limitação ao recrutamento de trabalhadores nas instituições de ensino superior públicas;
- A instabilidade em matéria de remunerações dos funcionários;

As referidas evidências sustentam as seguintes conclusões, ao nível da situação patrimonial e dos resultados:

- Situação patrimonial:

- A aquisição de bens de investimento aumenta, em consequência, o imobilizado líquido aumenta 950.233€;
- Aumentam as dívidas de estudantes e de outros devedores em 432.428€ e diminuem em 232.715€ as dívidas de clientes;
- As disponibilidades aumentam 311.609€, mas não registam os pagamentos efetuados no período complementar;
- As dívidas não vencidas a fornecedores aumentam 339.878€, e também não refletem os pagamentos efetuados no período complementar;
- Os acréscimos de proveitos diminuem 353.950€ e os acréscimos de custos aumentam 18.515€;
- Os proveitos diferidos aumentam 1.078.516€ e os custos diferidos 30.839€.

- **Resultados:**
 - As transferências e subsídios correntes obtidos aumentam 246.810€;
 - As receitas de propinas e taxas aumentam 604.375€;
 - A rubrica de vendas de bens e prestação de serviços diminui em 184.143€;
 - A rubrica de custos com o pessoal diminui 281.348€;
 - A rubrica de fornecimentos e serviços externos aumenta 595.645€ e também aumentam as transferências correntes concedidas em 212.990€;
 - Os custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas reduzem 53.971€;
 - Globalmente os proveitos aumentam 734.993€ e os custos 713.035€, que justificam a variação positiva ocorrida nos resultados líquidos;
 - Os resultados líquidos são negativos em 265.720€.

8.6. Factos Ocorridos após a Data do Balanço

Não houve qualquer acontecimento ou facto subsequente que afete de forma materialmente relevante as demonstrações financeiras reportadas à data de 31 de dezembro de 2015.

09 | Demonstrações Financeiras Consolidadas 2015

9.1. Balanço Consolidado a 31 de dezembro | 2015

		Balanço Consolidado			
		Unidade: Euros			
Código das contas	ATIVO	Exercícios			2014
		AB	AP	AL	
POC Educação					
	IMOBILIZADO:				
	Bens do Domínio público	-	-	-	-
	Imobilizações incorpóreas:				
431	Despesas de instalação				
432	Despesas de investigação e de desenvolvimento	45.386,60	45.386,60	-	-
433	Propriedade industrial e outros direitos	2.967.881,06	-	2.967.881,06	2.961.406,69
443	Imobilizações em curso de imobilizações incorpóreas				
449	Adiantamentos por conta de imobilizações incorpóreas				
		3.013.267,66	45.386,60	2.967.881,06	2.961.406,69
	Imobilizações corpóreas:				
421	Terrenos e recursos naturais	11.879.794,46	-	11.879.794,46	11.879.794,46
422	Edifícios e outras construções	84.377.256,53	14.944.381,05	69.432.875,48	65.782.841,35
423	Equipamento e material básico	25.111.177,34	19.839.978,33	5.271.199,01	3.921.873,38
424	Equipamento de transporte	786.246,30	778.020,26	8.226,04	26.996,11
425	Ferramentas e utensílios	397.155,85	387.550,20	9.605,65	8.906,00
426	Equipamento administrativo	9.771.745,43	8.441.109,14	1.330.636,29	844.288,30
427	Taras e vasilhame	-	-	-	-
429	Outras imobilizações corpóreas	2.925.290,76	2.891.018,96	34.271,80	41.975,93
442	Imobilizações em curso de imobilizações corpóreas	135.217,79	-	135.217,79	4.651.392,75
448	Adiantamentos por conta de imobilizações corpóreas	-	-	-	-
		135.383.884,46	47.282.057,94	88.101.826,52	87.158.068,28
	Investimentos financeiros:				
411	Partes de capital	-	-	-	-
412	Obrigações e títulos de participação	230.996,40	2.000,00	228.996,40	228.996,40
414	Investimentos em imóveis	-	-	-	-
415	Outras aplicações financeiras	-	-	-	-
441	Imobilizações em curso de investimentos financeiros	-	-	-	-
447	Adiantamentos por conta de investimentos financeiros	-	-	-	-
		230.996,40	2.000,00	228.996,40	228.996,40
	CIRCULANTE:				
	Existências:				
36	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	34.867,08	-	34.867,08	27.874,24
35	Produtos e trabalhos em curso	-	-	-	-
34	Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	-	-	-	-
33	Produtos acabados e intermédios	-	-	-	-
32	Mercadorias	-	-	-	-
37	Adiantamentos por conta de compras	-	-	-	-
		34.867,08	-	34.867,08	27.874,24
	Dívidas de terceiros — Curto prazo:				
2811+2821	Empréstimos concedidos	-	-	-	-
211	Clientes, c/c	323.683,43	-	323.683,43	556.398,49
212	Alunos, c/c	888.825,47	-	888.825,47	784.622,57
213	Utentes, c/c	-	-	-	-
214	Clientes, alunos e utentes - Títulos a receber	-	-	-	-
218	Clientes, alunos e utentes de cobrança duvidosa	1.761.921,18	1.761.921,18	-	-
251	Devedores pela execução do orçamento	-	-	-	-
229	Adiantamentos a fornecedores	276,75	-	276,75	276,75
2619	Adiantamentos a fornecedores de imobilizado	-	-	-	-
24	Estado e outros entes públicos	1.900,00	-	1.900,00	32.718,65
26	Outros devedores	1.490.113,21	-	1.490.113,21	1.161.888,35
		4.466.720,04	1.761.921,18	2.704.798,86	2.535.904,81
	Títulos negociáveis:				
151	Ações	-	-	-	-
152	Obrigações e títulos de participação	-	-	-	-
153	Títulos da dívida pública	-	-	-	-
159	Outros títulos	-	-	-	-
18	Outras aplicações de tesouraria	-	-	-	-
		-	-	-	-
	Depósitos em instituições financeiras e caixa				
13	Conta no tesouro	425.082,29	-	425.082,29	109.393,76
12	Depósitos em instituições financeiras	383.659,18	-	383.659,18	388.193,59
11	Caixa	790,46	-	790,46	336,00
		809.531,93	-	809.531,93	497.923,35
	Acréscimos e diferimentos:				
271	Acréscimos de proveitos	4.527.419,40	-	4.527.419,40	4.881.369,61
272	Custos diferidos	173.390,79	-	173.390,79	142.551,80
		4.700.810,19	-	4.700.810,19	5.023.921,41
	Total de amortizações		47.327.444,54		
	Total de provisões		1.763.921,18		
	Total do ativo	148.640.077,76	49.091.365,72	99.548.712,04	98.434.095,18

Balanco Consolidado

Unidade: Euros

Código das contas POC Educação	CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO	Exercícios	
		2015	2014
	FUNDOS PRÓPRIOS:		
51	Património	3.153.485,22	3.153.485,22
55	Ajustamentos de partes de capital em empresas ou entidades		
56	Reservas de reavaliação		
	Reservas:		
571	Reservas legais		-
572	Reservas estatutárias		-
573	Reservas contratuais		-
574	Reservas livres		-
575	Subsídios		-
576	Doações	19.870.497,43	19.816.426,83
577	Reservas decorrentes da transferência de ativos	-0,41	-0,41
59	Resultados transitados	4.572.323,10	4.859.915,94
88	Resultado líquido do exercício	-265.720,25	-287.678,33
	Total dos fundos próprios	27.330.585,09	27.542.149,25
	PASSIVO:		
29	Provisões para riscos e encargos:	353.835,38	246.604,59
		353.835,38	246.604,59
	Dívidas a terceiros — Médio e longo prazo		
		-	-
	Dívidas a terceiros — Curto prazo:		
23111+23211	Empréstimos por dívida titulada	-	-
23112+23212	Empréstimos por dívida não titulada	-	-
269	Adiantamentos por conta de vendas	-	-
221	Fornecedores, c/c	816.886,19	137.138,70
228	Fornecedores — Faturas em receção e conferência	-	-
2612	Fornecedores de imobilizado - Títulos a pagar	-	-
252	Credores pela execução do orçamento	-	-
219	Adiantamentos de clientes, alunos e utentes	208,06	208,06
2611	Fornecedores de imobilizado, c/c	46.340,81	386.210,35
24	Estado e outros entes públicos	738.832,53	869.969,32
26	Outros credores	153.529,78	240.351,14
		1.755.797,37	1.633.877,57
	Acréscimos e diferimentos:		
273	Acréscimos de custos	5.105.900,23	5.087.385,36
274	Proveitos diferidos	65.002.593,97	63.924.078,41
		70.108.494,20	69.011.463,77
	Total do passivo	72.218.126,95	70.891.945,93
	Total dos fundos próprios e do passivo	99.548.712,04	98.434.095,18

AB=ativo bruto.

AP=amortizações e provisões acumuladas.

AL=ativo líquido.

9.2. Demonstração de Resultados Consolidados a 31 de dezembro | 2015

Demonstração de Resultados Consolidada

Unidade: Euros

Código das contas	POC Educação	Exercícios			
		2015		2014	
CUSTOS E PERDAS					
61	Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas:				
	Mercadorias	257.419,45		336.366,14	
	Matérias	603.544,13	860.963,58	578.568,38	914.934,52
62	Fornecimentos e serviços externos	6.043.752,02		5.448.106,92	
	Custos com o pessoal:				
641+642	Remunerações	27.657.697,37		27.728.464,77	
643 a 648	Encargos sociais:	6.651.739,96		6.862.320,61	
63	Transferências correntes concedidas e prestações sociais	1.500.562,86	41.853.752,21	1.287.572,62	41.326.464,92
66	Amortizações do exercício	2.645.845,88		2.554.772,46	
67	Provisões do exercício	347.510,93	2.993.356,81	362.189,82	2.916.962,28
65	Outros custos e perdas operacionais		56.775,22		10.399,98
					(A)
					45.168.761,70
68	Custos e perdas financeiros	60.165,07	60.165,07	56.139,38	56.139,38
					(C)
					45.825.012,89
69	Custos e perdas extraordinários		185.584,21		72.661,47
					(E)
					46.010.597,10
88	Resultado líquido do exercício		-265.720,25		-287.678,33
					45.744.876,85
PROVEITOS E GANHOS					
71	Vendas e prestações de serviços:				
711	Vendas	768.465,74		785.264,14	
712	Prestações de serviços	2.356.921,62	3.125.387,36	2.524.266,51	3.309.530,65
72	Impostos e taxas	11.109.565,86		10.505.190,88	
	Variação da produção				
75	Trabalhos para a própria entidade				
73	Proveitos suplementares	87.413,56		78.503,73	
74	Transferências e subsídios correntes obtidos:				
741	Transferências - Tesouro				
742 e 743	Outras	29.050.657,24		28.803.847,17	
76	Outros proveitos e ganhos operacionais		40.247.636,66		39.387.541,78
					(B)
					43.373.024,02
78	Proveitos e ganhos financeiros		1.471,62		127,41
					(D)
					43.374.495,64
79	Proveitos e ganhos extraordinários		2.370.381,21		2.312.684,38
					(F)
					45.744.876,85
Resumo:					
	Resultados operacionais: (B)-(A) =		-2.391.823,80		-2.471.689,27
	Resultados financeiros (D-B)-(C-A) =		-58.693,45		-56.011,97
	Resultados correntes (D)-(C) =		-2.450.517,25		-2.527.701,24
	Resultado líquido do exercício (F)-(E) =		-265.720,25		-287.678,33

9.3. Anexo ao Balanço e à Demonstração de Resultados Consolidados | 2015

As demonstrações financeiras consolidadas do Instituto Politécnico de Leiria (grupo IPLeia) foram preparadas em conformidade com o Capítulo 12 da Portaria n.º 794/2000, de 20 de setembro, que define as normas relativas à consolidação de contas em Portugal para o setor da Educação.

As notas que se seguem respeitam a numeração seguida pelo Plano Oficial de Contabilidade Pública para o setor da Educação (POC-Educação) para a apresentação de demonstrações financeiras consolidadas.

Em relação às notas cuja numeração se encontre ausente deste anexo, ou não são aplicáveis ao grupo IPLeia ou a sua apresentação não é relevante para a apreciação das demonstrações financeiras consolidadas.

As entidades incluídas no perímetro de consolidação foram as seguintes:

- Instituto Politécnico de Leiria
 - Escola Superior de Educação e Ciências Sociais de Leiria;
 - Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Leiria;
 - Escola Superior de Artes e Design de Caldas da Rainha;
 - Escola Superior de Turismo e Tecnologia do Mar de Peniche;
 - Escola Superior de Saúde de Leiria;
 - Centro para o Desenvolvimento Rápido e Sustentado de Produto;
- Serviços de Ação Social.

Todos os valores do anexo encontram-se expressos em euros.

I. INFORMAÇÕES RELATIVAS ÀS ENTIDADES INCLUÍDAS NA CONSOLIDAÇÃO E A OUTRAS

1. ENTIDADES INCLUÍDAS NA CONSOLIDAÇÃO

A inclusão na consolidação das entidades anteriormente referidas foi efetuada no respeito pelo estabelecido na alínea a) do n.º 4 do artigo 5.º da Portaria n.º 794/2000, de 20 de setembro.

As entidades incluídas na consolidação mediante a aplicação do método da **simples agregação** foram:

Entidade - Mãe:

Instituto Politécnico de Leiria

O Instituto Politécnico de Leiria (IPLeia) tem a sua sede na cidade de Leiria, na Rua General Norton de Matos, e está sob a tutela do Ministério da Educação e Ciência, com a classificação orgânica 12.1.05.63 (Funcionamento) e 12.8.05.63 (PIDDAC) e número de contribuinte 506 971 244.

O IPLeia é uma pessoa coletiva de direito público, dotada de autonomia estatutária, pedagógica, científica, cultural, administrativa, financeira, patrimonial e disciplinar, nos termos do n.º 1 do artigo 11.º da Lei n.º 62/2007, de 10 de setembro (RJIES). O IPLeia em termos organizacionais é composto por unidades orgânicas de ensino e investigação, unidades orgânicas de investigação, unidades orgânicas de

formação, unidades orgânicas de apoio à atividade pedagógica e de promoção à transferência e valorização do conhecimento científico e tecnológico e unidades funcionais.

No âmbito da liberdade de organização institucional e autonomia de gestão consagrado no RJIES, o I P L e i r i a possui os seguintes órgãos de governo: Conselho Geral, Presidente e Conselho de Gestão; Estatutariamente, foram criados o Conselho Académico e o Conselho para a Avaliação e Qualidade. O I P L e i r i a possui ainda um Provedor do Estudante.

O I P L e i r i a é uma instituição pública de ensino superior comprometida com a formação integral dos cidadãos, a aprendizagem ao longo da vida, a investigação, a difusão e transferência do conhecimento e cultura, a qualidade e a inovação, que promove ativamente o desenvolvimento regional e nacional e a internacionalização e valoriza a inclusão, a cooperação, a responsabilidade, a criatividade e o espírito crítico e empreendedor.

Outras Entidades:

Serviços de Ação Social

Os Serviços de Ação Social do Instituto Politécnico de Leiria têm a sua sede em Leiria, no Edifício sede do IPL, e estão sob a tutela do Ministério da Educação e Ciência, com a classificação orgânica 12.1.05.64 e número de contribuinte 600 041 581, sendo a presidência do Conselho de Ação Social e do Conselho de Gestão exercida pelo Presidente do I P L e i r i a.

Nos termos do seu regulamento orgânico, os Serviços de Ação Social são dotados de personalidade jurídica e autonomia administrativa e financeira, constituindo uma unidade orgânica específica do I P L e i r i a.

2. ENTIDADES EXCLUÍDAS NA CONSOLIDAÇÃO

O grupo I P L e i r i a tem participações noutras entidades, as quais por não serem materialmente relevantes para a imagem verdadeira e apropriada do grupo ou por desenvolverem atividades de natureza distinta, foram excluídas ao abrigo do ponto 12.4.4 – Excluições de consolidação do POC-Educação. Estas participações são relevadas na conta de “Investimentos Financeiros – Obrigações e Títulos de Participação” (vide nota 13 deste anexo).

As entidades em que o I P L e i r i a participa no capital são as seguintes:

- Fundação da Escola Profissional de Leiria, Rua da Cooperativa, São Romão, 2414-019 Leiria;
- Incubadora D. Dinis – Associação para a Promoção do Empreendedorismo, Inovação e Novas Tecnologias, Rua da Carvalha, 570, 2400-441 Leiria;
- OPEN-Associação para Oportunidade Específicas de Negócio, Zona Industrial - Rua da Bélgica, Lote 18 Apartado 78, 2431-901 Marinha Grande;
- POOL.NET *Portuguese Tooling Network* - Avenida D. Dinis, n.º17, 2430-263 Marinha Grande;
- OBITEC Associação Óbidos Ciência Tecnologia - Casa do Largo da Porta da Vila, 1.º, 2510-089 Óbidos;
- INOVREGIO - Associação de Inovação Regional - Torreão do Mercado Municipal, Rua 26 de Novembro, 2070 – Cartaxo;
- CCD-Centro de Competências D. Dinis - Rua da Carvalha, 570, 2400-441 Leiria;
- INESC Coimbra - Instituto de Engenharia de Sistemas e Computadores de Coimbra - Rua Antero de Quental 199, 3000 Coimbra;
- CENTIMFE - Centro Tecnológico da Indústria de Moldes, Ferramentas especiais e Plásticos - Rua de Espanha Lote 8, Zona Industrial, 2431-904 Marinha Grande.

3. PESSOAL AO SERVIÇO

Quadro 22 | Pessoal a 31 de dezembro 2015

Categoria profissional	IPL+SAS	IPL-SC (*)	ESECS	ESTG	ESAD	ESTM	ESSLei	Outras Unidades	SAS
Professor Coordenador Principal	2	-	2	-	-	-	-	-	-
Professor Coordenador	54	-	12	31	3	5	3	-	-
Professor Adjunto	295	-	32	171	29	43	20	-	-
Assistente 2º Triénio	15	-	-	5	2	2	6	-	-
Assistente 1º Triénio	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Equiparado Professor Adjunto	21	-	1	9	6	2	3	-	-
Equiparado Assistente 2º Triénio	129	-	27	44	32	26	-	-	-
Equiparado Assistente 1º Triénio	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Investigador Auxiliar Convocado	1	-	-	-	-	-	-	1	-
Investigação	2	-	-	-	-	-	-	2	-
Professor Adjunto Convocado	63	-	16	13	10	1	23	-	-
Prof. Ensino Básico e Secundário	2	-	1	-	1	-	-	-	-
Monitor	3	-	-	-	3	-	-	-	-
Assistente Convocado	242	-	62	40	53	30	57	-	-
Dirigente	13	7	1	1	1	1	1	-	1
Técnico Superior	149	85	10	22	17	8	2	-	5
Informática	21	20	-	-	-	-	-	-	1
Assistente Técnico	112	68	4	11	4	6	4	-	15
Assistente Operacional	128	3	3	7	8	2	2	-	103
Carreiras e Categorias subsistentes	1	-	-	1	-	-	-	-	-
Total	1.253	183	171	355	169	126	121	3	125

Fonte: Divisão de Recursos Humanos do IPLeiria e SAS

(*) Incorpora os funcionários do INDEA, FOR.CET, UED, CTC, Serviços Académicos, Serviços de Recursos Humanos, Serviços Financeiros, Serviços de Documentação, Serviços Informáticos, Serviços Técnicos.

Em 31 de dezembro de 2015, o número de colaboradores ao serviço do grupo IPLeiria era de 1.253.

II. INFORMAÇÕES RELATIVAS À IMAGEM VERDADEIRA E APROPRIADA

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas a partir dos registos contabilísticos das entidades indicadas no ponto 1 deste anexo. No processo de consolidação mostrou-se necessário proceder a pequenos ajustamentos nas contas individuais do IPLeiria e Serviços de Ação Social, valores que alteram as contas de terceiros e resultados, procedeu-se, de igual forma, à anulação dos movimentos apurados como comuns.

III. INFORMAÇÕES RELATIVAS AOS PROCEDIMENTOS DE CONSOLIDAÇÃO

11. HOMOGENEIZAÇÃO DA INFORMAÇÃO A CONSOLIDAR

Ambas as entidades pertencentes ao grupo IPLeiria, a “entidade-mãe” e os Serviços de Ação Social utilizam o POC-Educação, não havendo necessidade de recorrer a qualquer reclassificação para a homogeneização dos dados a consolidar.

13. CONTABILIZAÇÃO DAS PARTICIPAÇÕES EM ASSOCIADAS

Os investimentos financeiros representativos de partes de capital em empresas associadas encontram-se incluídos nas demonstrações financeiras consolidadas ao custo de aquisição e relevadas na conta 41 – Investimentos financeiros – obrigações e títulos de participação. As eventuais perdas de valor entendidas como duradouras encontram-se provisionadas na mesma conta.

Quadro 23 | Entidades participadas

Denominação social	Sede	Capital Realizado	Fundo Patrimonial	Custo Aquisição	Resultados	Exercício
Fundação da Escola Profissional de Leiria	Rua da Cooperativa, São Romão, 2414-019 Leiria	110.500	732.034	50.000	1.344	2015
Incubadora D.Dinis - Associação para a Promoção do Empreendedorismo, Inovação e Novas Tecnologias	Rua da Carvalha, 570, 2400-441 Leiria	232.500	822.090	57.500	7.116	2015
OPEN-Associação para Oportunidade Específicas de Negócio	Zona Industrial - Rua da Bélgica, Lote 18 Apartado 78, 2431-901 Marinha Grande	508.000	1.070.381	60.000	14.913	2015
POOL.NET Portuguese Tooling Network	Avenida D.Dinis, n.º17, 2430-263 Marinha Grande	38.500	9.026	500	-50.264	2015
OBITEC Associação Óbidos Ciência Tecnologia	Casa do Largo da Porta da Vila, 1.º, 2510-089 Óbidos	342.700	376.277	2.500	-1.317	2014 ⁽¹⁾
INOVREGIO - Associação de Inovação Regional	Torreão do Mercado Municipal, Rua 26 de Novembro, 2070 - Cartaxo	35.380	-17.089	4.000	-60	2013
CCD-Centro de Competências D.Dinis	Rua da Carvalha, 570, 2400-441 Leiria	60.000	47.084	5.000	-10.180	2015
INESC Coimbra - Instituto de Engenharia de Sistemas e Computadores de Coimbra	Rua Antero de Quental 199, 3000 Coimbra	491.269	615.764	50.000	21.693	2014 ⁽¹⁾
CENTIMFE - Centro Tecnológico da Indústria de Moldes, Ferramentas especiais e Plásticos	Rua de Espanha Lote 8, Zona Industrial, 2431-904 Marinha Grande	748.200	1.386.751	1.496	52.433	2015
Total				230.996		

⁽¹⁾ Contas ainda não aprovadas para o ano de 2015

Fonte: Relatório e contas das entidades participadas.

Nota: Quadro elaborado com os últimos dados disponíveis.

V. INFORMAÇÕES RELATIVAS A POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

18. BASES DE APRESENTAÇÃO, PRINCÍPIOS CONTABILÍSTICOS E CRITÉRIOS VALORIMÉTRICOS

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos registos contabilísticos das entidades incluídas no perímetro da consolidação (vide nota 1 deste anexo), mantidos de acordo com princípios contabilísticos definidos no POC – Educação, tendo-se utilizado os seguintes procedimentos prévios de consolidação:

- Identificação do perímetro de consolidação;
- Identificação dos métodos de consolidação a aplicar;
- Agregação de dados;
- Eliminação de saldos;
- Eliminação de operações internas, tendo sido eliminadas as transações ocorridas entre as entidades incluídas no perímetro de consolidação.

Os principais critérios valorimétricos utilizados na preparação das demonstrações financeiras foram os seguintes:

A - IMOBILIZADO INCORPÓREO

Os valores registados na rubrica de Imobilizado Incorpóreo – “despesas de investigação e desenvolvimento” respeitam ao projeto *Fórmula Student*, desenvolvido por estudantes da ESTG.

Os valores registados na rubrica de Imobilizado Incorpóreo – “propriedade industrial e outros direitos” referem-se ao registo de patentes e marcas, no âmbito das atividades de investigação desenvolvidas pelas Unidades de Investigação do IPEiria, e aos direitos de superfície sobre alguns terrenos antes registados em imobilizações corpóreas.

A valorização destes ativos obedece ao previsto no POC-Educação, de acordo com o qual quando se trata de ativos do imobilizado obtidos a título gratuito, o valor resulta da avaliação ou do valor patrimonial definido nos termos legais, ou caso não exista disposição legal aplicável, o valor resultante da avaliação segundo critérios técnicos que se adequem à natureza destes bens.

B - IMOBILIZADO CORPÓREO

TERRENOS E RECURSOS NATURAIS, EDIFÍCIOS E OUTRAS CONSTRUÇÕES

Os terrenos e edifícios adquiridos até 30 de novembro de 2001 encontram-se registados nas demonstrações financeiras pelo valor resultante de uma avaliação, efetuada por uma equipa de avaliadores independentes.

Quanto aos terrenos e edifícios adquiridos após aquela data encontram-se registados ao custo de aquisição, o qual no caso dos edifícios, para além dos custos de construção, inclui também os custos incorridos com a fiscalização e com a elaboração dos projetos de arquitetura.

EQUIPAMENTO BÁSICO, EQUIPAMENTO DE TRANSPORTE, FERRAMENTAS E UTENSÍLIOS, EQUIPAMENTO ADMINISTRATIVO E OUTRAS IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS

Parte dos bens adquiridos até 30 de novembro de 2001 encontram-se registados nas demonstrações financeiras pelo valor resultante de uma avaliação, efetuada por uma equipa de avaliadores independentes, encontrando-se os restantes registados ao custo de aquisição.

Os bens adquiridos após aquela data encontram-se valorizados pelo respetivo custo de aquisição deduzidos das amortizações acumuladas.

As amortizações são calculadas pelo método das quotas constantes, por duodécimos, iniciando a amortização no mês em que o bem inicia a sua utilização, sendo contabilizadas a débito na demonstração de resultados de cada exercício. As taxas de amortização aplicadas são as que constam no CIBE – Cadastro e Inventário dos Bens do Estado.

A amortização dos bens objeto de avaliação é efetuada ao longo da vida útil remanescente, estimada pelos avaliadores externos.

De referir que os custos de manutenção e reparação que não aumentam a vida útil dos bens imobilizados são registados como custo do exercício; por sua vez as grandes reparações são incluídas no valor contabilístico do ativo, sempre que se perspetive que esta origine benefícios económicos futuros adicionais.

O imobilizado em curso corresponde aos ativos que estão em fase de construção ou montagem e encontram-se registados ao custo de aquisição. Estes ativos só serão amortizados a partir do momento em que passam para estado de uso.

C - INVESTIMENTOS FINANCEIROS

PARTES DE CAPITAL E OBRIGAÇÕES E TÍTULOS DE PARTICIPAÇÃO

Os investimentos financeiros registados em obrigações e títulos de participação encontram-se incluídos nas demonstrações financeiras consolidadas pelo custo de aquisição. Correspondem às participações do grupo IPEiria no capital das entidades identificadas no Quadro 23. Sempre que existam indícios de que o ativo não seja recuperável, é efetuada a constituição de uma provisão para aplicações financeiras.

D - PROVISÕES PARA COBRANÇA DUVIDOSA E PARA RISCOS E ENCARGOS

As provisões existentes no balanço consolidado foram constituídas para cobranças duvidosas de acordo com o critério económico e legal, tendo por base os riscos de cobrabilidade identificados no final do exercício. São constituídas mediante a análise da antiguidade das dívidas, tendo por base a avaliação de risco individual de cada devedor, face às informações disponíveis no final do exercício.

A constituição de provisões para cobrança duvidosa é efetuada de acordo com a política descrita no ponto 2.7.4 do POC-Educação. São constituídas para os créditos, que não do Estado (sentido lato), em mora há mais de 12 meses desde a data do respetivo vencimento e para os quais existam diligências para o seu recebimento. A taxa de provisão considerada nestes casos é de 100%.

As provisões para riscos e encargos são constituídas quando existe uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante de acontecimentos passados, sobre aos quais existe a probabilidade da necessidade de recursos para a resolução e existe a possibilidade de estimar o respetivo montante.

E - ESPECIALIZAÇÃO DE EXERCÍCIOS

As entidades incluídas no processo de consolidação registam os seus proveitos e custos de acordo com o princípio da especialização dos exercícios, pelo qual os proveitos e custos são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento em que são recebidos ou pagos. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes proveitos e custos gerados são registadas nas contas de acréscimos e diferimentos (vide nota 45 deste anexo).

São contabilizados como custo do exercício (acréscimo de custos):

- os custos relativos a férias, subsídio de férias e respetivos encargos, a liquidar em 2016, mediante estimativa efetuada com base nos efetivos a 31 de dezembro de 2015, apurados considerando as alterações previstas na Lei n.º 159-A/2015, de 30 de dezembro;

- os custos de encargos das instalações (eletricidade, água, combustíveis), bem como outros custos de funcionamento (honorários, trabalhos especializados), referentes a consumos de 2015 mas cujo documento de despesa data de 2016.

São contabilizados como custos dos exercícios seguintes (custos diferidos):

- os custos relativos a seguros, conservação e reparação, licenciamento de *software*, entre outros, cujo período de vigência se estende a 2016, são liquidados em 2015 e reconhecidos em 2016.

São contabilizados como proveito de exercícios seguintes (proveitos diferidos):

- os subsídios associados aos investimentos que serão movimentados numa base anual para a conta 7983 de proveitos e ganhos extraordinários – transferência de capital, à medida que forem contabilizadas as amortizações do imobilizado a que respeitam;
- a quota-parte, correspondente a 9/12 das propinas do 1.º e 2.º ciclo cobradas ou devidas até 31 de dezembro, situação que advém do ano letivo não coincidir com o período da gerência;
- os serviços faturados em 2015, mas cuja conclusão ou realização ocorrerá apenas no exercício seguinte.

Como acréscimos de proveitos foram contabilizados:

- as transferências a receber do OE em 2016 associadas ao acréscimo de remunerações a liquidar, na parte correspondente à estimativa de férias e subsídio de férias;
- os serviços prestados em 2015, relativos a estudos pareceres e projetos, análises laboratoriais e cedência de instalações, cuja receita irá ocorrer no exercício seguinte;
- os proveitos referentes a subsídios, relativos a projetos cofinanciados, que ainda não foram recebidos mas cujas despesas associadas ocorreram no exercício findo; não foi possível determinar este acréscimo para a totalidade dos projetos que se encontram nestas condições.

F - EXISTÊNCIAS

As existências encontram-se valorizadas ao custo de aquisição, que inclui o preço de compra e os gastos suportados até à sua entrada em armazém.

G – ENQUADRAMENTO FISCAL

De acordo com o disposto na alínea a) do n.º 1 e no n.º 2 do artigo 9º do Código sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas, o grupo goza de isenção parcial de IRC, uma vez que a referida isenção não compreende os rendimentos de capitais, tal como são definidos para efeitos de IRS.

19. TRANSAÇÕES EM MOEDA ESTRANGEIRA

As transações em moeda estrangeira são convertidas em euros aos câmbios vigentes à data da operação.

VI. INFORMAÇÕES RELATIVAS A DETERMINADAS RUBRICAS**20. DESPESAS DE INSTALAÇÃO, INVESTIGAÇÃO E DESENVOLVIMENTO****DESPESAS DE INVESTIGAÇÃO E DESENVOLVIMENTO**

O valor contabilizado em despesas de investigação e desenvolvimento está relacionado com as despesas associadas à execução do projeto de investigação.

PROPRIEDADE INDUSTRIAL E OUTROS DIREITOS

O valor relativo à propriedade industrial e outros direitos compreende, essencialmente, o registo de patentes e marcas, no âmbito das atividades de investigação desenvolvidas pelas Unidades de Investigação do Ipleiria, e os direitos de superfície sobre alguns terrenos antes registados em imobilizações corpóreas.

22. MOVIMENTOS OCORRIDOS NAS RUBRICAS DO ATIVO IMOBILIZADO CONSTANTES DO BALANÇO CONSOLIDADO E NAS RESPECTIVAS AMORTIZAÇÕES

Os movimentos ocorridos, no exercício de 2015, no ativo imobilizado e respectivas amortizações e provisões, são os que constam do Quadro 24 e Quadro 25:

A - ATIVO BRUTO

Quadro 24 | Ativo bruto

Designação	Saldo inicial	Aumentos	Alienações	Transferências e Abates	Saldo final
Imobilizações incorpóreas					
Despesas de invest. e de desenvolvimento	45.387	0	0	0	45.387
Propriedade industrial e outros direitos	2.961.407	6.474	0	0	2.967.881
Sub-total	3.006.793	6.474	0	0	3.013.268
Imobilizações corpóreas					
Terrenos e recursos naturais	11.879.794	0	0	0	11.879.794
Edifícios e outras construções	79.443.111	4.934.146	0	0	84.377.257
Equipamento e material básico	22.887.125	2.242.525	3.341	15.132	25.111.177
Equipamento de transporte	786.246	0	0	0	786.246
Ferramentas e utensílios	392.144	5.429	0	417	397.156
Equipamento administrativo	8.873.678	919.366	740	20.558	9.771.745
Taras e vasilhame	0	0	0	0	0
Outras imobilizações corpóreas	2.931.779	5.039	6.087	5.440	2.925.291
Imobilizações em curso	4.651.393	1.103.181	0	5.619.356	135.218
Sub-total	131.845.271	9.209.685	10.168	5.660.904	135.383.884
Investimentos financeiros					
Obrigações e títulos de participação	230.996	0	0	0	230.996
Sub-total	230.996	0	0	0	230.996
Total	135.083.061	9.216.159	10.168	5.660.904	138.628.149

Fonte: Balanço consolidado.

Todos os abates de bens encontram-se autorizados pelo Conselho de Gestão, de acordo com a Lei e com as regras estabelecidas no Manual de Controlo Interno.

B - AMORTIZAÇÕES E PROVISÕES

Quadro 25 | Amortizações

Designação	Saldo inicial	Reforço	Regularizações	Saldo final
Imobilizações incorpóreas				
Despesas de invest. e de desenvolvimento	45.387	0	0	45.387
Sub-total	45.387	0	0	45.387
Imobilizações corpóreas				
Terrenos e recursos naturais	0	0	0	0
Edifícios e outras construções	13.660.269	1.284.112	0	14.944.381
Equipamento e material básico	18.965.252	893.199	18.473	19.839.978
Equipamento de transporte	759.250	18.770	0	778.020
Ferramentas e utensílios	383.238	4.729	417	387.550
Equipamento administrativo	8.029.390	432.293	20.573	8.441.109
Taras e vasilhame	0	0	0	0
Outras imobilizações corpóreas	2.889.803	12.743	11.527	2.891.019
Sub-total	44.687.203	2.645.846	50.991	47.282.058
Total	44.732.589	2.645.846	50.991	47.327.445

Fonte: Balanço consolidado.

31. VENDAS E PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS

A repartição do valor líquido consolidado das vendas de bens e prestações de serviços está representada no quadro seguinte:

Quadro 26 | Vendas e prestações de serviços

Conta	Vendas e Prestações de Serviços	2015	2014	Δ 2015/2014
71111	Fotocópias, impressos e publicações	308	377	-18,20%
71115	Livros e documentação técnica	16.082	2.109	662,40%
71117	Produtos alimentares e bebidas	739.836	772.528	-4,23%
71121	Refeições	11.340	9.907	14,47%
71118	Merchandising	900	343	162,27%
	Total Venda de bens	768.466	785.264	-2,14%
7121	Serviços de alimentação	800.427	836.239	-4,28%
71122	Serviços de alojamento	563.321	603.676	-6,68%
71251	Estudos, pareceres, projetos e consultadoria	524.401	579.687	-9,54%
71254	Serviços de laboratórios	3.614	3.949	-8,48%
712591	Colaboração docente/não docente	58.111	35.213	65,03%
712592	Patrocínios e apoios	190.883	84.587	125,67%
712593	Serviços de impressão, fotocópias e reprografia	29.687	27.980	6,10%
71291	Ações de formação	26.289	71.736	-63,35%
71292	Conferências, seminários e congressos	67.387	196.841	-65,77%
71255	Atividades de saúde	12.934	13.478	-4,04%
71258	Serviços sociais, recreativos, culturais e desporto	1.757	2.198	-
71299	Outros serviços	78.112	68.683	13,73%
	Total Prestações de serviços	2.356.922	2.524.267	-6,63%
Totais		3.125.387	3.309.531	-5,56%

Fonte: Demonstração de resultados consolidada.

A generalidade das vendas e prestações de serviços acima referida foi realizada no mercado nacional.

34. REMUNERAÇÕES DOS MEMBROS DOS ÓRGÃOS DE GESTÃO

O valor das remunerações líquidas anuais auferidas pelos membros dos Órgãos de Gestão no desempenho das suas funções na “entidade-mãe” foram as seguintes:

Quadro 27 | Remunerações dos órgãos de gestão

Conselho de Gestão	Remunerações na entidade-mãe 2015	Remunerações na entidade-mãe 2014
Presidente e Vice-Presidentes	116.092	113.831
Administradora	27.646	26.277

Fonte: Direção de Recursos Humanos.

38. VALORES COMPARATIVOS

Os valores constantes das demonstrações financeiras consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2015 são comparáveis, em todos os aspetos significativos, com os valores do exercício de 2014. Com o intuito de melhorar a qualidade do reporte financeiro têm sido implementadas algumas melhorias recomendadas pela auditoria externa e pelo Fiscal Único em exercícios anteriores. Estas melhorias determinaram registos contabilísticos que não afetam a comparabilidade das demonstrações financeiras relativamente às apresentadas no exercício anterior.

39. DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS RESULTADOS FINANCEIROS

Os resultados financeiros apurados no exercício de 2015 apresentam a seguinte composição:

Quadro 28 | Demonstração consolidada dos resultados financeiros

Custos e Perdas	2015	2014	Proveitos e Ganhos	2015	2014
Juros suportados	145	23	Juros obtidos	0	19
Perdas entidades ou subentidades	0	0	Ganhos entidades ou subentidades	0	0
Amortizações de investim. em imóveis	0	0	Rendimentos de imóveis	0	0
Provisões para aplicações financeiras	0	0	Rendimentos de participação de capital	0	0
Diferenças de cambio desfavoráveis	0	0	Diferenças de câmbio favoráveis	0	0
Descontos pp concedidos	0	0	Descontos pp obtidos	0	92
tesouraria	0	0	tesouraria	0	0
Outros custos e perdas financeiras	60.020	56.116	Outros proveitos e ganhos financeiros	1.472	16
Total custos e perdas financeiros	60.165	56.139	Total proveitos e ganhos financeiros	1.472	127
Resultados Financeiros	-58.693	-56.012			

Fonte: Demonstração de resultados consolidada.

Os custos financeiros registados referem-se quase exclusivamente a serviços bancários intrínsecos ao processo de cobrança de propinas e taxas.

40. DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS RESULTADOS EXTRAORDINÁRIOS

Os resultados extraordinários apurados no exercício de 2015 apresentam a seguinte composição:

Quadro 29 | Demonstração consolidada dos resultados extraordinários

Custos e Perdas			Proveitos e Ganhos		
	2015	2014		2015	2014
Transf. de capital concedidas	0	0	Restituições de impostos	0	0
Dívidas incobráveis	0	0	Recuperações de dívidas	0	0
Perdas em existências	0	0	Ganhos em existências	0	0
Perdas em imobilizações	725	4.304	Ganhos em imobilizações	0	2.471
Multas e penalidades	16.191	75	Benefícios de penalidades contratuais	0	0
Aumentos de amortizações e provisões	3.192	6.646	Reduções de amortizações e provisões	247.172	290.627
Correções relativas a exercícios anteriores	165.476	61.636	Correções relativas a exercícios anteriores	15.435	206.111
Outros custos e perdas extraordinários	0	0	Outros proveitos e ganhos extraordinários	2.107.775	1.813.475
Total custos e perdas extraordinários	185.584	72.661	Total proveitos e ganhos extraordinários	2.370.381	2.312.684
Resultados Extraordinários	2.184.797	2.240.023			

Fonte: Demonstração de resultados consolidada.

O montante de 2.107.775€ evidenciado na conta dos outros proveitos e ganhos extraordinários corresponde, essencialmente, ao reconhecimento dos proveitos relacionados com subsídios ao investimento, na proporção das amortizações dos respetivos bens subsidiados, de acordo com a regra contabilística referida na Nota 18 destes anexos.

41. DESDOBRAMENTO DAS CONTAS DE PROVISÕES

Os movimentos ocorridos nas rubricas de provisões analisam-se como segue:

Quadro 30 | Provisões

Conta	Provisões Acumuladas	Saldo inicial	Aumentos	Redução	Saldo final
19	Provisões para aplicações de tesouraria	0	0	0	0
291	Provisões para cobranças duvidosas (clientes)	798.225	44.523	17.556	825.192
291	Provisões para cobranças duvidosas (estudantes)	966.949	136.688	166.907	936.729
292	Provisões para riscos e encargos	246.605	169.492	62.261	353.835
39	Provisão para depreciação de existências	0	0	0	0
49	Provisões para investimentos financeiros	2.000	0	0	2.000
Total		2.013.778	350.702	246.724	2.117.757

Fonte: Demonstração de resultados consolidada.

As provisões relativas a clientes e alunos constituídas no exercício na conta 291 “provisões para cobranças duvidosas” correspondem ao reforço das provisões necessárias para fazer face à eventual incobrabilidade das dívidas, com mora superior a 12 meses.

O valor em clientes de cobrança duvidosa ascende a 825.192€, tendo-se efetuado uma reversão das provisões constituídas no montante de 17.556€, pelos recebimentos ocorridos do ano, e um reforço no montante de 44.523€.

O valor global relativo a estudantes ascende a 936.729€, em 2015 reforçou-se a provisão em 136.688€ e registou-se uma recuperação de dívidas de propinas e alojamentos provisionados pelo montante de 166.907€, o que origina uma reversão da provisão constituída nos anos anteriores.

Continuam a existir processos judiciais em curso, resultantes de acontecimentos passados, que avaliado e quantificado o risco associado, culminaram no reforço de provisões para riscos e encargos no montante de 169.492€, e passam a totalizar 353.835€. No ano foi ainda registada uma redução no montante de 62.261€, parte da qual, corresponde a anulação da provisão constituída para pagamento de indemnizações compensatórias de contratos de pessoal docente, considerando, para o efeito, a prescrição de créditos laborais, nos termos do n.º 1 do art.º 337 do Código do Trabalho.

Existem outros processos que não se encontram refletidos nas contas, considerando que a potencial quantia em risco não pode ser calculada com fiabilidade e que o risco que se encontra associado é diminuto.

VII. INFORMAÇÕES DIVERSAS

45. OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS RELEVANTES

Nesta nota inclui-se a informação adicional que se entende necessária para a melhor compreensão das demonstrações financeiras, de forma que as mesmas possam refletir adequadamente a posição económica e financeira do grupo I P L e i r i a e o resultado das suas operações.

A - DISPONIBILIDADES

De acordo com o estabelecido no Decreto-Lei de Execução Orçamental, o I P L e i r i a procedeu, durante os primeiros dias do ano de 2016, ao pagamento de despesas que à data de 31 de dezembro de 2015 estavam a aguardar pagamento.

Segundo a Orientação – Norma interpretativa n.º 2/2001 – o balanço deverá refletir a situação de terceiros e disponibilidades antes de efetivação dos pagamentos relativos ao período complementar, enquanto na execução orçamental, os mapas de fluxos de caixa e controlo orçamental, evidenciam a totalidade dos pagamentos do exercício no ano, incluindo os efetuados no período complementar. Assim a diferença entre o saldo de disponibilidades que é evidenciado no balanço e o saldo para a gerência seguinte constante do mapa

de fluxos de caixa é a que a seguir se apresenta e que traduz a globalidade dos pagamentos efetuados naquele período.

Descrição	Valor
Saldo da gerência na posse do IPEiria FCx*	508.039
Pagamento efetuados no período complementar	301.493
Disponibilidades Balanço	809.532

B - ALUNOS E CLIENTES CONTA CORRENTE

Relativamente às dívidas de estudantes foram reconhecidas as dívidas vencidas até 31 de dezembro, relativamente à formação de 1.º e 2.º ciclo e de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

As provisões desta natureza foram mensuradas pelo valor atual da dívida vencida e em mora até 31 de dezembro de 2014.

No que se refere aos clientes foram reconhecidos como de cobrança duvidosa as dívidas com mora superior a um ano. Nos termos legais, não foram provisionadas as dívidas relativas ao Estado em sentido lato.

C - OUTROS DEVEDORES

A rubrica de outros devedores inclui um montante de 1.490.113€ e traduz, no valor de 1.489.747€ a contrapartida em terceiros do reconhecimento de proveitos à exploração ou de diferimentos referentes à comparticipação financeira de projetos cofinanciados, desde montante, cerca d 379.067€ apresenta uma antiguidade superior a 1 ano.

D - ACRÉSCIMO DE PROVEITOS E CUSTOS DIFERIDOS

Face aos valores registados nas contas patrimoniais de acréscimos e diferimentos – acréscimos de proveitos e custos diferidos, explicita-se a sua natureza e os valores apresentados nas demonstrações financeiras consolidadas.

Quadro 31 | Acréscimos de proveitos e custos diferidos

	Unidade: Euros	
Rubricas	2015	2014
Acréscimos de proveitos		
Transferências a receber	3.549.675	3.545.575
Outros acréscimos de proveitos	977.745	1.335.795
Total	4.527.419	4.881.370
Custos diferidos		
Rendas e alugueres	895	895
Comunicações	173	2.884
Seguros	28.287	21.739
Conservação e reparação	14.331	13.949
Publicidade	2.507	0
Licenciamento de Software	84.322	88.607
Outros custos diferidos	42.877	14.478
Total	173.391	142.552

Fonte: Demonstração de resultados consolidada.

Os acréscimos de proveitos referem-se fundamentalmente à estimativa de comparticipação do OE a receber em 2016, para compensar os custos com férias, subsídio de férias e respetivos encargos legais; aos proveitos referentes a subsídios, relativos a projetos cofinanciados, que ainda não foram recebidos, mas já têm custos associados, e a serviços já prestados, mas cujos valores não foram faturados até 31 de dezembro de 2015.

Os custos diferidos representam os custos registados em 2015 relativamente a serviços cujo período de vigência se estende a 2016.

D - ACRÉSCIMO DE CUSTOS E PROVEITOS DIFERIDOS

Face aos valores registados nas contas patrimoniais de acréscimos e diferimentos – acréscimos de custos e proveitos diferidos, explicita-se a sua natureza e os valores apresentados nas demonstrações financeiras consolidadas.

Quadro 32 | Acréscimos de custos e proveitos diferidos

Rubricas	2015	2014
Acréscimos de custos		
Remunerações a liquidar	4.959.848	4.993.834
Outros acréscimos de custos	146.052	93.552
Total	5.105.900	5.087.385
Proveitos diferidos		
Subsídios ao investimento do Orçamento Estado	32.605.397	33.268.679
Subsídios ao investimento da União Europeia	29.985.842	28.226.577
Subsídios ao investimento de outros subsectores	82.717	93.125
Propinas	2.064.806	1.985.841
Outros proveitos diferidos	263.832	349.857
Total	65.002.594	63.924.078

Fonte: Demonstração de resultados consolidada.

Os acréscimos de custos referem-se fundamentalmente a remunerações a liquidar correspondentes à estimativa de férias e subsídio de férias a pagar 2016, acrescida dos respetivos encargos.

A rubrica de outros acréscimos de custos inclui custos relativos a consumos de água, energia, comunicações, formação, entre outros, respeitantes ao último mês do exercício e em que a liquidação ocorrerá em 2016.

Nos proveitos diferidos registam-se os subsídios recebidos para financiamento de aquisição de imobilizado e para projetos de investigação, cujos correspondentes custos (amortizações) ainda não foram registados em resultados. Esta situação irá ocorrer quando se processarem as respetivas amortizações, e simultaneamente, se transferirem para proveitos do exercício aqueles subsídios em função, e na mesma proporção das amortizações.

A quantia referente a propinas respeita à quota-parte das propinas cobradas no ano de 2015, mas a reconhecer no exercício seguinte.

E - SALDOS DE GERÊNCIA

O saldo de gerência de 2015, resultante da execução entre receitas e despesas no ano situou-se em 12.955€ no IPEiria e em 31.362€ nos Serviços de Ação Social. Se aos saldos de gerência forem adicionados os fluxos financeiros referentes a operações de tesouraria, e os pagamentos efetuados no período complementar, obtêm-se as disponibilidades financeiras constantes no balanço consolidado, que totalizam 809.532€.

Aprovado em 02 de junho de 2016, em reunião do Conselho de Gestão.

Siglas e Abreviaturas

A3ES	Agência de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior
ADSE	Assistência na Doença aos Servidores do Estado (subsistema de saúde)
CCISP	Conselho Coordenador dos Institutos Politécnicos Portugueses
CDRsp	Centro para o Desenvolvimento Rápido e Sustentado de Produto.
CEFAMOL	Associação Nacional da Indústria de Moldes
CENTIMFE	Centro Tecnológico da Indústria de Moldes, Ferramentas Especiais e Plásticos
CET	Cursos de Especialização Tecnológica
CETEMARES	Centro de I&D, Formação e Divulgação do Conhecimento Marítimo
CGA	Caixa Geral de Aposentações
CIBE	Cadastro e Inventário dos Bens do Estado
CMVMC	Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas
CNAES	Concurso Nacional de Acesso ao Ensino Superior
CTC	Centro de Transferência e Valorização do Conhecimento
CTeSP	Cursos Técnicos Superiores Profissionais
DGEEC	Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência
DGES	Direção-Geral do Ensino Superior
DGO	Direção Geral do Orçamento
EBITDA	Earnings Before Interests, Taxes, Depreciations and Amortization
ECPDESP	Estatuto da Carreira do Pessoal Docente do Ensino Superior Politécnico
EILC	Erasmus Intensive Language Courses
ESAD.CR	Escola Superior de Artes e Design
ESECS	Escola Superior de Educação e Ciências Sociais
ESSLei	Escola Superior de Saúde
ESTG	Escola Superior de Tecnologia e Gestão
ESTM	Escola Superior de Turismo e Tecnologia do Mar
ETI	Equivalente a tempo integral
FASE	Fundo de Apoio Social ao Estudante
FOR.ATIVOS	Centro de Formação de Ativos
FOR.CET	Centro de Formação para Cursos de Especialização Tecnológica
FSE	Fornecimentos e serviços externos
GACI	Gabinete de Auditoria e Controlo Interno
I&D	Investigação e Desenvolvimento
IDD	Incubadora D. Dinis
IEFP	Instituto do Emprego e Formação Profissional
IGFSS	Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social
IHPC	Índice Harmonizado de Preços no Consumidor
INDEA	Instituto de Investigação, Desenvolvimento e Estudos Avançados
INE	Instituto Nacional de Estatística
INOVREGIO	Associação de Inovação Regional
INPI	Instituto Nacional da Propriedade Industrial
IPLeiria	Instituto Politécnico de Leiria
IVA	Imposto sobre o Valor Acrescentado
LOE	Lei do Orçamento de Estado
MEC	Ministério da Educação e Ciência
NERLEI	Associação Empresarial da Região de Leiria
OBITEC	Associação Óbidos Ciência e Tecnologia
OE	Orçamento do Estado
OPEN	Associação para Oportunidades Específicas de Negócio
PAEF	Programa de Assistência Económica e Financeira
PALOP	Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa
PIB	Produto Interno Bruto
PIDDAC	Programa de Investimentos e Despesas de Desenvolvimento da Administração Central
POC	Plano Oficial de Contabilidade
RAIDES	Inquérito ao Registo de Alunos Inscritos e Diplomados do Ensino Superior
RJIES	Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior
SAPE	Serviço de Apoio ao Estudante
SAS	Serviços de Ação Social
SS	Segurança Social
UED	Unidade de Ensino a Distância



IPL
instituto politécnico
de leiria

